

esec

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Educação

Mestrado em: Educação de Adultos e Desenvolvimento Local

Cultura e Desenvolvimento Local: Estudo de Caso da d'Orfeu – Associação Cultural

Anabela da Cruz Júlio de Lemos

Julho

2013

eSEC

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE COIMBRA

Departamento de Educação

Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local

Cultura e Desenvolvimento Local

Estudo de Caso da d'Orfeu-Associação Cultural

Trabalho realizado sob a orientação do Professor Doutor Nuno Manuel dos Santos Carvalho

Julho 2013

Agradecimentos

Um trabalho desta natureza implica sempre um grande investimento de tempo razão pela qual nem sempre estive onde gostaria de ter estado. A todos os que me ouviram nas horas de maior cansaço os meus profundos agradecimentos.

Agradeço ao meu marido pela sua paciência e pela ajuda e ao meu filho pelas horas roubadas às brincadeiras e a toda a restante família que me apoiou sempre que necessitei.

Ao Professor Doutor Nuno Carvalho pela orientação, pelas conversas interessantes, pela paciência, pela disponibilidade que sempre demonstrou e sobretudo pelo reforço positivo que foi dando ao longo deste trabalho.

Agradeço ainda à equipa da d'Orfeu pelo seu contributo, bem como a todos os outros entrevistados que tornaram possível este trabalho.

A todos

Bem – haja!

Resumo

O desenvolvimento local definido enquanto projeto de transformação social resulta de um conjunto de fatores que têm uma ligação íntima com a cultura em diferentes dimensões: política, económica e social.

Este estudo pretende justamente confirmar que o desenvolvimento local depende das relações, dos conflitos, da cooperação, do planeamento e da visão estratégica que se estabelece entre atores de um determinado território, na persecução de um objetivo comum.

Este trabalho teve como objeto de estudo a d’Orfeu – Associação Cultural e a análise da sua intervenção em Águeda. Este é um estudo de natureza qualitativa tratando-se de um estudo de caso.

O material recolhido através de entrevistas semiestruturadas permitiram caracterizar as políticas culturais do concelho e permitiram conhecer a d’Orfeu bem como caracterizar a sua intervenção, e os contributos que esta tem dado em termos de cultura e de desenvolvimento local.

Os resultados obtidos indicam que as associações culturais devem ser entendidas como potenciais aliados para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: cultura, desenvolvimento, desenvolvimento local, associativismo cultural

Abstract

Local development while project for social transformation results from a set of factors that have an intimate connection with culture in different dimensions: political, economical and social.

This study intends to confirm that local development depends on relations, conflicts, cooperation, planning and strategic vision that is established between actors in a given territory, in the pursuit of a common goal.

This work had as study object a cultural association, d'Orfeu – Associação Cultural and the analysis of its intervention in Águeda. This is a qualitative study, more precisely a study case.

The material collected through the semi- structured interviews helped to characterize the cultural politics of the county, allowed to know d'Orfeu, as well as to characterize its intervention, and its contribution in terms of culture and local development.

The results obtained indicate that cultural associations should be understood as potential allies for local development.

Key-words: culture, development, local development, cultural associations

Abreviaturas

- ✓ DL - Desenvolvimento local
- ✓ CMA – Câmara Municipal de Águeda
- ✓ PCMA- Presidente da Câmara Municipal de Águeda
- ✓ VCCMA- Vereadora da Câmara Municipal de Águeda
- ✓ PJFA – Presidente da Junta de Freguesia de Águeda
- ✓ CGD – Coordenador Geral da d’Orfeu
- ✓ PDD – Presidente da Direção da d’Orfeu
- ✓ PCDD- Presidente cessante da Direção da d’Orfeu
- ✓ SCV- Sociedade Comercial do Vouga
- ✓ AJAP – António José Almeida Pereira
- ✓ OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development
- ✓ UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
- ✓ UE – União Europeia

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO – 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
1.1. Evolução histórica do conceito de cultura.....	9
1.2. Os elementos da cultura e as suas relações	14
1.3. A cultura a identidade e o património	22
1.4. Sobre o conceito de desenvolvimento	27
1.5. O desenvolvimento local.....	33
1.6. Associativismo e desenvolvimento local	37
1.7. Relação entre cultura e desenvolvimento	42
1.8. Contributo da cultura para o desenvolvimento local.....	47
CAPÍTULO 2 – OBJETIVOS E METODOLOGIA	67
2.1. Objetivos	69
2.2. Metodologia	70
CAPÍTULO 3 – CONTEXTO DO ESTUDO: A CARATERIZAÇÃO DA CIDADE E CONCELHO DE ÁGUEDA	75
3.1. Enquadramento geográfico.....	77
3.2. Caraterização demográfica.....	79
3.3. Caraterização socioeconómica	81
3.4. Estabelecimentos de ensino.....	84
3.5. Infraestruturas e equipamentos.....	87
3.6. Património	87

3.7. Movimento Associativo.....	89
CAPÍTULO 4 – A D’ORFEU E A CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	91
4.1. Caracterização da d’Orfeu	93
4.1.1. A associação	93
4.1.2. As áreas de intervenção	95
4.1.2.1. A formação	96
4.1.2.2. A programação.....	97
4.1.2.3. A criação.....	98
4.1.2.4. A edição.....	101
4.2. Análise do trabalho de campo.....	102
4.2.1. Dimensão de análise: Política cultural do concelho	104
4.2.1.1. Caracterização da política cultural do concelho	104
4.2.2. Dimensão de análise: d’Orfeu.....	109
4.2.2.1. Historial da associação.....	109
4.2.2.2. Caraterização da intervenção da d’Orfeu.....	114
4.2.2.3. Contribuição da d’Orfeu para o DL	132
CONCLUSÕES	135
BIBLIOGRAFIA	143
ANEXOS	151
ANEXO 1 - MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO	155
ANEXO 2 – GUIÕES DE ENTREVISTAS.....	159
ANEXO 3 -ESTRUTURA DOS GUIÕES DE ENTREVISTAS.....	171

Índice de esquemas, ilustrações, gráficos e tabelas

Relação anthropos-ethnos.....	21
Relação oikos-chronos.....	21
Mapa do concelho de Águeda.....	77
Nº de habitantes por freguesia no concelho de Águeda.....	80
População residente por grupos etários no concelho de Águeda.....	81
População residente segundo nível de escolaridade no concelho.....	82
População empregada por sector de atividade.....	83
Estabelecimentos de ensino.....	85
Ofertas de formação para jovens e adultos.....	86

INTRODUÇÃO

Introdução

As mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas têm contribuído para um despertar relativamente às conexões entre a cultura e o desenvolvimento, evidenciando que esse caminho tem muito em comum.

A desilusão crescente perante um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento económico tem contribuído para novas abordagens, para novas conceções de desenvolvimento mais centradas na dimensão social, ambiental e cultural do ser humano.

Estas abordagens colocam a sua tónica na essência humana, na qualidade de vida e na preservação do património atribuindo a cada território a capacidade de ser ele próprio agente nesse processo de desenvolvimento, uma vez que os laços de proximidade e de identidade facilitam a mobilização social para a mudança.

A noção de cultura aqui presente assenta num referencial abrangente que se situa numa perspetiva de herança comum, de identidade, práticas sociais, valores e regras partilhadas, como base influenciadora do processo de desenvolvimento local, uma vez que é pela cultura partilhada que se desencadeiam mecanismos de pertença e que se asseguram sobretudo compromissos com uma visão orientada para projetos que contribuam para o desenvolvimento local.

Os atores sociais movidos pela busca de mais qualidade de vida, imbuídos de um sentido de participação ativa e movidos pela responsabilidade social organizam-se em associações, cujos interesses partilhados se dirigem para um interesse comum, fazendo dessa estrutura organizativa a força motriz para a mudança. As associações são neste sentido, um meio privilegiado para criar sinergias e responder

eficazmente às necessidades da sua comunidade, criando para tal, processos dinâmicos que contribuem para o desenvolvimento do território.

Partindo deste quadro teórico onde se cruzam as noções de cultura e desenvolvimento local preparou-se este estudo de caso sobre a d'Orfeu- Associação Cultural com o intuito de analisar as contribuições das associações culturais em termos de desenvolvimento local.

A cidade e o concelho de Águeda encontram-se na zona Centro do país, entre o mar e a Serra do Caramulo. A cidade de Águeda é uma cidade pequena encontrando-se rodeada por vários cursos de água e terrenos agrícolas, contudo as principais atividades relacionam-se com os serviços e a indústria. Em termos de património o concelho possui uma vasta rede hidrográfica, sendo esta uma das suas principais riquezas naturais. Quanto ao património edificado a cidade não possui grandes atrações, residindo a sua maior riqueza no património imaterial, nomeadamente ao nível da música tradicional, sendo espelho disso o elevado número de associações, ranchos folclóricos e bandas que existem no concelho.

É neste contexto que em 1995 surge a d'Orfeu – Associação Cultural, uma associação que surgiu para formar a população em música tradicional, função que viria a ser acumulada com outros géneros de intervenções culturais. Ao longo de 18 anos de atividade a d'Orfeu é atualmente uma referência cultural não só no território mas também fora dele.

Este trabalho tem como objetivo estudar as contribuições das associações culturais em termos de desenvolvimento local, tendo como referência o estudo de caso sobre a d'Orfeu e sua intervenção em Águeda.

O estudo encontra-se dividido em 4 capítulos. O primeiro reporta ao referencial teórico sobre o qual se desenvolveu o trabalho. Tendo como ponto de partida as diferentes configurações do termo cultura e os elementos que a compõem, passando pela definição de identidade e património, descrevendo o conceito de desenvolvimento e a emergência de um novo paradigma relacionado com as especificidades do território, mais concretamente o desenvolvimento local e no associativismo como expoente máximo desse conceito, terminando com a relação que se estabelece entre a cultura e o desenvolvimento local. O segundo capítulo regista os objetivos e descreve a metodologia seguida pelo estudo. O terceiro capítulo faz a caracterização do contexto, geográfico, social e demográfico onde a d'Orfeu intervém. O quarto capítulo refere-se à apresentação dos resultados da investigação e incidem sobre duas dimensões de análise: a política cultural do concelho de Águeda e a associação d'Orfeu. Por fim apresenta-se uma conclusão sobre os resultados da investigação.

CAPÍTULO – 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Evolução histórica do conceito de cultura

O manual *Cultural Theory – The Key Concepts* (2008) refere-se à cultura, como sendo um termo que não é facilmente definido. O conceito mais comumente difundido é aquele que diz respeito aos estudos culturais, nomeadamente os conceitos que são abrangidos pela antropologia cultural. Reconhece que todos os seres humanos vivem num mundo onde encontram significado, sendo a cultura o complexo dia a dia que todos os seres humanos encontram e no qual se movem. De acordo com este manual, a cultura começa sempre que os seres humanos ultrapassam aquilo que herdaram do mundo natural.

Bernardi (1974) cujo trabalho se posiciona na antropologia refere que a cultura resulta de várias combinações. O ser humano é entendido como um produto da sua constituição individual, das relações que mantém com outros seres humanos, e da relação dos seres humanos e dos grupos com a natureza.

Na perspetiva antropológica o conceito de cultura baseia-se em duas dimensões: a humanística e a antropológica. A dimensão humanística do termo cultura diz respeito à educação adquirida através do estudo, ou mais concretamente, ao conhecimento. Este conhecimento está normalmente associado ao homem culto e ao desenvolvimento de uma carreira académica. Esta situação privilegiada coloca estas pessoas num patamar superior ao das pessoas comuns. Esta ideia foi desenvolvida pelos antigos Gregos que viam na educação do homem (*paideia*), na aquisição de conhecimentos e valores socialmente transmitidos a possibilidade de crescimento humano, no sentido da valorização do homem pelo saber.

Mais tarde, os Romanos adotaram um conceito muito próximo *colere*, que derivava da agricultura. O conceito é posteriormente alargado vindo a ser metaforicamente estendido à *cultura do espírito* (Crespi,1997). A cultura vem integrar então, não só a parte do desenvolvimento espiritual mas também a língua, a arte, as letras e as ciências. A cultura é nesta perspetiva sinónimo de educação.

Em meados do século XVIII, o movimento Iluminista recupera e alarga a perspetiva humanista do conceito pelo que a cultura passa a integrar todo o património da memória coletiva dos povos, dando origem ao conceito de civilização. Este conceito vem mais tarde, a ser usado no sentido de refinamento dos modos, de controlo sobre os comportamentos considerados mais anímicos, tais como a paixão e a violência, evidenciando uma aprendizagem coletiva que conduziu a humanidade a um estado superior, permitindo deste modo a saída do *estado primitivo* (Crespi,1997).

O termo civilização teve grandes repercussões sobretudo durante o colonialismo. Os países ocidentais desenvolveram um propósito de missão que passava pela civilização dos povos selvagens. O pensamento antropológico desta altura configurava portanto, esta oposição entre *homens selvagens* e *homens civilizados*. O estado selvagem destes povos seria ultrapassado através da imersão progressiva destes homens na cultura ocidental.

Esta conceção de cultura é segundo Bernardi (1974) tendencialmente preconceituosa, na medida em que faz uma distinção. Uma conceção de cultura baseada nestes pressupostos assume por um lado a existência de grupos de homens cultos, e por outro a existência de grupos de homens sem cultura ou *selvagens*, ou ainda, *bárbaros*, assim denominados na

época clássica, termo revitalizado no movimento do *Classicismo*, tal como se pode constatar na carta *Sobre a educação estética do homem (oitava carta) de Friedrich Schiller (1795)*, onde o autor se interroga: “- qual é, pois, a causa de continuarmos ainda bárbaros?”. Neste sentido, a educação estética, ou a educação pela arte tinha como função educar as classes inferiores. São os grandes ideais da arte que contribuem para erguer a sociedade.

A conceção de cultura nestes termos apresenta do ponto de vista conceptual algumas limitações e portanto passa a ser questionada pelos antropólogos da altura.

Na dimensão antropológica de cultura são os costumes e as tradições dos povos que se revelam importantes fontes de análise. Esta postura revela um abandono da anterior aceção, não só por se revelar reducionista e discriminatória mas também por não reconhecer a diversidade cultural. Esta abordagem, tal como afirma Bernardi (1974) surgiu da necessidade de à partida não excluir outros povos, que embora estranhos à cultura ocidental, possuíam conhecimentos, instituições, estrutura social e valores próprios. Abandona-se então a visão etnocentrista da cultura.

Pertence ao etnólogo Edward B. Tylor a primeira formulação do conceito antropológico de cultura, sendo esta também uma das primeiras tentativas de definição científica de cultura. Tyler (1871) definia a cultura como um “complexo unitário que inclui o conhecimento, a crença, a arte, a moral, as leis, e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (Tyler, 1871, *citado em* Bernardi, 1974, p. 24).

Esta referência à característica unitária da cultura é segundo Bernardi (1974) uma expressão abrangente, uma vez que pressupõe uma leitura pluralista e relança uma nova problemática: as diferentes abordagens do conceito de cultura.

Persiste deste modo a necessidade de analisar o conceito de cultura em várias perspetivas. Uma perspetiva que analise *o homem* enquanto ser individual, que se encontra envolvido numa determinada cultura, onde é moldado e onde ao mesmo tempo cria e garante a continuidade da sua cultura. Uma perspetiva que analise a *comunidade*, a estrutura complexa que dá corpo à cultura do momento e que ao mesmo tempo pode ser abordada numa perspetiva evolutiva. E por fim, uma perspetiva que analise a cultura em termos de *património*, ou seja, o valor que é transmitido de pais para filhos, uma herança que é atributo de qualquer indivíduo ou sociedade. Portanto, a cultura não é apenas um arquivo de algo que já passou, é sim, uma estrutura complexa com uma abrangência integrada e dinâmica.

É importante notar que o século XVIII marca uma viragem no significado atribuído ao termo cultura. Até este ponto a cultura era explicada como sendo a *formação do espírito* passando agora para *conjunto objetivo de representações, modelos de comportamento, regras valores, enquanto património comum* construído no decorrer da história humana (Crespi,1997). Com esta nova conceção abrem-se novas perspetivas para o entendimento da dimensão cultural. Existe uma nova sensibilidade relativamente aos povos descobertos no Novo Mundo, onde é preciso entender os hábitos e costumes destes povos, numa perspetiva sincrónica e diacrónica. A simples comparação com o modelo ocidental começa a descredibilizar-se, nascendo deste modo a consciência do

relativismo cultural. Cada cultura tem os seus traços próprios, sendo inviável, a comparação e a avaliação por critérios que são estranhos a essa mesma cultura.

A partir do século XVIII acentua-se também a percepção de que muitos atos considerados naturais, eram na realidade resultado de uma tradição cultural ligada a acontecimentos históricos com características específicas. É neste século que uma nova filosofia emerge e assume um processo de secularização. Reconhece-se que o simbolismo é parte integrante da cultura e não um mero acontecimento natural. Os estudos passam a integrar a análise de fontes tais como as línguas antigas, as fábulas, as expressões, os rituais as artes e outros vestígios que ficaram registados em documentos antigos e que agora merecem uma atenção especial (Crespi, 1997).

O final século XVIII e o início do século XIX foram momentos de extrema riqueza relativamente ao desenvolvimento de novos campos das denominadas *ciências do espírito*, a história, a psicologia e a sociologia, por extensão às *ciências da natureza* ganham terreno na explicação de fenómenos de expressão. A nova corrente filosófica que agora se instala apela aos factos. A tónica deixa de estar no domínio das ideias surge agora uma apreciação mecânica da realidade. O positivismo caracteriza-se por ser um movimento experimental. A ideia que transparece neste movimento é a de que se há uma causa existe com certeza um efeito, estando o Homem determinado a leis que condicionam o seu comportamento. A crítica à ciência metafísica é um dos expoentes máximos do positivismo que prevê uma análise objetiva através da observação direta, procurando a explicação dos fenómenos na ação humana. Crespi (1994) referindo-se ao filósofo alemão Dilthey (1833-

1911) nota que cada momento da história tem características individuais e uma conexão interna de significado que devem ser interpretadas de modo concreto e único, não se deixando influenciar por princípios abstratos. Na realidade, evidenciam-se as *ciências do espírito* ou *ciências histórico-sociais* na análise de significados que tinham ocorrido no passado e como tal, a forma cultural que lhe conferia uma expressão peculiar. Esta atitude conduzirá a uma profunda revolução na própria condução das ciências naturais, uma vez que a atuação do cientista se encontra intimamente ligada ao contexto cultural em que vive.

Do pouco que se apresenta deste vasto contexto histórico salienta-se, sobretudo o desenvolvimento de novas disciplinas, a etnologia, a sociologia, a psicologia e a antropologia cultural que vieram contribuir de forma decisiva para o entendimento do complexo fenómeno que é a cultura, e sobretudo abrir os horizontes relativamente à grande influência que esta exerce no comportamento humano individual e social.

1.2. Os elementos da cultura e as suas relações

Tal como foi referido anteriormente, a cultura não é um fenómeno ou ato isolado, nela confluem uma série de elementos que lhe conferem uma multiplicidade de análises. A definição de cultura proposta por Bernardi (1974) evidencia justamente a existência de um grupo de elementos que são em primeira instância os geradores da cultura.

Bernardi (1974) propõe quatro elementos que na sua perspetiva coexistem de forma dinâmica para criar, manter e renovar a cultura. Esses elementos são: o *anthropos*, o ser humano enquanto ser individual; o *ethnos*, a comunidade no sentido de agrupamento de seres humanos, o *oikos*, o ambiente natural e cósmico onde os seres humanos exercem a

sua ação e o *chronos*, o tempo no qual os seres humanos desenvolvem a sua ação e a perpetuam.

O *anthropos* coloca ênfase na contribuição mental que cada indivíduo oferece ao grupo onde se inclui. Esta contribuição individual produz um efeito sobre a cultura, sobre os comportamentos e atitudes dos outros elementos e da própria comunidade.

De um modo geral, qualquer indivíduo contribui para a formação da cultura de modo singular. Cada pessoa tem um percurso pessoal único todavia esse percurso é paralelo a outras vidas da comunidade onde habita. (Fortes, 1945 citado em Bernardi, 1974).

Embora a antropologia se centre no estudo dos seres humanos enquanto seres culturais, a realidade mostra que os seres humanos conservam uma faceta eminentemente natural, razão pela qual a ciência antropológica deve atender às contribuições de outras disciplinas como a psicologia e a sociologia, também elas centradas no ser humano e na própria cultura que as originou.

Se a cultura se centrasse apenas na ação do ser humano enquanto ser individual não teria deste modo forma de existir uma vez que as contribuições de cada um não encontrariam eco no seio do grupo. Deste modo, a antropologia necessita analisar a cultura sob o ponto de vista do *ethnos*. Bernardi (1974) refere que a cultura nesta perspectiva representa o produto de uma comunidade. Este produto é obra da coexistência de vários atores numa dinâmica que coordena todo o sistema cultural.

A associação dos seres humanos acontece de várias formas e segue diferentes princípios, contudo existe sempre uma interação entre os

indivíduos que adquire uma consistência própria tornando-se naquilo a que os peritos designam de sistema social.

A associação de indivíduos entendida como comunidade não representa um simples aglomerado de pessoas. No conceito de comunidade existe uma teia específica de relações que dão forma e dinâmica ao grupo.

Numa reflexão sobre os trabalhos de Durkheim e Mauss, Bernardi (1974) afirma que a sociedade é mais importante do que os indivíduos, na medida em que a cultura, entendida nesta perspetiva se torna num bem comum, num património que pertence a todos os elementos desse grupo. Deste modo, a cultura torna-se numa prática que está subjacente ao comportamento do grupo. Dificilmente se explicam as motivações uma vez que elas ocorrem numa base inconsciente de algo que foi adquirido informalmente pela ação da comunidade ao longo dos tempos. A cultura revela-se, portanto, numa forma de alicerce ou património. A cultura é herdada socialmente dentro de cada grupo passando de geração em geração, solidificando-se nas tradições e renovando-se em determinadas situações, conferindo-lhe um carácter dinâmico. A relação entre a comunidade e a cultura é evidenciada pela forma como cada indivíduo se identifica com os traços peculiares da sua comunidade e ao mesmo tempo se distingue de outras comunidades.

Outro elemento não menos importante considerado por Bernardi (1974) na análise da cultura é o *oikos*, palavra grega que significa *casa*. O termo *oikos* está ligado às ciências da natureza, mais concretamente à ecologia, palavra com a mesma raiz e que se ocupa do estudo das relações entre o meio ambiente e as formas de vida que, em conjunto, estabelecem a harmonia necessária à vida.

A influência do meio ambiente sobre os seres humanos é um fator de extrema importância na análise antropológica. O meio ambiente em toda a sua dimensão desde a topografia, o clima, a diversidade da flora e da fauna condiciona e potencia determinadas ações dos seres humanos. Dessa relação com o meio ambiente e da necessidade de adaptação e domínio surgem determinadas características que marcam profundamente a cultura dos diferentes grupos humanos e sobretudo lhe conferem uma identidade.

O ambiente é o elemento da cultura que limita e desafia os seres humanos, quer no desenvolvimento da tecnologia (os instrumentos que concebe para aproveitar os recursos do meio), quer na forma como os indivíduos interpretam a natureza e o cosmos e a sua relação com estes.

O ambiente representa um desafio constante para o ser humano, uma vez que este procura sempre atingir um grau superior de proteção e de satisfação das suas necessidades. Essa capacidade de domínio sobre o meio ambiente está ligada à fixação das comunidades.

O ambiente pode ainda ser entendido no sentido de valor material e simbólico (Bernardi, 1974). A transação da terra e a detenção de propriedade são atos que implicam um valor material. Por outro lado, o ambiente pode conter um valor simbólico em algumas comunidades, nomeadamente quando se praticam determinados rituais ligados aos ciclos da natureza.

A ideia subjacente à sociedade ocidental é a de que o homem domina o meio ambiente, pela industrialização e pelo constante desenvolvimento tecnológico. O desenvolvimento económico e o meio ambiente aparecem neste contexto como conceitos antagónicos e com objetivos diferentes.

Por um lado, o desenvolvimento económico pensado como melhoria das condições de vida tem um impacto negativo sobre o ambiente, por outro lado, a proteção do ambiente provoca custos que parecem ser incomportáveis (Chaves, 1994).

Os estudos sobre este desequilíbrio entre o crescimento económico e o meio ambiente sucedem-se numa busca de alternativas. Parece ser cada vez mais coerente que a tecnologia desenvolvida pelos seres humanos se encaminhe para finalidades que não sejam exclusivamente o lucro. Existem cada vez mais preocupações que aproximam a esfera do ambiente à esfera da economia. Esta conceção mostra precisamente como em determinados momentos o meio ambiente se apresenta desafiante. Esta relação confirma como a adaptação ao meio ambiente nunca está completa, pois os seres humanos são constantemente estimulados a buscarem novas respostas. Isto é, em suma o que Malinowski (1944) dizia:

“The problems set by man’s nutritive, reproductive, and hygienic needs must be solved. They are solved by the construction of a new, secondary, or artificial environment. This environment, which is neither more nor less than culture itself, has to be maintained, and managed. This creates what might be described in the most general sense of the term as a new standard of living, which depends on the cultural level of the community, on the environment, and on the efficiency of the group” (Malinowski, 1944, p. 37).

É portanto, nesta constante reestruturação entre *anthropos* e *oikos* que se criam as dinâmicas que produzem a cultura.

Por último, Bernardi (1974) contempla o elemento tempo ou *chronos*. O tempo tem necessariamente, de acordo com o autor, uma implicação no processo cultural, uma vez que a cultura vive e se desenvolve num

determinado tempo, enquanto os seus elementos subsistirem ou forem adequadamente substituídos. O autor afirma que “a manutenção” e a “substituição” são fenómenos temporais, tornando-se elementos fulcrais quando se analisa a estrutura social em função do tempo.

Na análise cronológica estão implicadas as três dimensões temporais: passado/presente/futuro, sendo o passado e o presente, as dimensões que maior relevância assumem, uma vez que o futuro apenas poderá ser projetável.

Da análise efetuada por Bernardi (1974) a importância do tempo na análise da cultura concentra-se em dois níveis. “O *microtempo* é significativo para o indivíduo ou para a comunidade só através da sua participação nele ou da sua experimentação.” O *microtempo* é portanto o tempo do presente, onde os sujeitos entram em ação. Já no outro nível, o autor engloba as três dimensões temporais, o passado, o presente e o futuro, contudo numa perspetiva mais ampla. A esta amplitude temporal, o autor chama o *macrotempo*. O *macrotempo* é no fundo o resultado da assimilação das ações exercidas nos outros contextos temporais em relação uns com os outros. O passado só existe porque houve um presente onde existiram acontecimentos, onde se efetuou mudanças e ao mesmo tempo se preparou o futuro. Existe neste conceito, um patamar de distanciação de um tempo que engloba todas as dimensões temporais mas que já não é possível transpor. O *macrotempo* poderá ser considerado uma espécie de acervo, onde as diferentes comunidades vão buscar apoio para a resolução dos problemas no tempo presente.

Ainda dentro da problemática do tempo Bernardi (1974) propõe uma outra análise do tempo como elemento da cultura. O *tempo ecológico* e o *tempo estrutural* (Evans-Pritchard citado em Bernardi, 1974).

O tempo ecológico revela interesse para a cultura na medida em que se refere a um procedimento que está ligado ao ciclo da natureza e como tal a um conjunto de atividades agrícolas e sociais que são desencadeadas nas diferentes épocas do ano. As atividades sociais estão também ligadas a um ritmo imposto pela natureza, logo associadas a um tempo ecológico.

Na opinião de Evans-Pritchard (1940) “tudo é tempo estrutural”. O tempo estrutural engloba os fenómenos que são construídos no tempo, numa espécie de escala. Os eventos cujo meio proporcionou passam a um estágio onde a sua realização era de ordem natural, para um estágio estruturado no tempo com calendário específico.

Após a exposição dos aspetos principais dos quatro elementos propostos por Bernardi (1974), salienta-se agora a interação que se estabelece entre eles.

Dependendo do interesse de cada um, o enfoque pode centrar-se em cada um dos elementos que compõe a cultura. Contudo, uma visão global da cultura não é possível sem que todos sejam tidos em conta, pois são os quatro em interação que fazem a cultura.

Na análise dos elementos em interação Bernardi (1974) salienta a relação em dois eixos que se estabelece entre o *anthropos* e o *ethnos* e a relação entre o *oikos* e o *chronos*.

Visualmente essa relação pode ser representada numa forma circular uma vez que a associação de indivíduos gera a sociedade e ao mesmo tempo a sociedade oferece o apoio necessário ao desenvolvimento do indivíduo, não existindo um sem o outro. Essa relação que é de atração é ao mesmo tempo de distinção (Bernardi,1974). Uma distinção que se opera numa teia de relações de poder e de estatuto social, entre outras.

Relação anthropos-ethnos

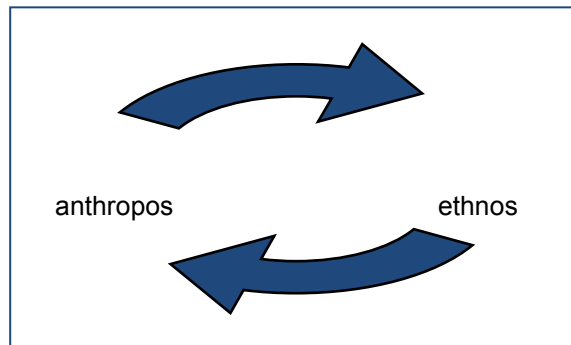


Figura 1 – Relação *anthropos-ethnos* baseada no modelo de Bernardi (1974, p. 81).

Na relação do *oikos* com o *chronos* assiste-se a uma experiência semelhante à anterior. O *oikos* providencia ao *chronos* uma dimensão na qual é possível estudar o tempo nos seus vários momentos. As várias dimensões temporais podem ser evidenciadas pelos desafios que o meio ambiente coloca aos seres humanos em determinadas épocas. Neste sentido, Bernardi (1974) sugere uma representação igual à anterior.

Relação oikos-chronos

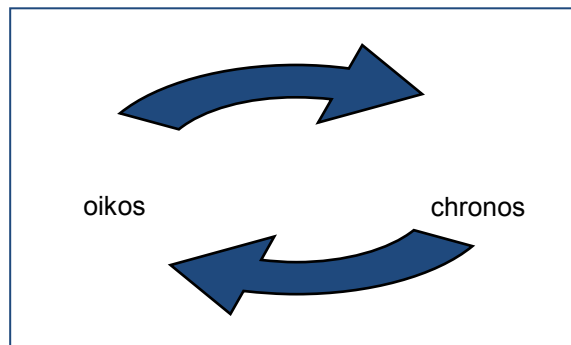


Figura 2 – Relação *oikos-chronos* baseada no modelo de Bernardi (1974, p. 81).

Da coexistência destes quatro elementos nasce a cultura.

1.3. A cultura a identidade e o património

Existem duas noções fulcrais quando se aborda o conceito antropológico de cultura: o património e a identidade. Estas duas noções estão estreitamente ligadas, na realidade podem ser entendidas como o prolongamento uma da outra. São de forma lata, como refere Bernardi (1974) o produto da relação dos seres humanos com a sua comunidade.

A identidade pode ser entendida como a “essência” de uma determinada comunidade e o património como a manifestação dessa comunidade, que sobrevive no passar do tempo e cuja existência é necessária preservar a qualquer custo (Peralta e Anico, 2006). Esta necessidade de preservação é na opinião das autoras uma situação que se multiplica nas sociedades ocidentais atuais. O receio que se perca todo um espólio de experiências e valores tem desencadeado numerosas ações de preservação.

Este discurso exacerbado tem origem num conjunto de fatores de mudança que têm ocorrido na sociedade contemporânea. Um desses fatores que contribui para esta necessidade de conservar a identidade prende-se com o aparecimento de novos “atores sociais” distanciados das atitudes tradicionais. O aparecimento de culturas diversas e com identidades muito específicas e com uma abordagem mais centrada na cultura, nas tradições e no acompanhar do desenvolvimento científico e ético (Touraine, 1984 citado por Vilaça, 1994).

Já segundo Coll (2002) a necessidade de assegurar a identidade surge devido à globalização e à imposição de um modelo de cultura homogénea. Se por um lado, a globalização despertou esse medo da perda da identidade por outro lado, colocou em evidência que no mundo coexiste uma grande diversidade cultural que não deve ser ignorada. A

globalização concorreu neste sentido para a dissolução de um conjunto de valores que era conjuntamente partilhado, tendo levado ao desaparecimento de algumas comunidades tradicionais (Vilaça, 1994).

Um outro aspeto sugerido por Vilaça (1994) assenta num processo de individualização e de conseqüente afastamento dos ideais sociais motivado pela industrialização e um ideal de progresso que se revelou vazio de valores.

Ainda a propósito da identidade Azevedo (1992) verifica que existem alguns fenómenos atuais que se relacionam com a perda da identidade nacional. Um desses fenómenos foi a separação dos Estados da Europa de Leste como conseqüência da queda do Muro de Berlim, da postura da Dinamarca e de vários setores da sociedade civil dos vários países face à cedência de poderes nacionais a “órgãos supranacionais” expressos no Tratado de Maastricht. Esta postura mostra claramente como o sentimento nacionalista ultrapassa a esfera política e se projeta para a esfera cultural.

Azevedo (1992) aponta ainda a este propósito o aparecimento de um grande número de “perturbações psicológicas” que ocorrem ao nível individual e que são a manifestação da busca de uma identidade que se encontra esbatida numa sociedade em cujos valores se perderam. Esta falta de alicerce dificulta o processo de formação da identidade, não só a nível individual mas também a nível coletivo.

A relação do indivíduo com a comunidade forma-se justamente pela identificação e pelas referências que tem com o seu grupo, num processo que como explicava o modelo de Bernardi (1974) se opera por troca mútua e também pela oposição. Assim, explica Pinto (1991, p. 219):

(...) é importante não se perder nunca de vista que as identidades sociais se constroem por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e exclusão, por intermédio de práticas de distinção classistas e estatutárias, e que todo este processo, feito de complementaridades, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogos de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes. A construção de identidades alimenta-se sempre de alteridades (reais ou de referência) e por isso nunca exclui em absoluto convivências e infidelidades recíprocas (...)

Também Cerulo (1997) define a identidade pelo “grau de identificação e solidariedade” que os sujeitos encontram no seu grupo, tendo como apoio a “perceção partilhada” dos indivíduos da comunidade da “homogeneidade social” nessa relação dicotómica entre “nós” e “eles”. A identidade construída desta forma assenta num conjunto de símbolos e representações comumente aceites (Cerulo, 1997 citado em Peralta e Anico, 2006).

A identidade baseia-se num conjunto de conceções que fazem parte de um referencial coletivo, contudo a seleção que cada indivíduo faz desses símbolos e representações, a forma como cada um se vê e imagina a sociedade é um processo ficcional, que depende do tempo e do contexto onde ocorre. Neste sentido, a identidade é “social, histórica e culturalmente contingente e passível de revisão (...)” (Peralta e Anico, 2006, p.2).

A identidade é portanto, um processo dinâmico com ação no presente e constantes ajustes, revelando desta forma uma permanente atualização das suas representações simbólicas. Isto significa que a identidade não é um processo singular, podendo existir várias versões da mesma, conjugando sempre vários fatores de entre os quais se destacam a

ideologia do momento, os valores e ideias bem como as motivações dos agentes que propõe (Peralta e Anico, 2006).

Intimamente ligado ao processo de construção da identidade surge o conceito de património, pois ele é o resultado da seleção de traços específicos de cada cultura. O património implica também a noção de propriedade.

A analogia que por vezes se coloca entre património e cultura tem de ser bem especificada já que os dois termos não são sinónimos. O património faz parte da cultura na medida em que este é uma representação da mesma, mas apenas no sentido da parte pelo todo. O património é o resultado de uma seleção feita com base num espólio mais alargado que já sofreu transformações na sua conceção inicial e que já dificilmente se relaciona com as personagens, locais ou eventos onde teve a sua origem. O património reúne portanto, um conjunto de símbolos cuja preservação foi legitimada por uma comunidade. Essa preservação não assenta em critérios rigorosa e previamente definidos, mas sim em circunstâncias culturais especiais, não pertencentes ao passado, mas sim num presente que se prepara para o futuro (Santana e Prats, 2005 citado em Peralta e Anico).

O património é neste entender sinónimo de “construção social” ou cultural, pois aquilo que é aceite como herança comum passa por vários estádios, até que é coletivamente legitimado. É no sentido mais prático como dizem Peralta e Anico (2006, p. 3): “uma idealização construída ao serviço da representação simbólica de determinadas versões da identidade mediante o estabelecimento de umnexo entre o passado, o presente e o futuro de um determinado coletivo humano.”

O património e identidade estão interligados, pois ambos fazem parte de uma mesma realidade. As suas construções fazem parte de um imaginário coletivo criado na história e na cultura sendo o seu conteúdo social e politicamente celebrado e apoiado. No património não interessa propriamente saber se estas construções imaginárias correspondem exatamente ao âmago dessa coletividade. Neste ponto importa saber se o património produz identidade, no sentido de perceber o que desperta nos indivíduos a identificação com determinadas características dessa “ficção identitária” e sobretudo perceber em que medida essas características são percebidas como reais (Peralta e Anico, 2006).

Como ficou explícito a identidade e o património são dois conceitos que não podem ser dissociados, já que o património não existe sem a identidade. A relevância destes conceitos vai muito além do seu sentido imediato. Na realidade, a abordagem destes dois conceitos pode ser conduzida em diferentes contextos, produzindo com certeza importantes inferências para a abordagem antropológica da cultura. Para a contribuição da formação da identidade contribuem não só os indivíduos enquanto sujeitos individuais, mas toda uma estrutura social altamente emaranhada numa teia de relações estratificadas, formando um sistema total que se encontra permanentemente a integrar fragmentos de significado. Este processo contribui para caráter efêmero da identidade. Assim, tanto a identidade como o património encontram-se em permanente revisão dos seus significados, acompanhando as tendências e demandas sociais (Peralta e Anico, 2006).

1.4. Sobre o conceito de desenvolvimento

Enquanto estágio avançado, o desenvolvimento é sem dúvida a base de qualquer sociedade moderna, uma vez que está associado a outros conceitos como o bem-estar, o progresso e a realização. Historicamente, o conceito de desenvolvimento enquanto conceito abordado pela ciência é relativamente recente, emergindo após a 2ª Grande Guerra Mundial. As primeiras referências ao desenvolvimento ou progresso ocorreram no século XVIII estando relacionadas com o contexto da Revolução Industrial e aos postulados da Revolução Francesa.

De acordo com Amaro (2004) vários foram os fatores que contribuíram para o aparecimento do conceito de desenvolvimento no pós guerra, sendo o principal, o processo de independência das colônias europeias que na sua nova condição almejavam chegar aos padrões de vida dos antigos colonizadores. Esta situação é em parte também suportada pela influência das novas tendências e interesses estratégicos dos Estados Unidos e ainda pela ideologia defendida por outra grande potência, a antiga União Soviética.

Ainda dentro desta problemática o autor destaca outras razões que explicam o interesse pelo conceito nesta altura. Uma das razões apontadas prende-se com a execução do Plano Marshall que visava levar os países destruídos pela Segunda Guerra Mundial a retomarem ao seu progresso e riqueza, em última instância ao seu desenvolvimento. Outro aspeto que se coaduna com esta situação resulta das exigências da Guerra Fria que na luta pela tecnologia de ponta em termos de armamento necessitava de um grande suporte produtivo e tecnológico. Ainda outro fator a ter em consideração parte da influência do paradigma de John Keynes que via no papel do Estado a regulação e o controle da economia

como forma de garantir o bem-estar dos seus cidadãos, inversamente ao que ocorria desde o século XIX, onde (a escola neoclássica) não atribuía esse valor ao Estado, uma vez que o mercado era tomado como garantia para o bem-estar, não havendo necessidade de criar medidas para o desenvolvimento. Por fim, as afirmações idealistas emanadas pela ONU e outras figuras mediáticas após a guerra vieram ressaltar a importância de trabalhar em prol do progresso e da paz entre os povos (Amaro, 2004).

O desenvolvimento neste contexto vem portanto, ligado ao crescimento económico e ao progresso industrial e tecnológico que caracterizou o pós-guerra. Por isso, a ideia de bem-estar aqui presente vem ao encontro de um bem-estar de natureza material e ao que lhe está subjacente; isto é, a possibilidade de usufruir de um grande número de serviços que a sociedade possa utilizar em forma de consumo.

É sobretudo na década de 50 do século XX que a “prioridade para o desenvolvimento era o crescimento económico” (Gómez, Freitas e Calleja, 2002). Acreditava-se que a economia estagnada e tradicional dos países subdesenvolvidos melhoraria pela estimulação do crescimento económico. Assiste-se a um investimento na formação de capital humano, no sentido de melhor corresponder ao crescimento económico e na modernização da agricultura tradicional. O acesso à saúde e à educação passam deste modo a ser vistos como um resultado do desenvolvimento económico.

Na década de 70 do século XX é Dudley Seers que contribui para a redefinição do conceito de desenvolvimento, afirmando que o desenvolvimento era mais do que aumentar o rendimento *per capita*. Para este autor, o desenvolvimento deveria estar ao serviço da erradicação da

pobreza, do desemprego e a riqueza acumulada deveria ser igualmente distribuída (Gómez, Freitas e Calleja, 2002).

Esta posição é coincidente com os primeiros sinais de desgaste do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento económico. A ideia de que a transposição do modelo de desenvolvimento para os países periféricos surtiria o mesmo efeito revelou-se num total fracasso e tal como já tinham revelado alguns economistas, havia a necessidade de existir uma análise específica do modelo de desenvolvimento de cada país.

Este modelo de desenvolvimento não conseguiu portanto, dar resposta ao agravamento das carências sociais, situação que fez pela primeira vez que as grandes organizações internacionais mudassem o seu discurso. Tal como afirma Amaro (2000, p. 161), “há aqui *uma revolução que vem de dentro*, que vem por parte dos técnicos que estavam a acompanhar estes processos que começam a pôr em causa e a sugerir novas propostas de conceitos.”

Quando se analisa o período que vai desde o final da Segunda Grande Guerra até ao início da década de 70 do século XX verifica-se que existem alguns aspetos que merecem atenção especial. Este período de trinta anos ficou conhecido pelos “anos dourados”, contudo se por um lado, se assistiu a um grande progresso por outro lado, ficou bem visível que uma parte da população mundial ficou de fora desse processo.

Amaro (2004) enumera um conjunto de fatores que evidenciam os contrastes produzidos pelo progresso nesses trinta anos, sublinhando até, que algumas dessas situações se encontravam sinalizadas desde há duzentos anos.

Esquemáticamente esses contrastes podem ser sintetizados da seguinte forma:

Progressos

- ✓ Aumento da produção e do consumo com impacto ao nível da melhoria do bem - estar material das sociedades;
- ✓ Melhoria acentuada na eficiência produtiva;
- ✓ Melhoria considerável da taxa de alfabetização;
- ✓ Melhoria nas condições de saúde com impacto positivo na redução da taxa da mortalidade infantil e aumento da esperança média de vida;
- ✓ Avanço científico em vários domínios;
- ✓ Alteração radical em diferentes sectores da vida: na produção, no consumo e no lazer.

Retrocessos e privações

- ✓ A melhoria no bem - estar social atingiu apenas 1/3 da população, deixando de fora uma fatia de 2/3 da população mundial;
- ✓ Persistência e agravamento de algumas condições nos países do Terceiro Mundo (fome, analfabetismo feminino e epidemias de doenças para as quais já existe a cura);
- ✓ Surgimento de “novas formas de mal-estar social”, originadas pelos novos padrões de vida, acentuando-se a solidão, o individualismo e a conseqüente quebra dos laços de sociabilidade, a quebra dos padrões familiares, aumento do stress e da competição profissional, produzindo novos problemas sociais;

- ✓ Tomada de consciência de que o modelo de desenvolvimento alcançado provocara danos irreparáveis, sobre a biodiversidade, sobre a qualidade do ar e da água e sobre o consumo desenfreado dos recursos naturais, deixando o planeta em situação ruínosa;
- ✓ Surgimento de “novas doenças públicas” com impacto a nível global;
- ✓ Aposta num modelo de industrialização onde o ser humano é complemento da máquina;
- ✓ Modelo educativo extremamente focado na tecnicidade em detrimento de um modelo holístico, com graves implicações na solução de problemas de encadeamento;
- ✓ Surgimento de confrontos religiosos e culturais, motivado por políticas económicas que ergueram barreiras nas relações do ocidente com o oriente.

Dos aspetos assinalados por Amaro (2004) é possível concluir que se o progresso trouxe consigo numerosos benefícios, a realidade constatou que os efeitos do progresso, não resolveram todos os problemas relacionados com o desenvolvimento de grande parte da população mundial, mas ainda agravou e desencadeou outros.

Tal como argumenta o autor é difícil decidir se este modelo tem um saldo positivo ou negativo, pois depende muito sobre que tónica se orienta a análise.

O modelo de desenvolvimento revelou-se ineficaz em outras circunstâncias, encontrando-se culturalmente desfasado das condições específicas dos países do Terceiro Mundo, razão pela qual não surtiu os efeitos desejados. Deste modo, mostrou-se necessário repensar as

estratégias e adotar um modelo de desenvolvimento de base comunitária.

Amaro (2004) fundamenta essas estratégias em três eixos:

- 1º A participação popular no diagnóstico das suas necessidades;
- 2º A mobilização dos recursos locais, como forma de resposta às suas necessidades;
- 3º A resolução dos problemas deve ser abordada de forma integral contemplando a articulação das várias estruturas e sectores.

Como ficou claro, o modelo de desenvolvimento baseado na industrialização teve consequências nefastas para os diferentes países, quaisquer que fossem as suas orientações. Quer fossem países de orientação capitalista, quer socialista, ou os países nórdicos, bem como os subdesenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento, o problema tornou-se transversal.

Em forma de resumo Amaro (2004) aponta de forma excepcional as lacunas das principais orientações políticas. Assim, os países cuja orientação assenta numa base “capitalista liberal”, acentuou-se o individualismo e descuroou-se, a comunidade e o ambiente. Já os países de orientação “socialista real” concentraram-se na esfera coletiva em detrimento da individual e ambiental.

Todos os modelos apresentaram deficiências do ponto de vista estrutural, pois incidiram apenas sobre uma parte dos problemas. A falta de uma abordagem holística e integrada resultou em graves assimetrias, que não só colocaram em risco os seres humanos mas também o planeta.

1.5. O desenvolvimento local

No ponto anterior verificou-se como as políticas baseadas no crescimento económico levaram ao aparecimento de grandes assimetrias, não só entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas mesmo dentro dos próprios países desenvolvidos. Na realidade, o crescimento a que se assistiu conseguiu-se devido ao sacrifício de muitos em prol de poucos. As regiões cuja parca atratividade não captou investimentos tornaram-se territórios deprimidos e economicamente dependentes.

Na base concetual deste modelo económico encontra-se uma dicotomia que se relaciona com o espaço e as vantagens/desvantagens económicas. Essa dicotomia caracteriza-se pela oposição do espaço urbano - industrial ao espaço tradicional – rural. Este modelo de crescimento económico teve um papel preponderante sobretudo na transferência de mão-de-obra do espaço rural para o espaço urbano (Veiga, 2005). Esta movimentação da população teve um impacto negativo nestes territórios, contribuindo de forma irremediável para o seu abandono.

Tal como afirmam Rita e Mergulhão (1997) por detrás de um modelo economicista está sempre um “paradigma funcionalista”. A ideia subjacente a este paradigma reduz-se à “racionalização e à maximização dos recursos”, visando o máximo de lucros, sendo posteriormente alargado e uniformizado numa economia movida pelo capital. Todavia esta uniformização do desenvolvimento não se concretizou tal como era esperado, isto porque, o desenvolvimento de acordo com o paradigma funcionalista está sempre condicionado, sobretudo nas áreas rurais, uma vez que estes espaços apresentam alguns entraves ao investimento, dificultando deste modo, a melhoria de vida das populações locais. Estes espaços encontram-se, normalmente afastados dos grandes centros de

decisão e distantes das vias principais por onde passam os bens de consumo. São por tudo isto, locais onde o investimento não é apelativo e portanto, não se realiza, sobretudo numa direção de fora para dentro.

A partir dos anos oitenta do século XX inicia-se uma nova abordagem, um novo paradigma para responder às necessidades que o modelo instaurado não conseguiu colmatar por motivos que vão desde a localização, à ausência de recursos transacionáveis ou à insuficiência de recursos humanos qualificados.

Para este novo paradigma contribuiu um certo receio relativamente ao risco de desaparecimento de alguns aspetos culturais que caracterizavam esses territórios outrora fervilhantes de vida. Os territórios que no anterior modelo não tinham valor passam a partir deste momento a ser encarados sobre um prisma diferente, como um núcleo de possibilidades e de diferentes abordagens.

Este é um paradigma com base no território e nos agentes locais. Ao contrário do modelo anterior, este modelo processa-se de baixo para cima, numa busca partilhada de soluções. Deste modo:

“potenciar e valorizar só se consegue se i) a ideologia dominante deixar de ser aquela que se baseia na competitividade e no crescimento económico puro e ii) se houver e for estimulada a participação das populações, participação essa que é tão importante na fase de diagnóstico da situação como na fase de execução das estratégias previamente definidas e da avaliação dos resultados” (Rita e Mergulhão, 1997, p.37).

Assim, um paradigma territorialista é aquele que aposta num desenvolvimento que aproveita os recursos e as capacidades que o meio local lhe proporciona, no sentido de responder às necessidades primárias dos indivíduos.

O desenvolvimento local é um paradigma centrado no território e sugere a mobilização do capital endógeno, apresentando-o como «...um processo integral de satisfação das necessidades básicas e de expansão das oportunidades dos indivíduos, grupos sociais e comunidades territoriais através da mobilização integral das suas capacidades e recursos» (Reis, 1995 citado em Rita e Mergulhão, 1997, p.37).

Segundo Sachs o conceito de desenvolvimento endógeno baseia-se nas especificidades de cada região, rejeita a necessidade ou a possibilidade de uma reprodução dos modelos de desenvolvimento das sociedades industriais (Sachs, 2000).

De acordo com Amaro (2001) só se poderá falar em desenvolvimento local se estiverem reunidos um conjunto de nove elementos: ser um processo de transformação que recusa a conservação; que tem como base a comunidade local, desenvolvendo-se a partir dela; o seu ponto de partida é as necessidades, partindo a sua resolução das capacidades existentes na própria comunidade em conjuntura com os recursos endógenos; ter uma lógica integrada, na perspetiva de relação dos problemas sem que se fique circunscrito ao problema inicialmente localizado; subentende um trabalho de parceria; o impacte causado deverá abranger toda a comunidade e não restringir-se aos promotores ou intervenientes iniciais; apontar uma diversidade de caminhos; ser uma forma de trabalhar em sociedade.

Assim, nesta vertente Amaro (2004, p.57) caracteriza o desenvolvimento local como “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse

processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”.

Ainda nesta linha de pensamento Carvalho, Lisboa e Roque (2009, p.503) caracterizam o desenvolvimento local como “ um *processo endógeno* geralmente assente em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo económico* e a *melhoria da qualidade de vida* das populações. Representa uma singular transformação nas bases económicas e na organização social ao nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas”.

José Reis (1998) aborda o desenvolvimento local como uma resposta às necessidades e problemas de um determinado território a que o estado não consegue dar resposta. Trata-se por isso, de uma política pública marcada pela valorização e a promoção da diversidade da vida coletiva, distinguindo-se das existentes pela consciência de cidadania, pela participação e pelo contexto territorial.

O desenvolvimento local surge então como uma forma para a recuperação do potencial endógeno, apoiado na inovação, no contacto entre os vários agentes de decisão, tendo em conta o respeito pelo meio envolvente, de modo a satisfazer as necessidades básicas de todos, numa perspectiva sustentável.

A proposta de desenvolvimento baseada numa economia capitalista liberal afirmou-se como insustentável, contribuindo sobretudo para a desumanização da sociedade. Isto significa que o conceito de desenvolvimento necessita ser entendido num âmbito diferente, mais

centrado nas pessoas, sob um ponto de vista de eficácia social, na medida em que possa atender às necessidades de todos de modo equilibrado.

1.6. Associativismo e desenvolvimento local

Uma questão central na problemática do desenvolvimento local prende-se com a necessidade de criar sinergias e formas de organização populacional que representem os interesses locais. Neste campo destacam-se as relações de vizinhança uma vez que a partilha de identidades facilita a organização popular e a constituição de uma unidade territorial. A constituição de grupos de atores locais conduz a uma nova forma de diálogo com o governo central. A relevância desta atitude é de acordo com Yáñez (1997) importante, pois as iniciativas de âmbito local produzem condições propícias ao desenvolvimento de “modelos de governo democrático”. Na realidade, o autor destaca que o aparecimento destes “modelos de governo democrático” têm maior contribuição para a formalização dos processos locais a nível nacional e dinamizam a democracia participativa. Um modelo deste género permite uma relação de proximidade com os cidadãos, facilitando a comunicação e sobretudo melhorando a eficácia das medidas de ação. Neste tipo de relação descentralizada, pode afirmar-se que existem ganhos mútuos, isto porque, o governo local ao conhecer com maior amplitude os problemas locais poderá atuar mais prontamente e com maior eficácia do que o governo central. Do outro lado, a população melhor servida, contribuirá para a legitimação e destaque deste modelo político (Viegas, 2004).

Uma das formas privilegiadas de representação popular são as associações que pelas suas características peculiares contribuem para esse “modelo de governo democrático”. A questão da mobilização social é um assunto que já tem alguma história, estando sobretudo ligado às

lutas operárias da segunda metade do século XIX. Num contexto mais recente, o associativismo conceptualizou-se de acordo com Viegas (1986) em duas direções principais. Por um lado o associativismo seguiu um modelo que assentava na procura da mudança social pelas sociedades “pós – industriais”, manifestamente associado aos movimentos operários, por outro lado afastou-se dessa conceção de estrutura rígida. Esta segunda perspetiva evoluiu para o conceito da sociologia dos tempos livres, marcando o acesso das classes médias a uma vasta oferta cultural. Deste modo, ambas as correntes manifestam uma maior participação da sociedade civil, não só na luta pelos direitos no trabalho mas também pelo acesso ao lazer.

De acordo com a investigação mais recente o associativismo atual é um movimento que está mais ligado à classe média, isto porque, nesta classe mais instruída existem motivações que resultam de uma busca de “novas identidades e solidariedades” (Balme, 1987 citado em Vilaça, 1994). O associativismo deixa de lado a sua função tradicional e começa a acompanhar as tendências dos novos movimentos sociais, imiscuindo-se em diferentes sectores sociais, procurando deste modo uma nova identidade (Vilaça, 1994). Vilaça (1994) refere que a criação de associações está correlacionada com a luta pela afirmação da identidade e pela fixação dos limites geográficos e não só, do seu território.

Deste modo, o movimento associativo parece contribuir de forma positiva para o desenvolvimento local. Viegas (2004) refere que o associativismo contribui para uma dinamização das relações institucionais entre o estado e as associações. Desta relação o autor destaca: a) a relação privilegiada entre os decisores políticos e a mediação que as associações oferecem na organização da informação; b)

os interesses são equitativamente representados; c) os cidadãos melhoram a sua educação cívica; d) as associações enquanto mediadoras contribuem para a eficácia do governo central. Deste modo as associações contribuem para uma maior participação dos cidadãos.

Van Deth (1997 citado em Viegas, 2004) acrescenta que as associações desempenham um papel positivo ao nível “macro-social” e “micro-social”. O autor explica que o nível “macro-social” abrange a relação sistémica que se estabelece entre o indivíduo e o estado e os diferentes grupos sociais. O nível “micro-social” refere-se à ação concreta das associações no desenvolvimento de “competências específicas” e “redes sociais”, que permitem e facilitam a concretização dos objetivos das pessoas.

Existe claramente um interesse científico crescente no que respeita à ação das associações, nomeadamente no que se refere ao seu papel ativo no encorajamento da participação dos cidadãos. Esse interesse reside no facto de as associações estarem a estender a sua ação a sectores que tradicionalmente estavam sob a tutela do estado. As associações desempenham deste modo, importantes papéis na defesa dos interesses individuais, pois são responsáveis pela interlocução entre o estado e os indivíduos, tornando este relacionamento mais humano, assumindo consequentemente um papel de porta-voz da sociedade civil (Vilaça, 1994).

Este papel das associações é destacado sobretudo por oposição ao laxismo atual dos partidos políticos e sindicatos no que respeita à sua eficácia na condução dos problemas sociais. Neste ponto, as associações têm de facto, ganho protagonismo face aos tradicionais atores de

mediação, contribuindo para o desenvolvimento da democracia local. Tal como refere Mehl (1982):

“Quanto aos partidos políticos, eles vêm ameaçada, ou no mínimo questionada, a sua função de mediadores políticos face às reivindicações de um novo modo de gestão onde prepondere o local e as diversas instituições que dela fazem parte. Nesse modelo, o associativismo contribuirá para uma nova dinâmica política nas coletividades locais” (Mehl, 1982 citada em Vilaça, 1994, pg. 407).

A importância do papel das associações na participação democrática dos cidadãos é também assinalada por Viegas (2004). Na sua análise, Viegas refere que a sociedade é entendida em três níveis de funcionamento: *o estatal*, no qual se emanam decisões que abrangem globalmente o território; *o mercado*, onde os cidadãos atuam com objetivos lucrativos; e *a sociedade civil*, que atua de forma voluntária e na associação livre dos indivíduos, não tendo propósitos de lucro.

Deste modo, e como refere o autor, as associações são o pilar fundamental da sociedade civil, pois transferem para o domínio público os problemas que afetam os cidadãos ao nível privado. Pela ação das associações esses problemas tornam-se em problemas sociais, que por sua vez passarão a ser debatidos na esfera pública, especialmente pela interferência dos meios de comunicação.

Warren (2001 e 2004 citado em Viegas, 2004) caracteriza o efeito democrático produzido pelas associações em três níveis: 1º as associações têm um efeito ao nível individual, no sentido em que contribuem para uma maior informação das capacidades simbólicas, do reforço positivo relativamente ao sentimento participativo, da melhoria do sentido crítico assim como de uma melhoria generalizada dos atributos cívicos; 2º as associações têm um efeito ao nível do domínio

público na medida em que representam as pretensões dos diferentes grupos; estabelecem a comunicação a nível público e promovem o diálogo político; 3º as associações têm efeito ao nível institucional, uma vez que representam interesses, as identidades e o pendor normativo, dão apoio em manifestações coletivas onde é necessário defender causas, coordenam e regulam, têm influência sobre a efetivação de políticas de carácter público.

Da análise efetuada às contribuições dos diferentes autores é possível concluir que de facto existem benefícios consideráveis para participação democrática na atuação das associações. É claro que este não é um contexto linear e esses efeitos positivos podem variar consoante a tipologia da associação.

Afirmar portanto, que as associações contribuem para o desenvolvimento local é um facto que parece consensual, na medida em que os efeitos sobre a democracia participativa são evidentes. Como afirma Vilaça, (1994) as associações têm um contributo para a gestão política local, pois é através delas que os cidadãos exercem o seu direito de cidadania, ou encontram na sua intervenção uma forma de a alcançar, nomeadamente nas situações de exclusão social. Os órgãos que estão mais próximos são também os que causam maior empatia, facilitando deste modo a mobilização da população, uma vez que os laços de vizinhança e a consequente partilha de identidades facilitam todo esse processo. A autora acrescenta ainda que este novo interesse pelo associativismo significa também uma “busca de identidades” dos novos grupos sociais que se organizaram na sociedade.

Ainda dentro deste assunto, Vilaça (1994) aponta a importância das associações na produção de novas formas de sociabilidade pela

“reestruturação das redes de sociabilidade local”. As associações recuperam os elos de sociabilidade tradicional que se foram perdendo, não da forma como eram antes, mas organizadas segundo novos interesses. Isto significa que as associações são um “instrumento organizacional específico” (Mehl, 1982 citada em Vilaça, 1994).

Sumariamente poderá afirmar-se que as associações conseguem ser um meio onde vários fatores positivos para o desenvolvimento local se encontram. O movimento associativo ocorre de forma voluntária e pela identificação com as causas, numa base de partilha de identidades e traços culturais que se cruzam num território. A proximidade e os laços de vizinhança que as associações conseguem manter criam um referencial que lhes permitem ser de certo modo omnipresentes, no sentido de conseguirem representar os indivíduos nas suas causas, sem que estes estejam fisicamente envolvidos. Por este motivo, tornam-se facilmente familiares e próximas às vidas dos cidadãos, já que os problemas individuais passam da esfera privada para a esfera pública. Paralelamente, essa proximidade produz um efeito positivo na forma de exercer a cidadania, já que os indivíduos ao sentirem que as suas pretensões são atendidas, mais facilmente se envolverão ativamente em outras causas. Deste modo, as associações ganham a confiança dos cidadãos e contribuem para um modelo de governo democrático participativo.

1.7. Relação entre cultura e desenvolvimento

A cultura e o desenvolvimento são conceitos extremamente abrangentes e centrais em diversas disciplinas sociais. Os seus caminhos construídos de forma independente têm seguido rumos diferentes, tendo até estado ao longo da história em posições antagónicas, na medida em que, a cultura

em alguns períodos da história tenha sido considerada um entrave para o desenvolvimento. Portanto, à primeira vista a relação destes dois conceitos parece não fazer muito sentido.

Contudo, o fracasso de projetos de mudança estrutural implementados durante os anos 90 do século XX vieram levantar a questão sobre a forma como poderiam os fatores culturais determinar o desenvolvimento político e económico nas diferentes regiões ou de outro modo, como poderia a cultura contribuir para o desenvolvimento (Costa, 2011).

A dificuldade de relacionamento destes dois conceitos reside na abordagem que é feita pelas diferentes ciências sociais. A Economia e a Sociologia mais centradas na explicação da mudança social associada à modernização do mundo ocidental. A Antropologia mais preocupada em descrever os sistemas sociais (cf. Costa, 2011). Neste entendimento, cada disciplina ocupa-se de perspetivas diferentes, tecendo as suas próprias considerações sobre a cultura e o desenvolvimento. Esta análise não pode, pois ser linear já que ambos os termos não possuem uma única definição, razão pela qual é necessário situar com antecedência a perspetiva tomada.

Como já se mencionou antes, o modelo de desenvolvimento seguido desde os anos 40 do século XX dava preferência a um estilo de vida baseado no consumo. O crescimento económico foi sinónimo de desenvolvimento e a crença nos efeitos positivos deste modelo levou à sua aplicação em forma de receituário em muitos países. A uniformização do modelo levou a acreditar-se que esta fórmula de desenvolvimento era a única e a mais eficaz.

Por outro lado, a implementação de projetos de desenvolvimento promovidos pelas organizações de apoio internacional nem sempre alcançaram os resultados esperados. Esta situação resultava das dificuldades de conduta institucional, bem como da falta de adesão dos beneficiários, comprometendo deste modo, o resultado positivo dos projetos. Este aspeto assinala como é importante ter em conta os fatores culturais de desenvolvimento, nomeadamente a forma como os indivíduos se relacionam uns com os outros, com a natureza e com as instituições (Costa, 2011).

Isto significa que a natureza da relação entre os dois conceitos tem de ser delimitada pela definição do paradigma de desenvolvimento em que se aposta. Em última análise, o próprio conceito de desenvolvimento tem sido colocado de parte por diferentes sectores de interesses, normalmente mais radicais nas suas conceções. Isto não significa tal como afirma Sachs (2005) que se deva abandonar o conceito de desenvolvimento às hordas que o subjugam, mas sim procurar:

“um «novo desenvolvimentismo» na busca de projetos nacionais de desenvolvimento, articulados ao redor da identidade nacional e voltados para a promoção do desenvolvimento de todo o homem e de todos os homens, ou seja, o «processo de ampliação das escolhas para que as pessoas façam ou sejam o que elas prezam na vida»” (Sachs, 2005, p. 151).

Para tal, o desenvolvimento tem de respeitar os direitos básicos dos cidadãos e nesse sentido deve dar destaque ao desenvolvimento humano nos vários aspetos que o compõe. O desenvolvimento deve respeitar os aspetos económicos, sociais, políticos, ambientais e culturais. Deve contribuir para a melhoria de vida, numa atmosfera de desenvolvimento social e participação, respeitando e valorizando o simbolismo da

existência humana, preservando o património material e imaterial para as gerações futuras (Costa, 2011).

Portanto, entender o desenvolvimento sem ter em conta as diferentes dimensões é cair num incumprimento a longo prazo, pois como afirma Costa (2011) as várias dimensões são “integradas e co-dependentes”. Isto significa que, temporalmente haverá sempre influências de umas dimensões sobre as outras.

Segundo Sachs (2005) o desenvolvimento passa pelo desenho de um projeto nacional e esse desenho supõe uma preparação do futuro, algo que está intimamente relacionado com a cultura, pois esta é aquela que dita os estilos de vida, a forma de produzir, de consumir, de conviver, entre outras. É a vida da comunidade e as representações simbólicas que seguem que determina a sua identidade portanto, nesta perspetiva o desenho de um projeto de desenvolvimento não pode ser separado da sua identidade, nem da sua base, que é a cultura.

A base para o desenvolvimento tem portanto de partir da cultura de cada região. Mas para que exista um referencial teórico, como deve ser entendido a relação entre estes dois fenómenos?

Costa (2011) refere a propósito da relação cultura e desenvolvimento os dois caminhos de análise possíveis, propostos por Huntington (2002):

- ✓ A cultura como uma variável independente, no sentido de explicar como é que a cultura afeta o grau de progresso que as sociedades podem ou não atingir;
- ✓ A cultura como variável dependente, procura explicar como a atuação política, ou outro meio de atuação pode alterar ou banir as barreiras para o progresso.

Nos dois casos existe a possibilidade de colocar a cultura ao serviço de uma senda, seja a utilização da cultura como forma de mudança de mentalidades, no sentido de “arma de conversão” ou a de colocar a cultura ao serviço do mercado.

De acordo com o autor, no primeiro caso é necessário ter em mente que as culturas divergem e que se encontram constantemente a introduzir e a atualizar significados. No entanto, o desenvolvimento não obriga a que exista uma homogeneidade das instituições e da cultura, como é temido pelo fenómeno da globalização. Embora seja evidente que a globalização contribua para uma certa aculturação e assimilação, na realidade a cultura regional e nacional têm traços muito próprios que conseguem escapar aos efeitos de padronização provocados pela globalização e assim garantir a sua identidade.

No segundo caso, o autor destaca a capacidade do mercado enquanto espaço de transação de recursos que lentamente se expande para outros campos. Costa (2011) refere que no plano cultural existem espaços sociais que propiciam a cultura sem que aí exista uma relação comercial. Assume-se que os seres humanos são por natureza altruístas e cooperantes. Deste modo, a pressão do mercado não inibe a criação artística pelo contrário, acaba por ser um estímulo. No entanto, a produção cultural sobrevive sem o mercado.

Como se verifica existem uma série de dificuldades quanto à leitura da relação entre cultura e desenvolvimento. Contudo, a experiência do passado mostra como o desprezo pelos fatores culturais culminou em enormes retrocessos sociais, económicos e ambientais.

Atualmente crescem os trabalhos científicos em torno da relação entre a cultura e o desenvolvimento, frisando justamente a necessidade de incluir a dimensão cultural do desenvolvimento na planificação de projetos. A própria UNESCO (2001) reconheceu a importância da cultura para o desenvolvimento como se pode verificar no seguinte excerto: “we understand better not just that culture can be a mechanism for, or an obstacle to, development, but that it is intrinsic to sustainable human development itself because it is our cultural values which determine our goals and our sense of fulfillment” (UNESCO, 2001, p.7).

Deste modo, o sucesso de qualquer projeto de desenvolvimento está dependente do conhecimento do contexto cultural de cada território deve ser tido em conta no planeamento de qualquer projeto.

1.8. Contributo da cultura para o desenvolvimento local

Existem na literatura grandes evidências de que o desenvolvimento local tem como grande impulsionador a cultura local. Esta ideia teve origem na observação de situações de territórios que pela sua história de vida perderam os seus traços originais para o progresso. A redescoberta de recursos culturais permitiu-lhes assegurar a sua sobrevivência económica. Estes casos de sucesso têm despertado um novo interesse pela cultura e sobretudo sobre o seu potencial económico.

Em 2001 a UNESCO e o *Department of Canadian Heritage* publicaram uma série de artigos onde se debatem vários assuntos em torno da cultura. Esses artigos não sendo uma posição definitiva sobre os assuntos são concordantes na sua convicção de que a cultura tem um papel extremamente importante no desenvolvimento social, económico e humano.

Mais tarde, em 2005 a OECD apresenta um livro onde faz uma análise profunda das contribuições da cultura para o desenvolvimento local. Tendo em conta que este é também o âmbito deste trabalho focar-se-ão os aspetos mais ilustrativos.

Um dos aspetos primeiramente abordados neste livro diz respeito aos papéis da cultura no desenvolvimento local. Assim, a OECD (2005) atribui à cultura três tipos de papéis no desenvolvimento local:

- 1º A cultura tem influência sobre o comportamento dos atores de um território;
- 2º A cultura contribui para o desenvolvimento local através da atração de turistas e visitantes;
- 3º A cultura contribui para a criação de produtos culturais.

Relativamente ao primeiro papel e entendendo a cultura enquanto conjunto de valores, normas e referências, partilhadas por uma determinada comunidade é tida atualmente como um fator de influencia sobre o funcionamento da economia, ainda que indiretamente (OECD, 2005). Granovetter (1973) sublinha a importância dos laços que unem os indivíduos de uma comunidade e que lhes permite colocar o seu território na economia global (Granovetter, 1973 citado em OECD, 2005). Esta evidência é corroborada por estudos que demonstraram que as regiões que apresentam maior desenvolvimento são aquelas que possuem fortes raízes locais e que ao mesmo tempo se encontram abertas às influências exteriores (Ponthieux, 2003 citado em OECD, 2005).

Portanto, é preciso assinalar por que meios a cultura pode contribuir para o desenvolvimento local:

- 1º A influência da cultura sobre a organização do território;

2º A influência da cultura sobre a capacidade de empreendedorismo de um território;

3º A forma como a cultura de um território define as suas relações sociais em termos de reciprocidade e integração (OECD, 2005).

A cultura pode contribuir para a organização do território já que o desenvolvimento local prevê a organização de uma rede própria de relações. Embora por si só esta não seja uma condição suficiente, o estabelecimento desta rede de relações, permite analisar os recursos locais, e programar uma visão comum dos aspetos de potencial desenvolvimento e realizar desta forma um número de investimentos que terão efeitos a nível externo e interno (OECD, 2005).

Esta forma de olhar para o desenvolvimento local tem um objetivo que é o de levar a outros investimentos. A génese mais comum para o arranque destes investimentos são os projetos. Eles são a base do desenvolvimento local, uma vez que tentam contrariar a tendência regressiva dos territórios em diferentes frentes: por um lado, previnem os riscos imprevistos e por outro promovem o diálogo, reconstruindo a identidade local. Ainda neste alinhamento de ideias, as iniciativas locais podem desencadear imagens positivas do território, retomando um percurso conjunto que se havia perdido e ganhando deste modo novas possibilidades não só sociais mas também comerciais (OECD, 2005).

Ainda dentro da organização do território existe um outro aspeto que a OECD (2005) destaca: a cultura sob o ponto de vista do capital social. A cultura em conjunto com o desenvolvimento local tem dado origem à

noção de capital social¹ (OECD, 2005). O capital social é o resultado das relações, das parcerias e da confiança que se estabelece entre os diferentes atores de uma comunidade. O capital social envolve uma dose de voluntariado, e a disseminação de alguns valores e normas, que pela sua recorrência se tornam habituais. A comunidade necessita apreender esses valores e normas de modo a criar um ambiente favorável ao estabelecimento de uma confiança mútua entre os membros. Desta forma, no capital social predominam as virtudes sociais sobre as individuais (Fukuyama, 2002 citado em OECD, 2005).

Na base do sucesso desta conceção está portanto a confiança. A confiança, enquanto valor moral e cívico tem sido descrita pelos autores clássicos Hume, de Tocqueville e Weber, como a base de um bom desenvolvimento. Por seu turno, características que se apoiam em representações culturais sobre o risco ou o lucro explicam melhor a falta de desenvolvimento. A realidade mostra que em determinadas comunidades a cultura pode realmente ser reticente face ao lucro e ao sucesso económico. Aqui a estratégia tem passado por falar em benefícios e receitas de modo a ultrapassar essas representações negativas sobre os lucros económicos (OECD, 2005).

Outro aspeto que influencia o desenvolvimento local são as instituições. A OECD (2005) refere que enquanto as instituições se encontrarem sintonizadas com os valores e os modos de pensar dos indivíduos, o sucesso irá surgir:

¹ O capital social refere-se à riqueza humana de uma comunidade – o resultado da soma de todas as suas habilidades, conhecimentos e parcerias. O capital social constitui um importante arsenal para o desenvolvimento local, na medida em que engloba as capacidades locais, o seu conhecimento endógeno e a sua autossuficiência (Helen Goudl, *Culture and Social Capital*, UNESCO, 2001).

“The success of a cultural approach to cultural development depends on the institutions being able to adapt both their strategic planning and their project preparation process to facilitate flow of information from the bottom up. The distinctiveness of this form of planning is that decisions move from the grass roots to the upper levels of the institutional hierarchy, instead of being imposed by external institutions. It is based on local participation, a commitment to local development, an exchange of information between external contributors and the community concerned and a step- by- step articulation of needs and ideas for meeting them” (UNESCO, 2001, p. 80).

As características culturais e sociais próprias de cada território explicam a forma de cada local se relacionar entre si e com os outros. Essas características são também aquelas que podem abrir ou fechar as portas ao desenvolvimento.

A cultura pode ser um fator para o desenvolvimento de negócios na medida em que a cultura negocial se define por um conjunto de normas e valores que dirigem o comportamento dos participantes de um negócio. Nesta perspectiva, pode falar-se da cultura empreendedora de um território, ou seja, os valores e normas que levam ou não, os atores de um território a planejar e a implementar atividades. Portanto, essa capacidade de criar empregos e negócios está relacionada com a cultura empreendedora do território (OECD, 2005).

Melo (1990) refere também que as áreas de decisão passam pelos empreendimentos locais, sendo estes de natureza cultural, ecológica ou económica. São os elementos da sociedade civil que lutam atualmente por uma economia mais próxima da ecologia e do ser humano, e essa luta é realizada no espaço local. O autor refere ainda que a reestruturação do espaço público passa “sobretudo pela área cultural, em sentido lato

(modos de vida coletiva, informação e formação, investigação e inovação social e científica) (Melo, 1991, p.194)”.

A capacidade empreendedora contribui desta forma para a organização do território.

A cultura pode também ser entendida como um meio para a integração social. Tal como no aspeto anterior onde a cultura pode afetar o desenvolvimento positiva ou negativamente, também a cultura pode trabalhar em prol da integração social. Quando se aborda a questão do desenvolvimento sustentado, afigura-se uma questão que é a da necessidade de criar coesão entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social. A aposta no crescimento económico sem integração poderá ter consequências dramáticas. Assim, é praticamente impossível conceber o desenvolvimento social sem o devido acompanhamento económico (OECD, 2005).

A coesão social parece portanto beneficiar das relações culturais. Os territórios deprimidos são constantemente identificados como exemplos de exclusão social sendo que a exposição a uma forte dose de ações culturais poderá ajudar a reduzir os níveis de stress social comuns neste tipo de ambientes. Contudo, esta ação socializadora não é isenta de algumas ambiguidades, já que não é garantido que a exposição à atividade cultural intensa tenha de facto os efeitos positivos esperados (OECD, 2005).

No entanto, existem de facto alguns efeitos que diretamente contribuem para o enriquecimento do ambiente social. As artes e a cultura contribuem para o lazer, ajudam os indivíduos a sentirem-se psicologicamente bem, e permitem melhorar a sensibilidade.

Melo (1995) afirma que o desenvolvimento local é importante para o “combate civilizacional”, isto é, existe a necessidade de ver o ser humano de forma completa e para tal, é preciso respeitar “ a cultura, os sentimentos, as aspirações espirituais, o gosto pela beleza, o sentido da solidariedade (...) É uma luta pela essência do que é humano...”. O desenvolvimento local deve portanto contribuir para o bem - estar humano.

Para Sachs (2005) a cultura é o campo da criatividade “ de plena realização do desenvolvimento das pessoas, uma maneira extremamente positiva de usar o tempo de não trabalho, de promover a convivialidade e de cimentar a identidade nacional” (Sachs, 2005, p. 163). A convivência que se estabelece pelas atividades culturais contribui deste modo para desenvolver os laços entre a comunidade.

Indiretamente as artes têm efeito civilizacional ao nível da organização social. A atividade artística estimula a criatividade, aspeto que tem implicações ao nível da inovação. E neste conjunto de atividades, o resultado origina a organização da memória coletiva da comunidade que poderá servir de depósito criativo para as gerações do futuro. As artes e as instituições culturais têm um impacto positivo sobre a qualidade de vida, e nas áreas citadinas contribui para a segurança, reduzindo os episódios de crime e violência (OECD, 2005).

Neste encadeamento de ideias vêm também as palavras de Faria (2005) que diz que é pela cultura que se ganha a identidade comunitária, o sentido de pertença, sendo esta uma base fundamental para a cidadania. Este autor reafirma ainda que é necessário transformar a cultura do “ter” em cultura do “ser”, sendo a cultura o veículo para essa transformação. O autor refere que a sociedade se encontra em processo de descoberta de

que é através da cultura que é possível a promoção do desenvolvimento humano. Ao contrário de outras áreas a cultura oferece um espaço onde é possível fazer um grande número de inclusões.

Neste sentido, a cultura é o motor para a “experimentação social”, pois é através dela, “das expressões concretas de criatividade cultural”, que se projeta o futuro das sociedades (Melo, 1995).

Contudo, existe uma corrente mais reticente face aos aspetos supra mencionados e que defende que o desenvolvimento local em locais mais problemáticos como os bairros sociais depende tanto das oportunidades de trabalho como das atividades culturais (OECD, 2005).

Apesar de tudo, parece inegável que as atividades artísticas têm sempre uma contribuição, ainda que pequena para o desenvolvimento local. À partida estas atividades poderão não produzir todos os empregos necessários, no entanto têm o poder de contribuir de forma positiva para o território, quer pela promoção de iniciativas, quer para mostrar aos mais jovens que é possível criar um futuro em territórios que anteriormente pareciam condenados e com o quais não mantinham qualquer identidade (OECD, 2005).

Paralelamente, a cultura pode conduzir à reintegração de pessoas que se encontram desempregadas, presas ou em hospitais. O papel da cultura nesta perspetiva é o de contribuir para uma amenização da situação. De acordo com o Concelho de Artes de Inglaterra (2003) a arte tem um efeito terapêutico na redução ou na repetição dos crimes e intervém positivamente no melhoramento das capacidades linguísticas bem como na expressão dos reclusos.

Sumariamente parece admissível que a cultura desempenha um papel positivo na organização das relações sociais e na reintegração de grupos excluídos dentro de um dado território, contudo existe ainda a necessidade de medir o verdadeiro impacto. Por um lado, a asserção de que a cultura “aumenta o nível de pensamento das pessoas, contribui positivamente para o seu bem - estar social e psicológico, estimula a sua consciência e tem um impacto civilizacional”, por outro lado é preciso avaliar com clareza a abrangência desses mesmos efeitos (Concelho da Europa, 1997 citado em OECD, 2005).

Em 2006 a UE preparou um estudo sobre a *Economia da Cultura na Europa*, onde assinala também a importância da cultura na procura de estratégias de *empowerment* dos grupos e comunidades mais desfavorecidos. No seu entender, a cultura possui um excelente espólio de possibilidades que usadas de forma criativa podem concorrer para o desenvolvimento destes indivíduos. As atividades aqui inscritas passam por:

- ✓ Projetos que partam da base tais como associações culturais, projetos socio culturais, teatro amador, festivais iniciados por voluntários;
- ✓ Projetos que partem do topo protagonizados por empresas ou instituições, por exemplo na reciclagem de áreas abandonadas.

Apesar de estas estratégias não terem um objetivo puramente económico a UE (2006) refere que estes contributos são positivos para o ambiente económico na medida em que:

- ✓ Participam e reforçam a integração social;
- ✓ Contribuem para a promoção da coesão territorial;

- ✓ Participam no fornecimento de habilidades que podem ser transferidas para outras áreas de atividade, contribuindo deste modo para a empregabilidade dos indivíduos e da sua autoconfiança.

Até aqui verificou-se de que forma a cultura poderá influenciar os atores no seu território.

Um outro papel atribuído à cultura diz respeito ao desenvolvimento local que é conseguido pela atração de pessoas e turistas.

Uma dos principais feitos do desenvolvimento local passa pela capacidade de atrair visitantes e conseqüentemente retirar dessa situação mais-valias económicas que ajudarão o território.

Este facto tem segundo a OECD (2005) conduzido a um grande número de estudos que procuram desde os anos 80 do século XX analisar o impacto da cultura sobre o desenvolvimento local. Esta é também a década em que se assistiu aos primeiros sinais de colapso económico de algumas cidades, que na procura de soluções se viraram para a cultura, conseguindo deste modo recuperar. Vários estudos confirmaram que um número significativo de empregos tinha por base atividades culturais (*Policy Study Institute, 1988 e Commissariat Général du Plan, 1989 citados em OECD, 2005*).

Neste campo são importantes objetos de análise os tipos de efeito que a cultura pode provocar no desenvolvimento local.

O desenrolar das atividades culturais necessita de um planeamento muito organizado, já que os efeitos de desenvolvimento dependem em larga escala das despesas que geram.

Esses efeitos são de acordo com a OECD (2005) categorizados da seguinte forma:

Gastos diretos – normalmente relacionados com os gastos feitos num local ou evento. Relaciona-se com os gastos feitos pelos turistas (que vêm de fora do território) ou visitantes (que residem no território). Estes gastos podem referir-se às entradas, restaurantes, acomodação ou compra de lembranças, etc.

Gastos indiretos - são os gastos feitos pelos negócios que fornecem esses bens ou serviços.

Gastos induzidos – referem-se ao fluxo sucessivo de gastos originados pelas despesas dos negócios indiretos.

Outro fator importante nesta discussão resume-se à relatividade da contribuição das atividades culturais para o desenvolvimento local. Neste ponto a OECD (2005) refere que a verdadeira questão se resume à “identificação das contribuições relativas das diferentes contribuições das atividades culturais, e as condições, sob as quais essas contribuições são positivas, ou pelo contrário, irão desaparecer ou tornar-se negativas” (OECD, 2005, p. 62).

Deste ponto de vista, a OECD (2005) propõe quatro critérios para o desenvolvimento de possíveis atividades culturais:

- ✓ Em relação à sua permanência;
- ✓ Em relação ao grau de participação da comunidade local assim como de turistas;
- ✓ Em relação à aptidão do território para providenciar todos os bens necessários à realização destes eventos;

- ✓ Em relação à interdependência das atividades culturais, e a consequente lei da atração de investimentos.

No desenvolvimento de atividades culturais é portanto, importante ter um bom planeamento e sobretudo uma boa antevisão das possíveis consequências das atividades.

Por último, a cultura tem um papel na criação de produtos culturais que contribuem para o desenvolvimento local.

A OECD (2005) defende que se deve prestar maior atenção aos produtos culturais locais uma vez que estes produtos têm características peculiares dos territórios onde são produzidos.

A importância destes produtos baseia-se sobretudo na sua especificidade e originalidade, uma vez que a sua reprodução em qualquer outro lugar não produziria o mesmo efeito. Na identidade deste género de produtos estão muitas vezes as matérias-primas específicas assim como os saberes ancestrais que lhe conferem a autenticidade.

Sobre este facto, a OECD refere que:

The production of these products therefore cannot be indifferent to the nature of their environment, and their location then appears as a determinant of such goods. This idiosyncratic nature may be more or less obvious. A work of art is the very essence of an idiosyncratic product, for it is unique to the image of its producer. (...)

The specific place helps to determine the essence of goods made there, and that essence will change from one place to another. (...) Above all, this means that, beyond the tangible factors of production that are often substitutable and mobile, there are intangible factors that are rooted in the territory beginning with its specific human and social capital. The character of a place, which itself is a

legacy of its tradition, thus produces what some have called “co-development webs” (OECD, 2005, p. 100-101).

Os produtos culturais conferem desta forma uma importante fonte de receita que não deve ser esquecida. Estes focos de produção cultural e criatividade contribuem para o desenvolvimento local de várias formas:

- ✓ Este género de produtos serve principalmente as populações locais uma vez que têm como origem a cultura local. Este facto condiciona a deslocalização para outros países ou continentes, fazendo com que a receita fique na região.
- ✓ Existe uma grande procura de talentos em ambientes localizados, favorecendo deste modo o aparecimento de clusters de desenvolvimento e inovação, facto que pode permitir a atração de investimentos e consequentemente o desenvolvimento de negócios. Atualmente as cidades e as regiões competem pela atração de investimento e de talentos criativos. Para que tal aconteça, estes territórios têm de oferecer um leque variado de condições tais como oferta cultural variada, qualidade e estilo de vida;
- ✓ A cultura é o principal canal para o desenvolvimento do turismo, sendo este também uma das principais fontes económicas da Europa (KEA, 2006).

Os motivos apresentados esclarecem por si só a importância que os produtos culturais desempenham no desenvolvimento local. Não é de estranhar, portanto, que cada vez mais a economia se preocupe com as questões culturais. A demonstrar isso refere Matarasso (2001) que a cultura enquanto expressão dos valores humanos é cada vez mais um assunto na ordem do dia. Do ponto de vista económico, a cultura surge

como um recurso fortíssimo já que os recursos culturais estão a substituir os recursos primários no crescimento económico. Por outro lado, a cultura é um meio eficaz para assegurar o desenvolvimento social e económico (Matarasso, 2001).

Após esta exposição verifica-se que o caminho está só a meio em termos de contribuições da cultura para o desenvolvimento local. Até aqui focou-se sobretudo a contribuição para a dimensão económica e alguns aspetos da dimensão social e humana. Contudo, é inegável que o assunto é extremamente vasto existindo a necessidade de focar outros aspetos que contribuem para o desenvolvimento local.

O desenvolvimento local não pode esquecer outros problemas básicos tais como a educação, a saúde e os direitos humanos.

No seu artigo *Culture, governance & human rights*, Wayland (2001) foca a influência da cultura sobre os métodos de governança e a forma como estes se dirigem aos cidadãos, bem como os fundamentos que perseguem na relação com os direitos humanos.

O autor refere que as diferentes conceções de governança e direitos humanos têm como base a história e a estrutura social, a dinâmica política e os valores culturais de cada país.

A cultura é portanto, a responsável pela forma como um país é governado. Os sentidos que os diferentes governos tomam podem à luz de cada cultura particular ser entendidos como bons ou maus exemplos de governação.

Na perspetiva de Wayland (2001) um governo que use a cultura para promover uma boa governança e os direitos humanos deve permitir que

todos os cidadãos tenham oportunidade de participar nos processos de tomada de decisão.

A arte mais uma vez surge como um canal para a promoção do diálogo entre grupos conflituosos.

A arte é de acordo com Wayland (2001) um meio para a promoção da boa governança.

Sengendo (2001) refere que a cultura tem um papel crucial na aplicação de programas de saúde, nomeadamente em zonas de risco como as de África.

A relação que se constrói entre estas duas dimensões ocorre em ações planeadas de promoção da saúde junto de populações, onde são também elas partes interessadas nas decisões que dizem respeito à sua saúde.

O autor defende que uma vertente cultural do desenvolvimento é também relevante dar particular atenção à grande diversidade cultural, mesmo dentro da mesma sociedade. Assim, os programas de saúde devem ter em consideração esses aspetos, sendo capazes de responder às diferentes solicitações.

Uma abordagem cultural é um método confiável em atividades e projetos que objetivem a erradicação da pobreza, desigualdades de género e de saúde. Este tipo de abordagem é eficaz na medida em que centrado nas pessoas, respeita os seus modos de vida e valores.

Outra questão pertinente refere-se às contribuições da cultura para a educação ou de modo mais concreto, de que forma pode a integração da cultura na educação contribuir para o desenvolvimento local das comunidades? Quais os benefícios que daí podem originar?

A educação cultural pode ser entendida como: “ a participação formal ou/ e informal e /ou o estudo de artes e atividades herdadas de um determinado grupo de pessoas. Estas atividades podem ter um impacto real na autonomia dos alunos e no sentimento de pertença e transmitir capacidades analíticas, críticas e competências interpessoais (...) (Grauer, Krug, Loucher & Mackinnon, 2001, p.61)”.

O investimento na educação tem efeitos a longo prazo, na melhoria das condições de saúde, nas condições económicas, em relação ao respeito pelos direitos humanos e na responsabilidade. A educação cultural tem a capacidade de harmonizar e contribuir para um ambiente saudável, economicamente viável e um espaço sustentável (Grauer, *et al*, 2001).

Este é o motivo principal pelo qual a educação tem sido ao longo dos tempos o motor do desenvolvimento. O Banco Mundial tem emanado diretrizes que vão no sentido de providenciar a todos os cidadãos um grau básico de educação com qualidade adequada, de modo a capacitar em vários níveis: literacia, numeracia, discurso e competências sociais – conferindo-lhes ainda a oportunidade de realizarem uma aprendizagem ao longo da vida (Grauer, *et al*, 2001).

Um ponto crucial neste assunto é de acordo com os autores, o da necessidade de situar a educação num determinado contexto cultural. Um método de ensino formal pode de algum modo impor um determinado padrão cultural homogéneo pela via socializadora característica intrínseca à educação. Neste caso, a educação pode funcionar como uma forma de “indoutrinação”.

A educação cultural poderá ser uma forma eficiente de educar, uma vez que é construída a partir das referências locais. A cultura pode introduzir

mensagens de forma mais suave e dar a oportunidade de falar a pessoas marginalizadas.

A integração da cultura no currículo contribui para o conhecimento da comunidades e sobretudo para a mobilização das pessoas no acompanhamento da mudança social.

Os autores acrescentam ainda que a educação cultural contribui para a formação da identidade, para o património e para o reforço da coesão social e para a perpetuação das formas de conhecimento tradicional.

Sachs (2005) a propósito da educação defende também que o ensino deve integrar (2005) a “cultura do desenvolvimento” não como disciplina isolada, mas como um conjunto de conceitos e conhecimentos transversais às disciplinas tradicionais e com concretização em atividades extra curriculares. Esta integração é de acordo com o autor relevante para o ensino na medida em que contribui para a formação de profissionais sensíveis às questões humanas. Na opinião do autor, “a cultura do desenvolvimento” favorece o diálogo intercultural a todos os níveis: “interregional, intergeracional e interétnico”.

Esta perspetiva de educação assenta perfeitamente na conceção de educação - desenvolvimento como processo para a formação da consciência humana nas suas múltiplas relações.

A consciência resulta da experiência que o sujeito tem enquanto ser ativo. Neste sentido, a educação e o desenvolvimento devem permitir ao indivíduo problematizar a relação “Homem-mundo ou do Homem nas suas relações com o mundo e com os demais” (Freire, 1975 citado em Gomez, Freitas & Callejas, 2002). Esta perspectiva remete para a

necessidade de formação de uma consciência social, económica, política e ecológica.

Esta é também a posição da UNESCO (2005) no documento *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento*, que considera a educação: “como chave – condição *sine qua non* para o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2005, p. 35).

A educação é vista por um prisma multidimensional que prepara o indivíduo de forma integral para que este seja capaz de responder às exigências do meio.

Após esta exposição assume-se que o desenvolvimento local deve atender às particularidades de cada contexto territorial, tendo como ponto de partida dados específicos de cada contexto cultural de modo a projetar as intervenções de modo eficaz e sobretudo de forma a intervir positivamente nas áreas em maior depressão.

O desenvolvimento local luta atualmente pela restituição das identidades perdidas. Nesta ação o desenvolvimento local confronta-se como afirma Melo (2012) com uma dupla função. Numa vertente o desenvolvimento local é responsável por dinamizar, introduzir, reunir e permitir o progresso num modelo conducente à uniformização. Noutra vertente, cria e inventa formas de resistir à uniformização ao perpetuar as identidades e os patrimónios, contribuindo para a multiplicidade.

Esta situação de “duplicidade” e “ambiguidade”, conduz a muitas contradições no próprio desenvolvimento local, mas de acordo com o autor, esta é também uma característica intrínseca da cultura. A cultura engloba todas as ações que são recorrentes no desenvolvimento local, “a preservação, a proteção, a transmissão e reprodução da herança

civilizacional de cada povo como a sua própria contestação e superação, numa dinâmica constante de criatividade e invenção” (Melo, 2012, p.223).

CAPÍTULO 2 – OBJETIVOS E METODOLOGIA

2.1. Objetivos

Este trabalho tem como intenção estudar a importância das associações culturais em termos de contribuições para o desenvolvimento local. Para tal, procurará responder aos seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Conhecer as contribuições das associações culturais e em particular da d'Orfeu em termos culturais e de desenvolvimento local.

Objetivos específicos:

1. Conhecer as concepções do poder local sobre as contribuições da cultura para o DL;
2. Identificar as principais características da d'Orfeu;
3. Caracterizar a intervenção da d'Orfeu;
4. Analisar de que forma a ação da d'Orfeu contribui para a cultura e o desenvolvimento local.

Questão inicial e questões orientadoras

Este estudo enquadra-se no âmbito do desenvolvimento local.

Questão inicial:

Que implicações podem as associações culturais e em particular a d'Orfeu ter em termos culturais e de desenvolvimento local?

Questões orientadoras:

- 1- Quais são as concepções do poder local sobre a importância da cultura na definição das políticas culturais?
- 2- Quais as razões que levaram à constituição da d'Orfeu?

- 3- Quais as áreas de intervenção da d'Orfeu?
- 4- Quais são as linhas orientadoras da atividade da d'Orfeu?
- 5- A que públicos de dirigem os projetos?
- 6- De que recursos dispõe a associação?
- 7- Qual a relação dos projetos com a cultura do concelho?
- 8- Como é a relação da d'Orfeu com a comunidade?
- 9- Como é a relação da d'Orfeu com as outras instituições?
- 10- Como é a relação da d'Orfeu com o poder local?
- 11- Como é a relação da d'Orfeu com os sócios?
- 12- Qual é a relação da d'Orfeu com o exterior?

2.2. Metodologia

A metodologia aplicada a este projeto tem como objetivo principal organizar e classificar as informações de modo coerente relativamente à contribuição das associações culturais em termos de desenvolvimento local.

O estudo consiste numa abordagem qualitativa que se apoiará na análise documental de fontes bibliográficas que constituirão o referencial teórico, sobre qual o estudo assenta e decorrerão ao longo de todo o processo.

Tendo em conta a duração do projeto e tal como afirmam Bogdan e Biklen (1982, p. 57) “pick a study that seems reasonable in size and complexity so that it can be completed within the time and resources available” toda a metodologia orientou-se para que o estudo cumprisse essas características. Portanto, o estudo incidiu sobre uma única associação cultural, neste caso a d'Orfeu – Associação Cultural. Este é um estudo qualitativo, mais precisamente um estudo de caso. Um estudo de caso é: “a detailed examination of one setting, or one single

subject...” (Bogdan e Biklen, 1982, p. 58). Tendo o estudo de caso a particularidade de “permitir ao investigador a possibilidade de se concentrar num caso específico ou situação e de identificar, ou tentar identificar, os diversos processos interativos em curso. (...) O investigador observa, questiona e estuda. Cada organização tem as suas características únicas e específicas. O investigador procura identificá-las, bem como expor o modo como elas afetam a implementação de sistemas e influenciam o funcionamento de uma organização ” (Bell, 1993, p.23). De modo, a perceber melhor o fenómeno será feita uma contextualização não só da cidade e concelho, mas também das orientações culturais do município bem como da própria associação.

Numa primeira abordagem contactou-se a associação com o intuito de pedir autorização para a realização do estudo. Ultrapassado esse ponto iniciaram-se os contactos para definir quais os melhores participantes e informantes para o estudo. Seguidamente e tendo em conta os diferentes entrevistados iniciou-se a construção dos instrumentos de recolha de dados, neste caso particular, os guiões de entrevistas, a posterior recolha e registo dos dados. Este trabalho foi ainda complementado com várias visitas às instalações de modo a conhecer o espaço físico e alguns projetos que se encontram em curso. Por fim, todo o material recolhido foi analisado e processado de modo a dar consistência a este projeto, culminando na redação e discussão dos resultados tendo como ponto de ligação o referencial teórico que suporta o estudo.

De modo a alcançar os objetivos propostos e tendo em conta a natureza do assunto em questão, seleccionaram-se as seguintes técnicas de recolha de dados e técnicas de tratamento correspondentes.

Técnicas de recolha de dados:

✓ **Pesquisa bibliográfica e documental:**

Compreende a análise de documentos, artigos, livros e brochuras que contribuíram para a elaboração do referencial teórico, para a caracterização da cidade e concelho de Águeda e da associação d’Orfeu.

✓ **Entrevistas semi – estruturadas:**

A escolha desta técnica tem como fundamento um interesse que se centra na ação humana e pela sua complexidade, sendo que o interesse se centra “cada vez mais pelo indivíduo, pela sua forma de ver o mundo, pelas suas intenções, pelas suas crenças” (Ruquoy, 1997, p. 84). Tendo em conta a natureza deste projeto, a entrevista surge como técnica fulcral uma vez que permite explorar ideias, sentimentos, algo que outras técnicas, pela sua especificidade não permitiriam. Com a entrevista semiestruturada é possível obter informações comparáveis entre sujeitos (Bogdan e Bilken, 1982) o que neste caso permite confirmar ou enriquecer determinadas questões que se prendem com o objeto em estudo.

Com a participação de entrevistados previamente definidos e que pela sua posição detinham um conhecimento profundo do assunto a estudar, nomeadamente o Presidente da Câmara Municipal de Águeda, a Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Águeda, o Presidente da Junta de Freguesia, o Presidente da Associação Cultural d’Orfeu, a Presidente da Associação Cultural d’Orfeu cessante, o Coordenador Geral da Associação d’Orfeu, o Diretor da empresa AJAP e parceiro da associação d’Orfeu, e finalmente, o Diretor Financeiro da empresa Sociedade Comercial do Vouga e parceiro da associação d’Orfeu.

Os entrevistados foram previamente contactados e informados dos objetivos do estudo. Todos os contactados concordaram em ceder a entrevista mediante um agendamento prévio. As entrevistas foram gravadas em suporte eletrónico (com consentimento dos entrevistados) tendo sido posteriormente transcritas. As entrevistas permitiram recolher uma visão alargada do objeto de estudo, não só de dentro para fora, mas de fora para dentro, apoiando-se em quatro eixos principais: a política cultural do concelho, o historial da associação, a intervenção da associação e as suas contribuições para o desenvolvimento local.

Técnicas de tratamento de dados:

“Data analysis is the process of systematically searching and arranging the interview transcripts, field notes, and other materials that you accumulate to increase your own understanding of them and to enable you to present what you have discovered to others” (Bogdan e Bilken, 1982, p. 145).

Neste projeto privilegiaram-se as seguintes técnicas:

✓ **Análise bibliográfica e documental:**

Consistiu na leitura e organização do material recolhido e deu origem ao suporte teórico deste estudo, bem como caracterizar a cidade, o concelho e a associação d’Orfeu.

✓ **Análise de conteúdo:**

Após o registo escrito das entrevistas, passou-se ao tratamento da informação recolhida pelas entrevistas tendo, para tal sido construído uma matriz de análise (anexo 1). A construção dessa matriz começou com uma análise exaustiva dos dados recolhidos que posteriormente

foram organizados de acordo com as suas características, em dimensões de análise, categorias e subcategorias. Nessa organização da informação esteve subjacente a organização do guião das entrevistas situação que permitiu mais facilmente identificar os padrões bem como os tópicos dos assuntos e posteriormente selecionar as unidades de registo que ilustravam os diferentes conteúdos (Bogdan e Bilken, 1982).

Por fim, procedeu-se à descrição dos resultados obtidos.

**CAPÍTULO 3 – CONTEXTO DO ESTUDO: A CARATERIZAÇÃO
DA CIDADE E CONCELHO DE ÁGUEDA**

3.1. Enquadramento geográfico

A cidade de Águeda situa-se na região do Baixo Vouga e pertence ao distrito de Aveiro.

O concelho de Águeda encontra-se na fronteira do distrito de Aveiro e do distrito de Viseu, entre o litoral e a Serra do Caramulo. A Norte encontra-se com a Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga, a Oeste com Aveiro e Oliveira do Bairro, a sul com Anadia e Mortágua, esta última já pertencente ao distrito de Viseu, bem como os concelhos de Oliveira de Frades, Vouzela e Tondela que se encontram a Este.

Mapa do concelho de Águeda



Ilustração 1 – Mapa do concelho de Águeda (fonte Escola Secundária Marques de Castilho)

O concelho de Águeda tem um território de 335,3 km², sendo em área o maior do distrito de Aveiro. O concelho encontrava-se dividido em 20 freguesias, antes do processo de extinção e fusão de freguesias, sendo as seguintes: Agadão, Aguada de Baixo, Aguada de Cima, Águeda (freguesia sede do concelho), Barrô, Belazaima do Chão, Borralha, Castanheira do Vouga, Espinhel, Fermentelos, Lamas do Vouga, Macieira de Alcoba, Macinhata do Vouga, Óis da Ribeira, Préstimo, Recardães, Segadães, Travassô, Trofa e Valongo do Vouga. Após, as eleições autárquicas de 2013 as freguesias passarão a ser onze. Essa anexação afetará sobretudo as regiões serranas que deste modo terão os seus recursos económicos dispersos por um território administrativo maior.

Em termos geográficos o concelho encontra-se dividido em duas grandes zonas: uma plana e outra montanhosa. A zona mais baixa coincide com a zona envolvente da Pateira de Fermentelos. Já a zona mais alta eleva-se acima dos 100 m de altitude tendo o seu expoente máximo, na Urgueira, freguesia de Macieira de Alcoba, onde a inclinação atinge os 40% em algumas elevações com declives acentuados e que se precipitam em vales fundos normalmente atravessados por cursos de água. A geografia da zona proporciona uma riqueza hídrica, fator que contribui para uma diversidade de fauna e flora no concelho.

As freguesias serranas são as de Macieira de Alcoba, Préstimo, Belazaima do Chão, Agadão, Castanheira do Vouga, sendo que Valongo do Vouga, Macinhata do Vouga e Águeda se encontram apenas parcialmente inseridas na serra. A localização destes lugares tem tido repercussões no desenvolvimento e na dinâmica do território, na medida em que os territórios inseridos na serra dispõem de acessos sinuosos e

com poucas alternativas. Já os territórios mais planos contam com ligações abundantes e portanto com uma forte mobilidade territorial.

Em relação ao clima, o concelho de Águeda apresenta características mediterrânicas, com verões quentes e secos e invernos moderados.

As temperaturas podem variar de acordo com o local onde as medições são efetuadas, sendo que as zonas mais elevadas apresentam uma temperatura média inferior às medições de temperatura feitas em zonas mais planas.

3.2. Caracterização demográfica

Em relação à demografia, o concelho de Águeda apresenta também algumas discrepâncias. A cidade de Águeda apresenta o maior aglomerado de pessoas do concelho, englobando ainda pela própria expansão da cidade as freguesias da Borralha e Recardães. É no espaço da cidade que se concentram os principais serviços, comércio e instituições públicas.

De acordo com os dados definitivos do Censos de 2011 a população residente no concelho de Águeda é de 47729 habitantes, apresentando a seguinte distribuição:

Nº de habitantes por freguesia no concelho de Águeda

Freguesias do concelho	Nº habitantes
Águeda	47729
Agadão	373
Aguada de Baixo	1373
Aguada de Cima	4013
Águeda	11346
Barrô	1836
Belazaima do Chão	599
Castanheira do Vouga	639
Espinhel	2482
Fermentelos	3258
Lamas do Vouga	729
Macieira de Alcoba	84
Macinhata do Vouga	3406
Óis da Ribeira	716
Préstimo	724
Recardães	3554
Segadães	1169
Travassô	1589
Trofa	2732
Valongo do Vouga	4877
Borralha	2230

Tabela 1- Nº de habitantes por freguesia no concelho de Águeda em 2011 (fonte INE)

Como se verifica pela tabela as freguesias com menos população coincidem com os territórios serranos. A maior concentração ocorre na cidade e sede de concelho.

População residente por grupos etários no concelho de Águeda

Grupos etários	Nº habitantes	
	2001	2011
0-14	7789	6642
15-24	7200	5151
25-64	26473	26598
65 ou mais	7579	9338
Total	49041	47729

Tabela 2- População residente por grupos etários no concelho de Águeda em 2001 e 2011 (fonte INE)

Pela análise à tabela 2 verifica-se que a faixa etária predominante no concelho é a que se situa entre os 25-64 tanto em 2001 como em 2011. Como se pode verificar dá-se um retrocesso nas faixas dos 0-14 e dos 15-24 de 2001 para 2011 e um consequente aumento das faixas dos 25-64 e dos 65 ou mais, indicando um envelhecimento da população que acompanha a tendência nacional com um índice de envelhecimento de 145,6% para o concelho de Águeda.

3.3. Caraterização socioeconómica

Em termos educativos e de acordo com os censos de 2011, o concelho de Águeda apresenta uma taxa de analfabetismo de 4,27% e uma taxa de conclusão do ensino secundário de 78,7%. Entre outras indicações o INE

refere que a proporção da população entre os 30 e 34 anos com ensino superior completo é de 22,9 %, sendo um valor intermédio comparativamente com outras cidades do país. A frequência do ensino expressa-se da seguinte forma:

População residente segundo nível de escolaridade no concelho

Grau de escolaridade	Nº de habitantes
Total	47729
Nenhum nível de escolaridade	3353
Ensino Pré-escolar	1092
Ensino Básico – 1º Ciclo	16090
Ensino Básico – 2º Ciclo	6148
Ensino Básico – 3º Ciclo	7607
Ensino Secundário	7499
Ensino Pós- secundário	481
Ensino Superior	5459

Tabela 3- População residente segundo nível de escolaridade no concelho de Águeda (Censos 2011, INE)

A tabela mostra que em 2011 ainda existem 3353 pessoas sem qualquer nível de escolaridade, o que corresponde a 7.02% da população. A maior percentagem da população é 33.71% e possui o nível do Ensino Básico – 1º Ciclo. As percentagens dos outros níveis de escolaridade encontram-se muito próximas sendo que 12,88% tem o 2º ciclo, 15,94% tem o 3º ciclo, 15,71% tem o nível secundário e 11,44% tem o ensino superior. A população que frequenta um nível pós – secundário não é muito expressivo abrangendo apenas 1.01% da população.

Relativamente aos fatores económicos, a cidade de Águeda é conhecida no país e no estrangeiro por se tratar de uma cidade fortemente industrializada, sendo as principais atividades empregadoras as indústrias: da cerâmica, da metalurgia, do fabrico de mobiliário e ainda o comércio a retalho, sendo portanto o sector secundário e o terciário com maior representatividade em termos de emprego como se pode verificar pelo gráfico.

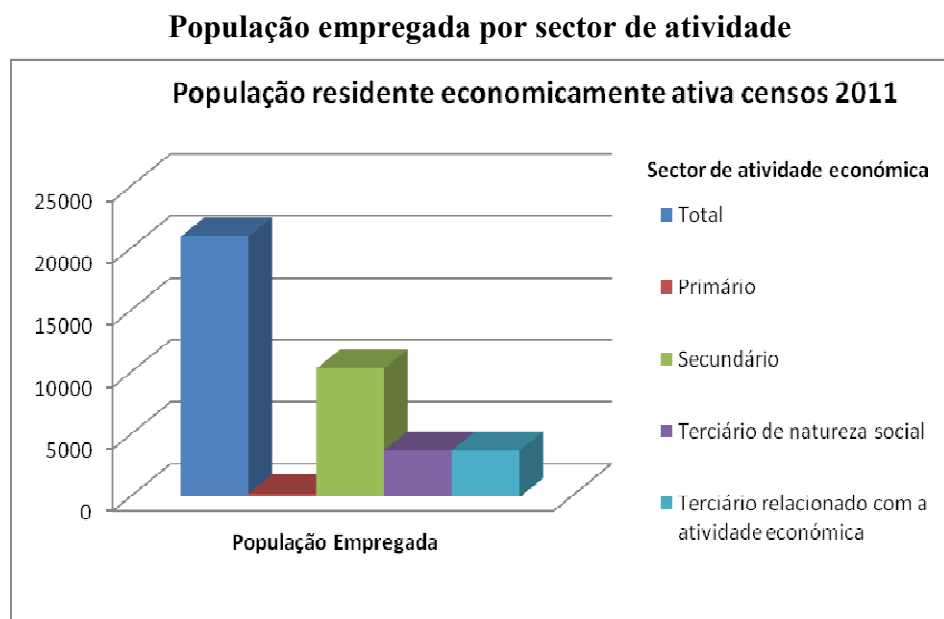


Gráfico 1 – População empregada por sector de atividade (fonte INE)

Em 2011 a população economicamente ativa era de 20999, o que corresponde a 48.94% da população sendo a taxa de desemprego de 10,1%.

Entre a cidade e as freguesias mais circundantes existe alguma proximidade económica uma vez que a maioria da população encontrou emprego quer nas indústrias, quer no comércio da cidade. É comum estas

atividades serem ainda complementadas com alguma agricultura de subsistência, já que a cidade está envolta em campos de natureza agrícola e que são ainda na maior parte das vezes cultivados. Contudo, como se verifica pelo gráfico, apenas uma parcela muito pequena do concelho se dedica exclusivamente à agricultura.

3.4. Estabelecimentos de ensino

Atualmente a sede do concelho concentra a maior oferta educativa, uma vez que os estabelecimentos mais pequenos têm vindo a ser encerrados, nomeadamente ao nível do 1º ciclo.

Estabelecimentos de ensino

	Freguesias	Escolas
Público	Agadão	Sala de Apoio da EB1 - Lomba JI Agadão
	Aguada de Baixo	EB1 Aguada de Baixo JI Aguada de Baixo
	Aguada de Cima	EB1 Aguada de Cima EB2,3 Aguada de Cima
	Águeda	EB1 Águeda – Chãs JI Águeda EB1 Assequins EB1 Giesteira JI Giesteira EB1 Vale Domingos EB2,3 Fernando Caldeira ES Adolfo Portela ES Marques de Castilho
	Barrô	EB1 Barrô JI Barrô
	Belazaima do Chão	EB1 Belazaima do Chão
	Castanheira do Vouga	EB1 Castanheira do Vouga JI Castanheira
	Espinhel	EB1 Espinhel JI Espinhel JI Paradela EB1 Paradela
	Fermentelos	EB1 Professor Américo Urbano EB1 Professor João Pires da Rosa JI Fermentelos EB2,3 Professor Artur Nunes Vidal
	Lamas do Vouga	EB1 Pedações JI Pedações
	Macinhata do Vouga	EB1 Macinhata do Vouga EB1 Serém de Cima JI Macinhata JI Sernada
	Óis da Ribeira	EB1 Óis da Ribeira
	Préstimo	EB1 Á-dos-Ferreiros
	Recardães	EB1 Recardães JI Recardães
	Espinhel	EB1 Segadães JI Segadães
	Fermentelos	EB1 Travassô
	Trofa	EB1 Mourisca do Vouga JI Mourisca EB1 S. Sebastião JI Trofa
	Valongo do Vouga	EB1 Arrancada do Vouga EB1 Valongo do Vouga JI Á-dos-Ferreiros JI Arrancada do Vouga EB2,3 Valongo do Vouga JI Valongo do Vouga
	Borralha	EB1 Borralha JI Borralha
	Privado	Trofa

Tabela 4- Estabelecimentos de ensino do concelho de Águeda (fonte CMA)

Paralelamente ao ensino regular existem ainda na cidade vários cursos destinados a jovens e adultos que se enquadram numa via profissionalizante bem como numa maior adequação às ofertas de emprego existentes no concelho:

Ofertas de formação para jovens e adultos

Curso		Tipo	Local de Funcionamento
Eletricista de Instalações	Ensino Profissional	Dupla Certificação	ES Marques Castilho
Assistente de Família e de Apoio à Comunidade			ES Marques Castilho
Empregado Comercial			ES Marques Castilho
Informática			ES Adolfo Portela
Técnico de Restauração	Ensino e Formação de Jovens		ES Marques Castilho
Técnico de Informática e Gestão			ES Marques Castilho
Técnico de Design			ES Marques Castilho
Técnico de Marketing			ES Marques Castilho
Técnico de Eletrónica			ES Marques Castilho
Técnico de Manutenção Industrial			ES Marques Castilho
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva			ES Marques Castilho
Técnico de Multimédia			ES Adolfo Portela
Técnico de Auxiliar de Saúde			ES Adolfo Portela
Técnico de Apoio à Infância			ES Adolfo Portela
EFA	Educação e Formação de Adultos	Certificação Escolar	ES Marques Castilho

Tabela 5 – Ofertas formativas para jovens e adultos na cidade de Águeda ano letivo 2012/2013 (fontes ES Marques de Castilho e ES Adolfo Portela)

3.5. Infraestruturas e equipamentos

A cidade de Águeda e o concelho encontram-se bem equipados comparativamente a outras zonas do país. Em termos de serviços públicos de saúde a sede do concelho dispõe de um hospital e de um Centro de Saúde com polos em outras freguesias. A saúde é ainda coberta por um grande número de serviços médicos privados que se concentram na cidade.

Em termos de infraestruturas de base, a cidade dispõe de um sistema de abastecimento de água, de eletricidade e de saneamento.

Relativamente ao parque empresarial encontra-se neste momento um pouco disperso entre a cidade e algumas freguesias adjacentes, contudo segundo as últimas informações da Câmara Municipal foi inaugurado um parque industrial fora da cidade que prevê um maior ordenamento no que respeita à implantação de novas unidades industriais.

A área sociocultural está também muito bem servida não só na cidade como também pelas freguesias do concelho. Existem um conjunto de serviços que proporcionam ocupação e lazer, tais como: associações culturais, associações de desporto, biblioteca, cinema, piscina, auditório, polidesportivo, entre outros.

Na cidade existem também uma vasta rede de serviços comerciais que abastecem a população em todas as suas necessidades imediatas.

3.6. Património

Atravessada pelo rio Águeda, a cidade está implantada num território atravessado por diferentes cursos de água e pela Serra do Caramulo, características que lhe conferem um interessante património natural.

A história da cidade e arredores remontam a tempos antigos. Algum património que é ainda possível observar hoje é o da época romana (Estação Arqueológica do Cabeço do Vouga). Não é de estranhar esta ocupação, pois a situação geográfica privilegiava as ligações romanas (caminhos de Santiago) e as ligações entre as cidades principais na ocupação romana; Lisboa, Braga e Viseu, situação que ainda se mantém atualmente.

O património arquitetónico está ligado ao culto religioso. Bem no centro da cidade encontra-se a Igreja matriz dedicada a Santa Eulália, tendo a sua edificação sido realizada em três períodos distintos, a primeira no século XVII, altura em que se construiu a nave e as capelas laterais, a segunda no segundo quartel do século XVIII, foram erguidas a frontaria e a capela-mor e no século XX, no último quartel procedeu-se à decoração interior e à harmonização do espaço envolvente.

Na cidade encontra-se ainda a capela de S. Sebastião situada na zona emblemática da cidade Venda Nova. A data da sua construção não é bem precisa, contudo existem relatos que afirmavam que a capela se encontrava em ruínas pelo ano de 1675. A data da sua última remodelação é do último quartel do século XX. No seu interior encontram-se a imagem do seu padroeiro S. Sebastião, Santa Apolónia e S. Romão. A importância desta capela na tradição popular vem associada a uma lenda que o santo “amaldiçoa” ou se “vinga” de todos aqueles que ousem atentar contra a capela ou o santo. Os relatos de pernas partidas e outros acidentes perduram até hoje.

A capela de S. Pedro é outro monumento religioso que fica situado no Alto das Chãs, numa das partes altas da cidade. É um edifício que data do

século XIX. No seu interior existe um pequeno retábulo datado do final do século XVII.

Relativamente à arquitetura civil existem na cidade ainda alguns exemplares, nomeadamente o Solar da Casa do Adro. Este solar está situado junto à Igreja Matriz e é atualmente a sede do Conservatório de Música de Águeda. Outra edificação com história é a Casa da Alta Vila datada dos finais do século XIX e rodeada por um parque natural. No centro da cidade existe ainda a Casa da Venda Nova (Casa-Museu), atualmente sede do “Cancioneiro de Águeda” cujas características arquitetónicas barrocas se destacam.

A nível de museologia Águeda é servida pela Casa-Museu da Fundação Dionísio Pinheiro onde se encontra um interessante espólio de pintura, escultura, cerâmica, mobiliário, prata, cristais e tecidos (fonte Cancioneiro de Águeda).

3.7. Movimento Associativo

Embora Águeda seja uma cidade pequena, o número de associações culturais e recreativas só na zona urbana é de 13 e engloba diferentes tipologias de interesses, sendo elas as seguintes: Associação Cultural dos Surdos de Águeda, Associação dos Naturais e Amigos de Águeda, Conservatório de Música de Águeda, d’Orfeu – Associação Cultural, Gipsy Produções GPAC, Grupo Coral da Cruz Vermelha de Águeda, Grupo Típico “O Cancioneiro”, Orfeão de Águeda, Orquestra Típica e Coral de Águeda e Sol Nascente – Associação Jovem.

No total do concelho o número de associações culturais e recreativas é de oitenta e sete. A realidade dos números mostra que o movimento associativo se encontra bem enraizado, quer no concelho quer na própria

cidade. No entanto, o grande número de associações não coincide propriamente com um movimento organizado e dinâmico de todas estas instituições, o que faz com que muitas associações não passem da sua esfera interna.

Contudo, e especialmente nos últimos anos têm-se assistido a uma maior dinamização de eventos, motivados pelo trabalho em parceria, que têm permitido conhecer o trabalho de várias associações culturais do concelho (fonte Câmara Municipal de Águeda).

**CAPÍTULO 4 – A D’ORFEU E A CONTRIBUIÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

4.1. Caracterização da d’Orfeu

4.1.1. A associação

A d’Orfeu- Associação Cultural foi constituída em 4 de dezembro de 1995 encontra-se sediada em Águeda, cidade do distrito de Aveiro localizada na região centro. Desde o início, a associação surgiu com o intuito de promover e desenvolver atividades culturais, sobretudo a nível musical, dinamizar o património cultural universal e promover eventos culturais conjuntamente com instituições congéneres. (Regulamento Geral Interno da Associação, anexo 6).

A d’Orfeu é uma associação sem fins lucrativos que para além de ter recebido o mérito em 2001 de Instituição de Utilidade Pública pela Presidência do Conselho de Ministros foi-lhe ainda declarado em 2003 o estatuto de “Superior Interesse Cultural” pelo Ministério da Cultura (Dossier d’Orfeu, anexo 7).

A atividade da associação tem-se centrado na dinamização, na promoção e formação cultural, tendo como fundamento as raízes locais, daí a sua aposta numa escola de música tradicional, como forma de capacitação de futuros públicos e futuros intervenientes culturais. A ação da d’Orfeu estende-se ainda a atividades de investigação, difusão e exposição, visando contribuir para os circuitos culturais já instituídos como também criar novas propostas (Dossier d’Orfeu, anexo 7).

No entanto, apesar de estar inicialmente mais vocacionada para a preservação das raízes da música tradicional local, a d’Orfeu foi a primeira associação do concelho a abrir-se para novos caminhos, inventando e experimentando a tradição, fazendo com que ao fim de 18 anos de atividade tenha contribuído de forma marcante para a

recuperação do passado, dando-lhe porém um toque de contemporaneidade, mostrando que as raízes culturais podem ser uma fonte inesgotável de novas possibilidades para o futuro (Dossier d'Orfeu, anexo 7).

Embora a d'Orfeu tenha como impulsionadores os quatro irmãos Fernandes, assim conhecidos no meio, todo o desenvolvimento da d'Orfeu deve-se também a um vastíssimo número de pessoas que com as suas pequenas ou grandes contribuições ajudaram a trilhar o caminho da d'Orfeu, dentro destes destacam-se, as pessoas que ocuparam os cargos diretivos, técnicos, professores, alunos, mecenas, artistas, entre outros.

Para além dos já mencionados, o trabalho diário da d'Orfeu deve-se sobretudo a uma equipa permanente, multidisciplinar e profissionalizada cujas características permitem o desenvolvimento de um vastíssimo número de projetos culturais.

Os projetos são a referência da associação e distribuem-se por quatro grandes áreas de intervenção: a formação, a programação, a criação e a edição.

Outro aspeto que tem contribuído para traçar o destino da d'Orfeu tem sido os apoios que lhe são concedidos. Sendo a cultura um dos setores menos apoiados, não só pelo facto de ser considerado um sector pouco vital para a economia mas também pela parca valorização profissional que lhe é reconhecida. Nesta constante luta por se manter economicamente viável a d'Orfeu tem trabalhado no sentido de aproveitar todos os recursos económicos possíveis. Por esta razão, a definição do seu percurso é também resultado das candidaturas dos seus projetos aos diferentes organismos que proporcionam esses apoios.

Paralelamente existe um grupo de mecenas que vai regularmente contribuindo para apoiar a programação geral da d'Orfeu. Existem ainda apoios que não sendo financeiros têm na mesma um valor atribuído e que se resumem a um conjunto de serviços necessários para a persecução dos objetivos.

Naturalmente, a associação encontra algumas dificuldades no seu quotidiano e que se prendem não só com aquilo que já foi referido anteriormente mas também por se tratar de uma estrutura com uma dimensão grande para uma cidade de cerca de 12000 habitantes que por si só não tem capacidade para suportar tanta oferta cultural. Esta situação contribuiu largamente para a supra localização da associação. Ainda dentro deste tópico existe um outro aspeto que contribui para a necessidade de associação ultrapassar as fronteiras concelhias e essa razão é proveniente de uma certa resistência às atividades culturais por parte da comunidade. Embora a associação tenha conseguido fidelizar uma parte da comunidade existe ainda um grande trabalho que passa por atrair outros sectores do público (CGD).

4.1.2. As áreas de intervenção

Decorridos 18 anos de atividade, a intervenção da d'Orfeu na comunidade resultou na criação de diferentes áreas de atuação. Estas áreas não surgiram todas ao mesmo tempo têm na maioria dos casos resultado da identificação de necessidades/oportunidades na área cultural.

Atualmente existem quatro áreas de intervenção:

- Formação
- Programação
- Criação

- Edição

4.1.2.1. A formação

A formação é a área de intervenção que primeiro surgiu na atividade da d'Orfeu e resultou da necessidade de criar uma estrutura profissional que promovesse na comunidade um despertar para a cultura em Águeda.

A associação oferece dentro do âmbito da música tradicional um vasto cartaz de formação. A EMtrad' – Escola de Música Tradicional é uma das poucas escolas no país que oferece a possibilidade de um ensino contínuo de música tradicional. Para além da escola existem ainda as seguintes possibilidades e que podem funcionar mediante um número mínimo de inscrições.

No âmbito da EMtrad':

- “Naípe” – curso instrumental de conjunto
- Aulas individuais
- Formação musical
- BAIL'i – Baile em família

No âmbito da d'Formação (formação em teatro):

- Núcleo de teatro para adultos
- Curso de expressão e marionetas para crianças

No âmbito da d'Formação (formação técnica):

- Curso de som
- Curso de iluminação

No âmbito da d'Formação (formação em artes plásticas):

➤ Curso de história das artes e artes plásticas para adultos

De modo a afirmar a sua estratégia pedagógica a d'Orfeu trabalha de modo a inscrever as suas práticas num quadro internacional do ensino tradicional, desta forma a associação assume um papel preponderante na construção de uma rede europeia de música tradicional, situação que já assume de modo informal, mas que pretende ver formalizada na participação e no desenvolvimento de projetos educativos musicais de índole tradicional.

4.1.2.2. A programação

Outra área de intervenção diz respeito à programação de um grupo de atividades que pela sua natureza já se tornaram cartaz regular e sobretudo contribuíram para a fidelização do público. A programação é portanto um dos maiores focos de interesse da associação uma vez que é a programação que chama à atenção sobre a sua atividade. Ao longo dos anos a programação sofreu algumas alterações, alguns projetos tiveram o seu momento e por várias razões não lhes foi dada continuidade. Contudo desde 2009 existem quatro projetos que se destacam e que atualmente são uma marca incontornável da associação, o “Festival i” que é um festival destinado ao público infantil e familiar, o “Festim” festival intermunicipal de músicas do mundo, o “Gesto Orelhudo” festival de música e comédia, sendo também, um dos festivais com mais edições e um dos mais reconhecidos pelo público e por fim o “Outonalidades” que integra um circuito português de música ao vivo e que conta com o maior número de edições sendo em 2013 a décima sétima, encontrando-se atualmente em expansão internacional.

A área da programação é aquela que mais tem contribuído para o estabelecimento de uma oferta cultural regular tendo como principal objetivo atingir diferentes sectores do público.

4.1.2.3. A criação

Sendo a d'Orfeu uma associação cultural assumidamente de cariz tradicional faz todo o sentido que uma das áreas de intervenção se dedique à criação de novos contextos e novas produções culturais. Ao longo da atividade vários têm sido os projetos que têm sido criados no seio da associação. O espaço da criação é também um berço para a experimentação entre diferentes expressões performativas que nascem desse cruzamento de genes.

As criações da d'Orfeu coincidem praticamente com o início da sua atividade. Um desses exemplos foi o “Com Passos Simples”(1996-1999) a primeira criação da associação que levou à cena os alunos e formadores dos primeiros repertórios desenvolvidos na formação.

Uma das criações mais emblemáticas e que contou com um vasto número de atuações foram “Os CantAutores”, um espetáculo que homenageou três grandes vultos da música portuguesa, José Afonso, Sérgio Godinho e Fausto. O repertório foi recriado e interpretado tendo obtido bastante sucesso e culminado na edição de um CD “Os CantAutores”.

A criação “Clave de Xuva” (2001-2004) surgiu intencionalmente para o “Outonalidades”, o circuito musical de música ao vivo. Esta criação contou com a presença de vários elementos ligados à d'Orfeu, tendo como objetivo recolher temas conhecidos dos públicos dos bares, dando-lhe uma nova sonoridade e tendo como ponto de partida os autores portugueses.

O espetáculo “Emboscadas” (2005) seguiu a linha das recriações das músicas dos cantautores de Abril, nomeadamente José Afonso, Fausto, Sérgio Godinho, José Mário Branco, Adriano Correia de Oliveira Trovante e Carlos Paredes, pela voz de Miguel Calhaz.

Na área do teatro, o “Andamento” (2003) deu voz à música e à poesia.

Os “4Portango” descobriram no tango de Astor Piazzolla um manancial de experimentações convidando o público a novas sonoridades.

Entre as criações que estão atualmente em cena há a referir os “Toques do Caramulo” grupo musical com dez anos de atividade, responsável pela recolha das velhas cantigas da Serra do Caramulo e pela sua transformação em novas sonoridades. O grupo conta com um enorme reconhecimento não só nacional mas também internacional.

O “Contracorrente” é uma criação mais recente e pretende homenagear a música de intervenção, trazendo para a atualidade figuras que marcaram a resistência pela música e pela voz, como é o caso do português José Afonso, do chileno Víctor Jara, o argelino Idir ou ainda do brasileiro Chico Buarque. O “Contracorrente” é um espetáculo que congrega a experiência da resistência a nível internacional, trazendo um olhar atual sobre o assunto.

Outra experiência musical que se encontra atualmente em cena é o “d’Orfmind Sound System”, onde um DJ e um produtor propõem uma mistura de sons considerada talvez insólita, uma vez que conjuga música conhecida, com música desconhecida, antigas e futuristas, mas que são dançáveis.

Dentro da atividade da criação existem ainda conteúdos com propósitos didáticos como é o caso da “Somtopeia”, que se baseia na história de um artista que quer montar um espetáculo mas não sabe como. Esta é uma formação com características teatrais que leva os mais jovens a descobrirem a física do som de forma divertida.

O “Bail’i” é um baile para todas as idades e tem como objetivo estimular o movimento corporal e a musicalidade no público mais jovem.

“Bebés com Música” é uma atividade dirigida ao público infantil e pretende estimular o gosto pela música através das canções, jogos e danças.

Dentro das criações músico-teatrais encontram-se atualmente três espetáculos em cena: os “Mal-empregados”, um espetáculo que conjuga o teatro e a música, numa vertente cômica. O “Repertório Osório” reúne um grupo de canções estendendo-as a uma interpretação teatral. Por fim, ainda dentro deste género está o espetáculo “Muito Riso, Muito Siso” que através de textos em língua portuguesa espalham o bom humor.

Outra área da criação diz respeito aos espetáculos para o público infantil, neste espaço encontram-se atualmente três propostas: “A Mala Fanfarra” é um espetáculo criado a partir de uma mala cheia de instrumentos e histórias que propõem ao público momentos de divertimento. O “Borbolino” um espetáculo sonoro e plástico que conta a história de amizade entre uma criança e um grilo. Por fim, o espetáculo “Eram 7 os Medos do Pedro”, uma história sobre uma criança igual a todas as outras que através da fantasia consegue vencer os medos.

4.1.2.4. A edição

A d'Orfeu é uma associação que ocupa no panorama cultural um lugar de destaque graças ao seu intenso trabalho de formação, programação, criação, permuta e de difusão do património musical tradicional, tendo deste modo construído um importante arquivo de documentos em formato bibliográfico e audiovisual, que podem ser consultados na Teca, na associação.

Na sequência do sucesso de algumas criações tais como: “ CantAutores” (2002) e “Toques do Caramulo”(2007) verificou-se a necessidade de registar os dois projetos, dando espaço para primeiras edições discográficas da associação.

Em 2010 e a propósito do 15º aniversário a d'Orfeu celebrou a data com “Contexto” livro escrito por António Pires e que conta o percurso da d'Orfeu, e com “Significado – A música portuguesa gostasse dela própria” um documentário que mostra a música tradicional como uma fonte inesgotável de possibilidades e o trabalho que a d'Orfeu tem desenvolvido neste âmbito. Estes documentos marcam a 1ª edição da d'Eurídice, a marca editorial da d'Orfeu.

O “Borbolino” (2012) conta a história da amizade entre um grilo e um menino. Escrito por Odete Ferreira, a história traz um livro e um CD.

Ainda em 2012 a d'Eurídice editou o CD “Avis Rara” dos Gaiteiros de Lisboa um dos grupos mais conceituados no que respeita à reinvenção da música tradicional portuguesa (fonte página web d'Orfeu).

4.2. Análise do trabalho de campo

O campo de investigação deste estudo centra-se na atividade da d'Orfeu e das suas contribuições para a cultura e o desenvolvimento local.

Num primeiro momento houve um contacto presencial com os corpos diretivos da associação, com a finalidade de auscultar a disponibilidade e a colaboração para a realização do estudo. Após a confirmação da mesma passou-se ao passo seguinte que seria o de elaborar a lista de entrevistados que poderiam fornecer uma visão ampla do objeto de estudo. Essa lista incluiu pessoas do poder local, o Presidente da Câmara Municipal de Águeda, a Vereadora da Cultura da Câmara de Águeda, o Presidente da Junta da Freguesia de Águeda que pela sua posição privilegiada poderiam fornecer importantes pistas para a caracterização do contexto cultural da cidade e do concelho, bem como uma visão sobre a atividade da associação. Uma outra lista partiu de dentro da associação, sendo esta composta pela Presidente cessante da Direção da d'Orfeu, o atual Presidente da Direção e o Coordenador Geral, que pelas suas posições detinham um conhecimento exaustivo da atividade da associação. Por fim, elaborou-se uma lista de entrevistados que embora sejam exteriores à associação, apoiam a sua atividade (mecenias).

Após a conclusão da lista de entrevistados passou-se ao contacto telefónico e eletrónico para agendamento das datas, tendo sido todas prontamente aceites. Numa fase posterior realizaram-se as entrevistas que permitiram este trabalho. De acordo com Bogdan e Biklen (1982, p. 135) “the interview is used to gather descriptive data in the subject’s own words so that the researcher can develop insights on how subjects interpret some piece of the world”. (Guiões de entrevistas – anexo 3)

De modo a facilitar a análise dos dados definiram-se as dimensões de análise e construíram-se categorias e subcategorias. De acordo com Bogdan e Biklen (1982, p. 157) as categorias são entendidas da seguinte forma: “refers to codes under which the most general information on the setting, topic, or subjects can be sorted (anexo 5).

As dimensões de análise definidas foram:

- 1. Política cultural do concelho**
- 2. A d’Orfeu**

E as seguintes categorias e subcategorias relacionadas com cada uma das dimensões referidas:

1.1. Caracterização da política cultural do concelho

- 1.1.1. Conceções sobre a contribuição da cultura para o DL
- 1.1.2. Iniciativas
- 1.1.3. Relação da autarquia com as associações

2.1 Historial da associação

- 2.1.1. Constituição da associação
- 2.1.2. Necessidades culturais existentes
- 2.1.3. Estrutura/Áreas
- 2.1.4. Política cultural da associação

2.2. Caracterizar a intervenção da d’Orfeu

- 2.2.1. A d’Orfeu no contexto cultural do concelho
- 2.2.2. Projetos/Áreas de intervenção
- 2.2.3. Público – alvo
- 2.2.4. Recursos

2.2.5. Relação dos projetos com a cultura da cidade e do concelho

2.2.6. Relação com a comunidade

2.2.7. Relação com outras instituições

2.2.8. Relação com o poder local

2.2.9. Relação com os sócios

2.2.10. Relação com o exterior

2.2.11. Criação de produtos culturais

2.3. Contribuições da d’Orfeu para o DL

2.3.1. Tipologia das contribuições

As entrevistas foram gravadas em suporte eletrónico e posteriormente transcritas (anexo 5). De modo a organizar e tornar mais eficiente a análise de dados construiu-se uma grelha de análise que permitiu redigir as conclusões que em seguida se apresentam (anexo 4).

4.2.1. Dimensão de análise: Política cultural do concelho

4.2.1.1. Caracterização da política cultural do concelho

A. Concepções sobre a contribuição da cultura para o DL

Em relação às concepções sobre a contribuição da cultura para o DL os três representantes do poder local entrevistados consideram que a cultura tem uma influência positiva sobre o DL e contribui em diferentes frentes. Um dos aspetos focados é o de que “*a cultura contribui para a formação integral do homem*” (PCMA). Na cidade de Águeda a cultura é “*considerada um bem de primeira necessidade*” (PCMA). Esta afirmação revela uma preocupação por parte do poder local em desenvolver a cultura do concelho. Ainda nesta perspetiva mais relacionada com o

humano, a cultura *“faz parte do desenvolvimento pessoal e do desenvolvimento de qualquer cidade de qualquer concelho, porque eleva o nível cultural das pessoas”* (VCCMA). Dentro desta conceção encontra-se ainda a ideia da cultura como *“mais-valias intelectuais”* (PJFA).

Este interesse pela cultura resulta da identificação de alguns problemas, nomeadamente ao nível da formação cultural, do desenvolvimento pessoal, da necessidade de diversificar os hábitos culturais dos munícipes e de criar dinâmicas na cidade. Este aspeto poderá estar relacionado, pelo facto de a população de Águeda abranger ainda populações bastante rurais com poucas vivências culturais e com um nível de escolaridade baixo.

Numa perspetiva mais direcionada para o aspeto material a *“cultura tem essa capacidade de criar dinâmicas nas cidades nas localidades, fazer as pessoas sair à rua, e portanto... também movimenta a economia”* (VCCMA). A cultura é encarada como um meio para gerar *“mais-valias, são geradoras de receitas”* (PJFA).

A cultura enquanto geradora de receitas é também um aspeto salientado pela EU (2006) que refere que o DL é conseguido pela atração de pessoas ao território.

Esta partilha de opiniões demonstra o respeito por parte do poder local relativamente ao poder da cultura, por um lado a crença de que a cultura proporciona crescimento pessoal, desenvolvimento humano e por outro a inevitável contribuição para o desenvolvimento económico através da movimentação de pessoas.

B. Iniciativas

Relativamente às iniciativas culturais propostas pelo poder local, os entrevistados revelaram que *“aquilo que delineámos logo no início do mandato foi criar hábitos de cultura às pessoas e por isso gizámos acontecimentos que iriam ter regularidade e que portanto, se iriam perpetuar ao longo dos anos”* (PCMA). Essas iniciativas propostas pela autarquia foram *“ as Sextas Culturais depois em parceria com a d’Orfeu o Gesto Orelhudo... mais uma ou outra iniciativa que temos com eles e o Agitágueda”* (PCMA). Portanto, a autarquia prevê um programa cultural regular para a população.

O desenvolvimento das iniciativas assenta sobretudo num trabalho conjunto, numa *“aposta no movimento associativo de Águeda, mas trazendo outros que pudessem também trazer algumas experiências e ajudar a potenciar a melhoria de qualidade daqueles que temos cá”* (PCMA). As iniciativas apresentadas pelas associações são alvo de análise pela autarquia não no sentido de *“encomenda, há uma partilha de responsabilidades de ideias”* (PCMA).

Uma das preocupações da autarquia tem sido dar continuidade ao apoio cultural, contudo devido ao grande número de associações a autarquia tem apoiado *“sempre na medida da dinâmica que as associações têm, sempre na perspectiva de quem mais faz, quem mais iniciativas tem, mais apoio tem por parte da autarquia”* (VCCMA). Por outro lado, a autarquia tem vindo a apostar no desenvolvimento da *“área de programação cultural”* (VCCMA). Esta área tem por objetivo *“criar o hábito de ir, para depois, se irem introduzindo outro tipo de ofertas que à partida as pessoas não iriam... adquirir não conhecem tanto, mas como já estão habituadas a ir, por exemplo às Sextas Culturais, já vão,*

mesmo que não conheçam tão bem aquele grupo e aí permite-nos introduzir outro tipo de programação” (VCCMA). A preocupação com novos conteúdos culturais é desta feita também abordada pela autarquia numa perspetiva de criar hábitos culturais e sobretudo diversificá-los.

A aposta na cultura por parte do poder local levou ainda ao desenvolvimento do projeto da Incubadora Cultural. *“A incubadora vai ser um espaço aberto não só às pessoas de Águeda mas às pessoas de todo o país e do estrangeiro”* e tem como objetivo permitir e apoiar projetos na área cultural e de preferência criar negócios associados. A incubadora cultural visa também aproveitar o capital humano da cidade *“permitir que este know-how e esta massa humana, porque no fundo, em Águeda na área da cultura existem muitas pessoas a trabalhar, muitas pessoas com valor, com ideias, com iniciativa” (VCCMA).*

A oferta cultural na cidade de Águeda é grande, razão pela qual, a nível de iniciativas existe a necessidade de *“uma organização da agenda cultural” (PJFA).* Esta necessidade de organizar a agenda cultural tem latente uma preocupação de não retirar públicos às diferentes dinâmicas e sobretudo de programar eventos para as alturas do ano em que existem menos ofertas.

C. Relação da autarquia com as associações

Na relação da autarquia com as associações são valorizados alguns aspetos como a importância que se dá *“à mobilização dos atores locais... à grande participação das pessoas do concelho, bandas, outros voluntários, etc.” (PCMA).* A mesma opinião é partilhada pela Vereadora da Cultura que refere *“pessoas individuais também que sabemos que trabalham na área da cultura, e que têm valor, e outras*

peçoas que nem são muito conhecidas, e que nós chamamos também de forma a dar visibilidade a esse trabalho... noutras áreas que não têm a ver com a cultura, mas por exemplo na dinamização do comércio na dinamização da cidade, cruzando a cultura com outras áreas”. (VCCMA)

Outro aspeto realçado neste ponto refere-se ao trabalho que a autarquia tem feito em prol do desenvolvimento das relações com as associações “*a câmara tem de certa maneira, ultimamente tem tentado pelo menos por as instituições umas a funcionar com as outras...o que acontece aqui é que o espírito do associativismo em Águeda é muito individualista, que é uma coisa engraçada e haveria necessidade de se estimular a aproximação”* (PJFA)

Em termos mais concretos a autarquia refere que “*em geral a ligação entre a câmara e as associações é boa”* (PCMA) No entanto, essa relação está também condicionada pelo dinamismo que apresentam, sendo que normalmente estão mais próximas as que têm uma maior atividade “*no geral eu penso que a relação que nós temos com as associações é positiva, é uma relação saudável, naturalmente que depois dependendo do tipo de projetos que elas dinamizam, que nós dinamizamos, existem associações com as quais temos, acabamos por ter mais ligação”* (VCCMA). Neste ponto a vereadora destaca a d’Orfeu pelo seu trabalho e pela estreita relação que mantêm “*se pensarmos naquele protocolo que acaba por ser mais significativo e também porque se trata de uma associação reconhecida a nível nacional, internacional e por ser também profissional, temos um protocolo com a d’Orfeu que acaba por ser um pouco diferente de todos os outros que temos”* (VCCMA).

No que se refere à junta de freguesia de Águeda a relação torna-se peculiar por ser mais baseada na resolução das necessidades imediatas e como refere o Presidente da Junta *“nós estamos disponíveis para ajudar as associações com os nossos meios próprios, precisam de uma carrinha, precisam de uma máquina, precisam de baias que nós temos para as atividades culturais, recreativas, desportivas seja o que for e nós apoiamos com os meios que temos”* (PJFA).

Após esta exposição verifica-se que o poder local preza as relações com as associações e promove um contacto de proximidade apostando em primeiro lugar nos recursos locais.

Esta postura revela que a ação do poder local procura seguir os princípios do DL, nomeadamente no que se refere ao aproveitamento das potencialidades locais na resolução dos problemas, no sentido evidenciado por diferentes autores (Reis, 1998; UNESCO, 2001; Amaro, 2004; OECD, 2005 e Carvalho, Lisboa e Roque, 2009).

4.2.2. Dimensão de análise: d’Orfeu

4.2.2.1. Historial da associação

A. Constituição da associação

A constituição da associação deu-se em 1995 e partiu da vontade de quatro irmãos e um de um grupo de amigos que partilhavam o mesmo universo de ideias *“estes quatro irmãos de que te falei e mais uma série de amigos e colegas que vinham destas atividades associativas de que fizemos parte e portanto, aí já estamos, apesar de nós os quatro sermos... termos mais ou menos o mesmo universo, não deixou de cada um de viver coisas diferentes”* (CGD). O facto de terem antecedentes diversos contribuiu para que a associação tivesse logo desde o seu início

um perfil que se afastava das associações que já existiam como se verifica nas palavras do Coordenador Geral *“e foi dessa forma que depois juntando muitos contributos uns mais artísticos outros mais associativo, outros mais de empreendedorismo, outros mais de iniciativa de cumplicidade e de apoio moral se juntou para formar a d’Orfeu”* (CGD).

B. Necessidades culturais existentes

O aparecimento da d’Orfeu nasceu de uma aposta na abertura para novas perspetivas da cultura musical. *“Há aqui um leitmotiv muito importante que é a música tradicional de onde nós vínhamos, portanto as coletividades estavam muito institucionalizadas, muito conservadoras e fechadas e portanto nós percebemos que para fazer coisas diferentes teríamos de formar uma estrutura que não tinha de ser uma associação, podia passar por outra fórmula mas foi essa que encontramos”* (CGD). A d’Orfeu é neste sentido o resultado da necessidade de ultrapassar o individualismo existente nas instituições. Essa necessidade de trazer novidade, de experimentar conduziu à criação de um espaço que respondesse sobretudo à lacuna existente na formação em instrumentos tradicionais e como afirma o CGD *“foi o conjugar essas sinergias e juntando-as e criar uma estrutura, alugar uma casa, e portanto existir um espaço físico para onde essas coisas passariam a acontecer”* (CGD). A d’Orfeu começou, desta feita, por funcionar como uma escola de música tradicional mas muito rapidamente desenvolveu outras áreas de intervenção que rapidamente se traduziram em referências para a cidade, tendo imediatamente criado laços de identificação que explicam de certo modo o aparecimento de uma nova forma de associativismo tal como explica (Balme, 1987 citada em Vilaça, 1994).

C. Estrutura/Áreas

Ao fim de cinco anos de existência a d'Orfeu ainda estava muito centrada na área de formação ainda com uma equipa semi - profissionalizada. A partir de *“2000 começa o processo de profissionalização ou diria de semi -profissionalização para uma equipa permanente que tomasse a seu cargo a operacionalidade em termos técnicos, em termos de gestão, em termos de depois, das outras áreas todas, da produção cultural”* (CGD). A consolidação em termos administrativos prepara também a associação para uma estrutura mais eficiente de modo a que as outras áreas que foram surgindo também se tornassem uma marca da associação. Atualmente existem quatro áreas de intervenção e que foram surgindo ao longo da atividade. Essas áreas *“são a formação desde o início e que continua. A criação, portanto a conceção e produção de espetáculos próprios e marca própria para itinerância. Isso foi algo que começou ao fim de 3-4 anos...depois a programação, também ao fim do 2º,-3º ano estávamos já como intérpretes, protagonistas em Águeda de muita oferta cultural, de eventos, festivais etc... é a parte mais visível e mais pública e mais recentemente muito mais recentemente e que tem 2-3 anos esta vertente, a edição... que a par da atividade artística, performativa e portanto material, há um lado de memória e de edição dos nossos discos, dos livros enfim de obras... foram já edição da casa sob o selo d'Euridice”* (CGD).

As áreas de intervenção da d'Orfeu têm acompanhado o desenvolvimento da associação e têm sobretudo em momentos em que a associação descobre novos caminhos, novas opções que não só indicam o seu lado criativo, mas que são também uma resposta para a sua própria sustentabilidade e perpetuação.

Enquanto projeto a d'Orfeu evidencia um trabalho de constante adaptação sendo que os fatores da sua resiliência apontam para os elementos da cultura e da sua relação, naquilo que explicava Bernardi (1974). A d'Orfeu tem-se adaptado aos diferentes estímulos que o meio lhe tem suscitado, razão pela qual os seus projetos vão sendo muito diversificados, pois a necessidade de se manter viável está dependente em larga escala dos apoios que vão existindo, de modo que o seu percurso, a sua forma de fazer cultura é também moldada, pelo meio, pelo tempo e pela própria sociedade.

D. Política cultural da associação

Na essência da d'Orfeu está a música e a cultura tradicional, contudo a forma como essa fórmula foi conseguida parte um pouco dos objetivos individuais dos fundadores e depois um pouco daquilo que se foi propondo ao público e que acabou por ter sido bem recebido. Tal como diz o CGD *“para além dos objetivos pessoais a coisa foi-se estruturando de forma muito natural e fomos percebendo o impacto que esses objetivos pessoais somados tinham na comunidade, tinham em Águeda... junto de um público que se foi tornando fiel e foi mostrando que aquilo afinal não era um projeto que não tinha por que ser só entre os seus associados e portanto muito rapidamente se tornou numa rápida referência para a própria política cultural da cidade... e de facto fomos fazendo mais ou menos entre diversas fases, fomos fazendo mais ou menos parte dessa política cultural de forma natural, de forma muito espontânea a partir do impulso do público”* (CGD).

O sucesso e as referências culturais da d'Orfeu foram rapidamente apreciadas pelo público e o reconhecimento do seu trabalho deu-se sobretudo por aquilo que refere o atual Presidente da Direção *“veio dar*

uma lufada de ar fresco em que as associações estavam muito fechadas para com elas e não víamos nada muito fora além daquilo que é o habitual que é o nosso concelho... a d'Orfeu veio abrir muito o panorama a nível internacional... trouxe novas ideias, novos conceitos... juntou também a sinergia de associações abriu essa parceria que também estava muito fechado... veio até romper... com o que existia” (PDD).

Os primeiros espetáculos sob a assinatura da d'Orfeu marcaram intensamente o público razão pela qual rapidamente se formou um público fiel que encontrou no trabalho da associação uma fuga para o marasmo cultural que existia na cidade. Esta tendência percebe-se bem nas palavras da Presidente cessante da Direção da d'Orfeu *“tive a sensação que estávamos numa cidade nova, com um outro olhar sobre a cultura...mal sabia eu que a mesma estranheza do novo, a mesma ânsia, a mesma ousadia, a par da ligação às raízes, haviam de ser a essência da associação. É esse continuar na terra e, simultaneamente, explorar horizontes novos, na música, no teatro, na formação, na produção e recentemente, na edição, numa perspetiva de complementaridade e transdisciplinaridade, o verdadeiro papel da d'Orfeu” (PCDD).*

A atividade da d'Orfeu veio marcar profundamente a oferta cultural da cidade tornando-se uma referência e mostrando que é possível recorrer ao património com a criatividade contribuindo de forma positiva para o território.

4.2.2.2. Caraterização da intervenção da d’Orfeu

A. A d’Orfeu no contexto cultural do concelho

Sendo o concelho de Águeda tão rico em termos de associativismo torna-se importante explorar as conceções relativamente à posição que a d’Orfeu ocupa nesse universo.

A d’Orfeu “surgiu como uma associação que fazia algumas coisas diferentes daquilo que era hábito do que acontecia no concelho... foram um grande contributo, estou convencido disso, sobretudo com a sua escola de música, portanto para, no apoio às outras coletividades do concelho” (PCMA).

O facto de fazer diferente parece ser uma característica que evidencia a atividade da d’Orfeu assim como também a relação que promoveu com as outras associações, dando de certa forma um pioneirismo à d’Orfeu neste estilo de abordagens.

A Vereadora da Cultura salienta também o papel da d’Orfeu como um bom exemplo a seguir *“são reconhecidos pelas outras associações como uma associação de grande valor, como um exemplo” (VCCMA).*

A influência que a d’Orfeu tem sobre a cidade e sobre as pessoas que por lá passaram e que agora também se dedicam à cultura contribuindo deste modo para o capital social da cidade, sendo desta forma reconhecida não só localmente como também fora. A d’Orfeu é portanto muito reconhecida *“quer localmente quer a nível nacional e internacional... enquanto organização, a sua forma de trabalhar, admiram a d’Orfeu por isso, portanto a esse nível há um grande reconhecimento local... em todo*

o país, nós se falarmos da d'Orfeu, sabem que é em Águeda, sabem que é uma associação com projetos culturais de qualidade” (VCCMA).

A d'Orfeu distingue-se pela sua visão orientada e estruturada que lhe dá um certo destaque. *“A d'Orfeu foi logo uma estrutura profissional que tem uma visão política, entre aspas, da coisa cultural... tem uma visão muito orientada, muito mais definida e estruturada, e só nesse sentido, os resultados são naturalmente surgem... provavelmente na zona centro é das associações com mais destaque porque tem essa visão, porque se estruturou exatamente para promover... espetáculos ... de trazer cá coisas diferentes, outras posturas culturais, que nos trazem uma outra visão e portanto que nos enriquecem sob o ponto de vista cultural... tem os seus próprios espetáculos como é algo de cariz mais tradicional, portanto tem também uma forma de promover a cidade, o concelho e a região... a oferta ao longo destes anos ... foi de tal forma diversificada e interessante que as pessoas vêm sempre à procura de ver algo diferente, ou algo melhor ou algo interessante... e esse percurso faz exatamente distingui-la” (PJFA).*

A intensa atividade é outro aspeto que o Presidente da Junta de Freguesia de Águeda destaca *“alguém que tem um pacote cultural interessantíssimo... que depois tem uma outra vantagem, que chama-se o semear, não é, porque depois as pessoas veem e quanto mais veem mais vontade têm que ver, e por isso é que o público se tem tornado fiel ao programa da d'Orfeu” (PJFA).*

Desta opinião partilha o Diretor da AJAP, mecenas da d'Orfeu que afirma que a d'Orfeu *“tem estado bastante ativa” (AJAP).*

Já o Diretor Financeiro da SCV, outro mecenas, refere que a d'Orfeu tem contribuído para o enriquecimento de Águeda e do concelho pois *“há aqui tipos de espetáculos e atividades que ... se não fosse a d'Orfeu, se calhar, Águeda e os concelhos onde a d'Orfeu atua estavam mais pobres”* (SCV).

Todos os entrevistados destacaram o papel da d'Orfeu no contexto cultural do concelho atribuindo-lhe um papel cimeiro na divulgação, na diversificação, na quantidade e nas propostas de qualidade que trazem à cidade e ao concelho, fazendo com que o seu nome seja, precisamente conhecido por todas estas características.

B. Projetos- áreas de intervenção

Os projetos que a associação tem dividem-se pelas diferentes áreas de intervenção e são numerosos, tal como afirma o Coordenador Geral da d'Orfeu quando questionado sobre o assunto. De um modo geral as áreas podem categorizar-se do seguinte modo:

A d'Formação em várias vertentes encerra um projeto muito abrangente como se verifica de seguida:

- ✓ Teatro
- ✓ Dança
- ✓ Cruzamentos disciplinares
- ✓ Áreas técnicas
- ✓ Cursos
- ✓ Workshops
- ✓ Ateliers
- ✓ Seminários

A criação tem atualmente em cena:

- ✓ Toques do Caramulo
- ✓ Mal Empregados
- ✓ Muito riso, muito siso
- ✓ Contracorrente
- ✓ Eram 7 os medos do Pedro

A programação conta com os seguintes eventos:

- ✓ Festival i
- ✓ Festim
- ✓ Gesto Orelhudo
- ✓ Outonalidades

A edição tem em curso a d'Eurídice que é o projeto editorial da associação.

C. Público-alvo

Em termos de público a distinção já não é feita área por área mas sim por projeto. *“Não é por área é por projeto, porque dentro da programação por exemplo tanto há um festival que é para o público infantil e familiar como há outro que é para o público noturno que é o Outonalidades”* (CGD). Portanto, em cada área de intervenção podem existir projetos para públicos específicos.

No entanto, no que se refere à ligação com a comunidade existem áreas que têm ligações mais fortes com diferentes sectores da comunidade. *“A d'Formação tem uma ligação comunitária muito forte e portanto lida com a faixa infantil, infantil-juvenil, portanto estamos a criar públicos de futuro e a entendê-los como gente que podendo ter acesso a uma*

formação artística serão cidadãos com outra massa crítica e com outra cidadania” (CGD). Existe por parte da associação uma preocupação com a educação para as artes no sentido de formar público para o futuro com sentido crítico. A área da criação tem como alvo o público artista “focado na possibilidade e no viveiro que a d’Orfeu seja para os criativos encontrarem nesta casa forma de levar os seus projetos artísticos adiante” (CGD).

A programação tem uma conexão estreita com a comunidade em geral, não só na cidade mas com a região e está muito dependente dos festivais que a associação organiza.

A edição por sua vez tem como objetivo *“dar suporte futuro e dar memória futura àquilo que artisticamente vai sendo feito”* (CGD).

D. Recursos

Relativamente aos recursos este é um tema que também tem sofrido alterações ao longo da atividade da associação. Inicialmente muitas foram as limitações e as dificuldades que surgiram, contudo a associação tem sido sempre capaz de contornar essas dificuldades.

Em termos de recursos financeiros a associação revela que como é natural existem *“projetos mais sustentáveis, autossustentáveis do que outros”* (CGD). Há um financiamento resultante de um acordo tripartido *“que tem por um lado o Estado através da Secretaria Geral da Cultura Direção Geral das Artes que em 2013 estamos a falar de 35% do volume orçamental da d’Orfeu, depois por outro, outros 35% é a soma dos protocolos com os municípios das região em que Águeda é o principal, mas inclui também Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Estarreja, Ovar e Aveiro, os outros 35%. Os outros 30% são autofinanciamento com*

receita própria” (CGD). Este volume restante diz respeito às bilheteiras, vendas de espetáculos, subsídios e mecenatos que a associação vai conseguindo.

Em termos de recursos humanos a associação dispõe de um grupo de pessoas permanente, contudo em determinados projetos é necessário recorrer a mais pessoas e portanto, recorre-se aos sócios, ao voluntariado e ao *staff*. Paralelamente, existe também um grupo de pessoas que pontualmente trabalham para a associação, nomeadamente em estágios profissionais, estágios curriculares, trabalhos académicos e voluntariado europeu.

Relativamente aos recursos materiais a associação dispões de uma sede alugada, utiliza dois edifícios cedidos em regime de mecenato, um como dormitório e outro como estúdio de gravações. Dispõe ainda de uma largo espólio de som, equipamento técnico, equipamento informático, mobiliário e três carrinhas.

E. Relação dos projetos com a cultura da cidade e do concelho

Tendo em conta os pressupostos do DL existe um aspeto que é importante ressaltar que é saber de que forma os projetos da d’Orfeu se relacionam com a cultura da sua região. A identificação da comunidade com a d’Orfeu é explicada por Vilaça (1994) que refere que, a proximidade que estes órgãos têm, causam maior empatia, facilitando a mobilização da população, pois os laços de vizinhança e a partilha de identidade facilitam todo esse processo.

A este propósito responde a Presidente cessante da Direção da associação que *“a d’Orfeu nasce no seio de uma família devotada à cultura tradicional de Águeda”* sendo que essa passagem é assinalada pela

presença na Orquestra Típica de Águeda, no Cancioneiro Infantil de Águeda e na banda de música de Casal de Álvaro. Essa influência teve grandes implicações sobre a d’Orfeu e é precisamente aí que Luís Fernandes cria os Toques do Caramulo, grupo com repertório das antigas cantigas do Caramulo.

Ainda dentro deste contexto “se analisarmos as várias vertentes que fundamentam o projeto d’Orfeu- formação, produção criação e edição descobrimos uma preocupação constante de criar a ponte entre o passado e o futuro, entre o legado cultural e a transmissão desse legado às novas gerações, necessariamente nascidas num mundo caracterizado pela mudança vertiginosa, pela democratização do conhecimento e interação das várias culturas identitárias, a nível global” (PCDD).

Nota-se portanto, nas várias áreas de intervenção essa preocupação de manter a atividade ligada às raízes, sendo exemplo disso a EMtrad-Escola de música tradicional, os projetos “Toques do Caramulo”, o “Rio Povo” e o “Povo que lava no rio de Águeda”. Estes últimos dois com uma visibilidade muito forte tendo sido considerados *“um incentivo ao movimento artístico do concelho... depois surgiram outras parcerias com o movimento associativo do concelho, tanto na área formativa, como em coproduções locais ao nível da criação, com o caso mais visível de Rio Povo (2007 e 2008), uma produção interassociativa no rio Águeda que reuniu mais de 300 artistas de coletividades do concelho, numa criação aglutinadora da tradição local e da contemporaneidade”* (PCDD).

O atual Presidente da Direção da d’Orfeu destaca também estes projetos do “Rio Povo” e do “Povo que lava no rio Águeda” bem como a escola de música tradicional.

As opiniões dos entrevistados do poder local vão também no sentido de destacar o envolvimento das raízes culturais locais na atividade da associação. A este propósito o Presidente da Câmara refere *“eu penso obviamente que promove os traços identitários e eles trabalham sobre algumas tradições, por exemplo os cantares típicos e adaptam-nos aos tempos modernos, mas não fogem das suas raízes, ou seja, quem os ouve fica a saber de onde vêm”*. (PCMA). A d’Orfeu surge deste modo como uma associação que preserva a identidade cultural da sua região, não num estilo antiquado, mas adaptado à contemporaneidade.

A Vereadora da Cultura refere que a d’Orfeu *“tem um papel importante, na preservação daquilo que são as raízes de Águeda”* e destaca o papel dos “Toques do Caramulo “ na divulgação dessa cultura.

O Presidente da Junta de Freguesia tem uma outra visão que embora se relacione com os pressupostos do DL afasta-se um pouco daquilo que os outros entrevistados expuseram relativamente a esta temática. Para o Presidente da Junta de Freguesia os projetos da d’Orfeu relacionam-se em muito com as próprias características da cidade, o empreendedorismo, o carácter aventureiro e a inovação. Para o Presidente da Junta a d’Orfeu é o espelho dessas raízes que caracterizam as pessoas de Águeda e que fizeram da cidade um importante polo industrial no país, indo também nesta perspetiva ao encontro dos pressupostos do DL.

F. Relação com a comunidade

O trabalho da d’Orfeu é feito tendo em conta a comunidade onde está inserida, daí que seja interessante notar em que pontos se concentram os diferentes aspetos dessa relação.

Foram portanto, ouvidos alguns entrevistados sobre algumas conceções que detinham sobre o reconhecimento do trabalho da d'Orfeu bem como das contribuições que esta tem dado à comunidade.

O atual Presidente da Direção refere que a comunidade vai reconhecendo o trabalho da associação e essa constatação reflete-se na presença da comunidade nas atividades da associação. No entanto, o Presidente da Direção da d'Orfeu considera que a associação parece ser mais reconhecida fora do concelho do que dentro.

A Presidente cessante da Direção considera que a adesão da comunidade é bem visível, se bem que a d'Orfeu ultrapassa a comunidade onde está inserida. Contudo a associação está comprometida com toda a comunidade, uma vez que a sua oferta pretende atingir os diferentes públicos e gerações que a compõe. A Presidente cessante refere que *“o público é um dos nossos parceiros maiores e justifica o reconhecimento oficial de instituições locais, regionais, nacionais e internacionais, de que não posso deixar de destacar o facto de que, em 2012, o Festim se tornar membro do “European Forum of Worldwide Music Festivals”, sendo o único festival português à escala europeia”*.

A Presidente cessante acrescenta ainda que o reconhecimento da comunidade foi-se reforçando *“à medida que a d'Orfeu ia acentuando o pioneirismo, a diferença, a ousadia, a renovação, a estreia, coloriam a sua bandeira, o público local foi-se transformando em público regional e nacional”*. Por seu lado, a d'Orfeu foi-se adaptando às exigências desse público, ainda que constrangida pelos orçamentos.

O Coordenador Geral da associação considera que em termos de reconhecimento existe um pouco de tudo *“há um público que é mais*

crente, e que é mais enxuto, que é mais fresco, mais moderno, mais aberto, mais cosmopolita, mais universal esse revê-se na d'Orfeu...há outro mais conservador mais fechado, mais desabitado e esse tem resistência... uma comunidade que tem ainda... os seus tiques de provincianismo". Existe na opinião do Coordenador Geral essa distinção entre um público com sensibilidade para a diversidade cultural e um público que ainda resiste a essa abertura. Esta posição aponta para uma faceta da comunidade que poderá estar ligada precisamente à falta de educação para a cultura, para a sensibilidade e para as artes, o que pode estar associado ao facto de se tratar de uma população menos letrada mais rural, mais associada à cultura popular e portanto, menos apta para compreender diferentes expressões artísticas.

Outros fenómenos que se relacionam com este ponto são o reconhecimento do impacto que os diferentes projetos tiveram sobre a comunidade. O Presidente da Câmara de Águeda refere que os projetos tiveram *"uma grande relevância porque ajudaram a criar públicos para a cultura... havia muita gente que achava que a cultura não lhes dizia nada e só estavam habituados também à cultura do folclore"*. Existe na opinião do Presidente da Câmara uma resposta positiva por parte do público, embora tenha a noção que existem espetáculos direcionados que pelas suas características não agradam de igual modo a toda a comunidade, contudo o Presidente refere que há uma fidelização e sobretudo uma mudança de hábitos.

O reconhecimento da atividade da d'Orfeu também se traduz nos efeitos que provoca na comunidade. A Vereadora da Cultura refere que *"um efeito que causa nas pessoas, que é sempre a surpresa, as pessoas são sempre surpreendidas, eu acho que esse é o grande trunfo"* (VCCMA).

O Presidente da Direção da d'Orfeu refere exatamente o mesmo efeito de surpresa, pois as pessoas assistem a espetáculos que não são comerciais e portanto não são conhecidos, contudo acabam por voltar. O Presidente da Junta acrescenta ainda que a d'Orfeu exerce um fascínio sobre as pessoas e que esse fascínio resulta da forma como o público contacta com os artistas. A d'Orfeu proporciona uma grande aproximação entre os artistas e o público razão pela qual o público acaba por sair beneficiado. A própria conceção dos espetáculos no quintal é uma forma inovadora de fazer cultura e só o facto de o público se cruzar com os artistas fora do palco cria um ambiente completamente diferente de um concerto comercial.

A Presidente cessante da Direção da d'Orfeu refere que *“quem assiste aos nossos espetáculos encontra e faz amigos. Aliás, o pós espetáculo é outro espetáculo. O nosso quintal... é o lugar onde gerações se reencontram, conversam, trocam impressões em verdadeiras tertúlias sobre o acontecido e o que está para acontecer culturalmente”*. Os espetáculos da d'Orfeu potenciam os contatos humanos e alguns já se tornaram ponto de encontro anual entre algumas pessoas, inclusive *“já há pessoas que por exemplo no Gesto Orelhudo, já tiram férias nessa semana para cá estarem”* (PDD).

Neste ponto, a atividade que a d'Orfeu proporciona está de acordo com as contribuições evidenciadas pela (OECD, 2005; Melo, 1995; Sachs, 2005; Faria, 2005 e Conselho da Europa, 1997).

O reconhecimento da associação é inegável *“a crescente fidelização do público d'Orfeu é uma realidade constante”* (PCDD).

Por fim, o Presidente da Direção, o Presidente da Junta e a Presidente cessante da Direção da d'Orfeu referiram a contribuição da d'Orfeu para a criação de novas associações, novas posturas culturais que vieram enriquecer a comunidade.

G. Relação com outras instituições

Pelos diferentes relatos que já se foram mencionados é possível identificar que uma das características mais marcantes da d'Orfeu passa justamente pela sua relação com as outras instituições. Este é um dos aspetos centrais do DL, uma vez que a identificação dos recursos locais e o seu trabalho em rede proporcionam a força necessária para desencadear novas dinâmicas. Os excertos que a seguir se citam, mostram claramente como a d'Orfeu tem desde o início da sua atividade procurado o trabalho em parceria.

Tal como afirma o Coordenador Geral *“a nossa relação com o associativismo, obviamente pioneiros em muitas questões a d'Orfeu, isto é importante que se diga, a d'Orfeu foi em 95, quando se forma... cria um novo espaço e uma nova forma de olhar para a realização cultural, por trazer o que durante décadas não existiu, uma visão contemporânea e uma prática contemporânea artística... a nossa prática interassociativista foi logo muito forte desde o início o que era inexistente, cada coletividade olhava para si própria, o interassociativismo que não fazemos hoje, não é por nós que não se faz... inaugurámos essas práticas e depois fomos intérpretes do momento em que alguma vez na história cultural de Águeda... foi explícito com o tal projeto Rio Povo e Povo que lava no rio Águeda”* (CGD).

A entrada da d'Orfeu no panorama cultural da cidade veio revolucionar a postura deste género de instituições. A d'Orfeu foi pioneira em estabelecer relações e parcerias com outras associações reforçando deste modo o seu dinamismo e a sua capacidade de atuação na comunidade. Os problemas foram ultrapassados pelo diálogo, pela interajuda e toda essa postura marcou definitivamente a posição da d'Orfeu na cidade.

A Presidente cessante da Direção da d'Orfeu diz a este propósito *“desde o início a associação procurou integrar a comunidade na sua oferta cultural, motivando o poder local e regional a aderirem ao seu sonho de fazerem Águeda um roteiro cultural, convocando escolas e outras associações culturais e sociais, empresas e meios de comunicação a apoiarem o seu projeto”* (PCDD).

Neste percurso várias são as instituições que têm dado o seu contributo e de acordo com a Presidente cessante estas parcerias têm desempenhado um papel fundamental na persecução dos objetivos da d'Orfeu.

O atual Presidente da Direção refere justamente a importância dos parceiros *“ajuda imenso, não é, porque sozinhos, é difícil chegar a algum lado... muitas vezes o alavancar de uma atividade tem a ver com as parcerias e ajuda”*.

A d'Orfeu desde o início teve essa consciência de que para atingir o sucesso é necessário criar um clima de confiança e interajuda, numa perspetiva de *“a união faz a força”*.

Ainda neste ponto considerou-se que seria importante ouvir o outro lado e para tal foram entrevistados dois mecenas que apoiam atualmente as atividades da d'Orfeu.

A Sociedade Comercial do Vouga é uma empresa com 65 anos de história e representa marcas na área do motociclismo e dos componentes para o ciclismo e é também um dos primeiros mecenas da d'Orfeu que se mantém até aos dias de hoje.

A AJAP é uma empresa mais recente com 20 anos de existência na área da venda e assistência de automóveis e começou a apoiar a d'Orfeu muito recentemente a propósito do seu 20º aniversário.

De acordo com o Diretor da AJAP, a d'Orfeu é uma associação que tem um tipo de atividade interessante, pois abrange um leque de diferentes atividades e tem uma dinâmica fora do tradicional, isto é, dos orfeões e das bandas de música.

A opinião do Diretor Financeiro da SCV destaca exatamente essa característica do fazer diferente e da diversidade de propostas *“eu acho que é uma associação que tem um tipo de atividade muito interessante porque cobre diferentes tipos de artes, aqui na zona”* (SCV).

Da parte dos mecenas destaca-se ainda os ganhos que cada um tem neste apoio à d'Orfeu. A AJAP destacou o facto de haver uma troca de serviços entre as duas instituições, a d'Orfeu como animadora do espaço da AJAP e a AJAP como prestadora de um serviço de assistência automóvel.

A SCV tem uma postura diferente pois considera que apoiar a d'Orfeu cria uma imagem local da empresa e é também uma forma de estar inserido na comunidade. A SCV tem um orçamento anual que se destina ao apoio das atividades e na parte que cabe a decidir ao Diretor Financeiro, este prefere apoiar a parte cultural, pois considera que a cultura tem falta de apoios. O Diretor Financeiro da SCV considera que

para além do benefício de imagem que pode ter por apoiar a d'Orfeu não existem benefícios importantes, se não a nível pessoal e compreende que o sector cultural não opera numa lógica de mercados, daí que seja necessário o apoio. O Diretor Financeiro da SCV destaca a importância da cultura afirmando que *“a partir do momento em que as sociedades vão tendo um nível de vida melhor se calhar vão valorizando mais e vão tendo capacidade para investir noutras atividades”* (SCV).

Embora em posições diferentes ambos os mecenas destacam o papel da d'Orfeu no panorama cultural da cidade e da região demonstrando um certo orgulho em participar nesse trabalho como parceiros.

H. Relação com o poder local

No que diz respeito à relação com o poder local o Coordenador Geral da d'Orfeu destaca o trabalho árduo que tem sido feito nomeadamente ao nível da negociação de protocolos que até ao momento tem resultado.

Contudo, o Coordenador Geral da d'Orfeu reconhece que *“as coisas são sempre muito frágeis em termos de uma associação, apesar de ter algum reconhecimento em qualquer momento basta sair-nos o chão debaixo dos pés e temos sérias dificuldades, porque obviamente, não temos um suporte financeiro por detrás, de retaguarda que garanta a associação em momentos que os apoios falhem”*.

Na opinião do Coordenador Geral da d'Orfeu o poder local reage à iniciativa privada um pouco de forma utilitária referindo que se a causa lhes servir os propósitos políticos existe uma associação à causa. Nesta atitude o Coordenador Geral da d'Orfeu considera que não existe por parte do poder local um empenhamento tão intenso pela questão estética, artística na mensagem e na intervenção como deveria haver.

Coordenador Geral da d'Orfeu considera que existe ainda uma visão populista da cultura.

Apesar de tudo a D'Orfeu conseguiu um apoio que engloba vários municípios da região e a Junta de Freguesia de Águeda.

Nesta relação o Coordenador Geral da d'Orfeu considera que a d'Orfeu poderia ser um importante ator na conceção das políticas culturais municipais, aliás como se chegou a pensar que estaria a acontecer. Contudo, neste momento a opinião do Coordenador Geral da d'Orfeu é a de que a d'Orfeu é apenas um parceiro estratégico nessa relação, existindo visões divergentes entre as duas entidades.

Atualmente, a associação remete-se a liderar os processos por ela implementados.

I. Relação com os sócios

Um público muito especial da d'Orfeu são os sócios da associação e tal como refere Coordenador Geral da d'Orfeu *“os associados é uma luta longa e constante de envolvimento nos tempo que correm e nos anos mais recentes de forma mais estratégica remete-se aos momentos dos eventos e dos festivais ... quando há uma atividade é que fazemos essa sensibilização e esse envolvimento, normalmente mais do que a participação dos sócios que já o são, acontece a angariação de novos sócios por via da, de aparecer gente nova, de aparecerem novas pessoas a colaborar porque é uma associação juvenil pelo estatuto e vocação e portanto tem sempre uma renovação muito forte do seu quadro de sócios”*.

Um dos grandes problemas na participação dos sócios é, de acordo com Coordenador Geral da d'Orfeu, o próprio decurso da vida que afasta estes jovens da cidade, pelo ingresso na universidade ou pelo ingresso na vida profissional afastando-os definitivamente. Em muitos casos resta apenas uma ligação afetiva à associação. Deste modo, a participação dos sócios fica seriamente afetada, sendo que em vez de participação existe uma constante angariação de novos sócios.

J. Relação com o exterior

A d'Orfeu ao fim de 18 anos de atividade tem já um percurso efetuado a nível internacional.

“Em eventos internacionais a nossa dimensão internacional divide-se por duas ou três áreas, uma... as digressões no estrangeiro das nossas criações, por um lado, outra a nossa presença em certames e conferências em seminários e intercâmbios que desde sempre aconteceu, por outro e ainda um terceiro que é a prospeção e a ida a mercados e festivais e feiras que têm que ver com estas dinâmicas em que trabalhamos das músicas do mundo e do teatro, enfim, portanto são estas três frentes com a participação em eventos e conferências, congressos e como convidados a falar do nosso trabalho, por outro, isto é repetindo-me, não estou a seguir a mesma ordem agora, as feiras, os festivais e mercados que vamos para prospeção da nossa programação e para venda das nossas criações, e por outro as digressões em concreto que fazemos com as nossas criações no estrangeiro” (CGD)

Essa presença além-fronteiras é de acordo com Coordenador Geral da d'Orfeu para as digressões das criações da associação, tendo como objetivo a venda desses espetáculos. Por outro lado, a d'Orfeu faz-se

representar em conferências, seminários e intercâmbios. Existe ainda a presença em festivais e feiras do mesmo âmbito da associação onde vão fazer prospeção.

K. Criação de produtos culturais

Os produtos culturais são todos os projetos da associação, naturalmente existem investimentos e retornos diferentes consoante o propósito de cada um como explica Coordenador Geral da d'Orfeu:

“O lado da programação é de maior investimento, portanto maior custo, dentro desses quatro o “Outonalidades” é aquele que gera receita própria, os outros são de investimento. Ah, o “Outonalidades” e o “Festim” que são os que têm escala, são feitos em rede, têm, são de receita própria. Os outros dois o “i” e o “Gesto Orelhudo” são de investimento. Na... a d'Formação é auto sustentável, isto é, não tem uma componente orçamental muito forte no contexto das quatro áreas, mas é auto sustentável, porque depende das inscrições, das mensalidades, etc. A criação própria também autossustentável e idealmente é de geração de receita, isto é basicamente vive da venda das criações e a edição também tem sido auto sustentável se bem que é uma área à priori de investimento, mas com a venda dos títulos que são editados tem sido auto sustentável, portanto a programação tem dois elementos que são de receita, ou pelo menos auto sustentáveis e dois de grande investimento e o auto sustentável das outras áreas ajuda a compensar e a pagar a formulação...” (CGD).

O modo como o trabalho da d'Orfeu é articulado, nomeadamente o trabalho em rede tem contribuído de forma positiva para a divulgação dos produtos culturais da d'Orfeu dando-lhe o destaque que hoje já tem,

sendo que os produtos culturais são também aqueles que dão visibilidade à associação.

4.2.2.3. Contribuição da d’Orfeu para o DL

A. Tipologia das contribuições

A essência desta investigação parte de uma premissa que é a de analisar as possíveis contribuições das associações culturais em termos de cultura e DL. Embora as questões até aqui analisadas tenham subjacentes os princípios do DL considerou-se relevante, questionar diretamente os entrevistados sobre a possível contribuição da associação para o DL. Da análise dos resultados surgem dois tipos de contribuições: desenvolvimento humano e desenvolvimento do território e da identidade local.

O Coordenador Geral da d’Orfeu argumenta que *“o contributo grande e principal e que é um desígnio da associação desde o início, desde quando se tornou claro que tínhamos uma intervenção na sociedade, na comunidade é a criação de massa crítica de atualização, de upgrade... da mentalidade... de uma prática de fruição e educativa, exatamente para as artes e para a cultura... o aumento de uma massa crítica e de uma cidadania ativa para a cultura e para as artes é o grande desígnio da associação”* (CGD).

Coordenador Geral da d’Orfeu vê portanto, no papel da d’Orfeu uma contribuição que na sua essência se relaciona com desenvolvimento humano.

Ainda dentro desta perspetiva humanista de desenvolvimento, o Diretor Financeiro da SCV refere que o mais importante numa associação como

a d'Orfeu é levar as pessoas a participar, a viverem novas experiências, a saírem enriquecidas no sentido educativo.

A Presidente cessante da Direção da d'Orfeu destaca também o enriquecimento cultural numa perspetiva de desenvolvimento humano.

O Presidente da Junta de Freguesia aponta também para uma contribuição que assenta no desenvolvimento humano referindo que a atividade da d'Orfeu *“abre perspetivas, que nos faz ver o mundo de uma forma diferente, que nos traz sensações diferentes... sob esse ponto de vista abre muitos horizontes, os espetáculos onde se usa muito a palavra... os espetáculos do Zé Rui, onde diz poesia, onde é provocador, onde tem mensagens políticas e não políticas, onde nos deixa a pensar sobre o mundo sobre as coisas, sobre as nossas atitudes, tudo isso acho que são coisas que são importantes para o nosso desenvolvimento... pessoal e cultural, nosso desenvolvimento enquanto sociedade”*. O Presidente da Junta acrescenta ainda que a cultura é um exercício de reflexão e no caso da d'Orfeu tem levado a questionar e a valorizar aquilo que se tinha e não se valorizava, neste caso a herança cultural da região. A ação da d'Orfeu criou novos públicos, ensinou a comunidade a valorizar o seu património, conduzindo a uma espécie de evolução cultural da cidade, fazendo da cidade um destino cultural.

Esta perspetiva enquadra-se nas contribuições que vários autores destacaram (Sachs, 2005; OECD, 2005; Faria, 2005; Melo, 1996; Conselho da Europa, 1997 e Grauer, Krug, Loucher & Mackinnon, 2001).

Uma outra tipologia de contribuição assenta numa perspetiva territorialista, isto é, na capacidade de atrair visitantes ao território.

O Diretor da AJAP refere a importância da d'Orfeu na atração de pessoas à cidade e conseqüentemente a contribuição que essa movimentação de pessoas proporciona ao comércio local.

O Presidente da Câmara de Águeda revela que a d'Orfeu contribui para a afirmação da imagem do concelho, pegando nos seus usos e costumes adaptando-os aos novos tempos. Para além disso, os espetáculos da associação contam já com um número considerável de fãs fora do concelho e que aproveitam para visitar a cidade sempre que existem eventos da d'Orfeu.

A Vereadora da Cultura também entende “que a cultura é importante para a dinamização, para o crescimento, para a evolução de uma cidade e de um concelho, a d'Orfeu ao trabalhar nessa área, inevitavelmente, está a contribuir para o desenvolvimento”.

A Presidente cessante da Direção da d'Orfeu também focou a contribuição da atividade da d'Orfeu para “*o desenvolvimento da economia local, particularmente no âmbito da restauração, da hotelaria e de outras atividades de comércio local*”.

Esta última contribuição atribuída à d'Orfeu é considerada um dos principais feitos do DL, ou seja a capacidade que um território tem para atrair visitantes e daí retirar mais-valias económicas OECD (2005).

Em última análise, e de acordo com os entrevistados a ação da d'Orfeu contribui para o DL de duas formas:

- ✓ Desenvolvimento humano
- ✓ Desenvolvimento do território e da identidade local

CONCLUSÕES

Conclusões

Relativamente aos objetivos propostos apresentam-se seguidamente as conclusões evidenciadas pelos diferentes entrevistados. Das inferências realizadas é possível afirmar que a intervenção da d'Orfeu é coerente com os pressupostos do desenvolvimento local, pelo menos em parte, isto porque, a sua filosofia de trabalho, bem como os resultados dele têm procurado responder às diferentes necessidades culturais da população, revelando desta forma um importante contributo para a cultura e para o desenvolvimento local.

Contudo, apesar de o trabalho da d'Orfeu se enquadrar numa perspetiva de desenvolvimento local, alguns dos aspetos analisados são melhor conseguidos do que outros.

Pelas inferências realizadas verificou-se que o município revela um grande interesse pela cultura, tendo para tal promovido iniciativas regulares de modo a diversificar as propostas culturais, recorrendo ao apoio de associações culturais do concelho.

Em relação à associação o estudo revela que o seu aparecimento se deveu à existência de uma vontade comum de investir na revitalização da música e da cultura tradicional como forma de ultrapassar os problemas de falta de expressão das associações culturais existentes que indiciavam fraca abertura e pouco dinamismo.

O estudo evidencia que a ação da d'Orfeu tem-se apoiado num modelo de desenvolvimento integrado que conjuga uma participação de agentes de diferentes naturezas, contribuindo desta forma para a recuperação, diversificação e revitalização da cultura local. Verificou-se que o grande número de associações existentes no concelho não promovia dinâmicas

conjuntas, revelando um forte individualismo. Constatou-se que a d'Orfeu introduziu uma nova forma de estar, apresentou novas propostas culturais e abriu novas áreas de intervenção, tendo desta forma contribuído para a satisfação das necessidades locais em termos culturais, melhorando a qualidade de vida. O estudo evidencia ainda que a perspetiva integradora que a associação tem seguido encontrou eco na comunidade, confirmando deste modo um processo de identificação e sobretudo revelando uma nova postura do movimento associativo.

Da análise das inferências relativamente ao papel que ocupa no contexto cultural do concelho por contraste com outras associações, a d'Orfeu salienta-se pela diversificação das propostas, pelo apoio às outras associações, pela contribuição para o capital social, pela visão orientada e estruturada, pelo dinamismo e pela qualidade.

Relativamente aos projetos o estudo mostra que a associação foi criando diferentes áreas de intervenção, distribuindo diferentes projetos por cada uma. Esta postura revela uma constante adaptação às realidades da atualidade, à sociedade e ao meio. Neste percurso verificou-se que existe uma preocupação por parte da associação em adaptar os projetos aos diferentes públicos e necessidades. Na construção deste caminho entram também os recursos de que dispõe sendo que ao longo do seu percurso, nem sempre existiram as condições ideais.

No ponto que incidia sobre a adequação dos projetos à cultura da cidade e do concelho o estudo revelou que os projetos distribuídos pelas diferentes áreas de intervenção tiveram a preocupação em estabelecer uma ponte entre o passado e o futuro, entre o legado cultural e a passagem desse legado às gerações atuais. Revela que a d'Orfeu aproveitou deste modo o património imaterial como fonte para novas

experiências, tornando-se intérprete desse mesmo legado. Um outro dado do estudo acrescenta que é possível reconhecer na atitude da d'Orfeu o mesmo caráter empreendedor que caracteriza a sociedade aguedense.

O estudo revela de um modo geral um grande reconhecimento por parte da comunidade, havendo no entanto um setor do público que não está mobilizado. Por um lado, verificou-se que a d'Orfeu criou na comunidade públicos para a cultura, proporcionou efeitos de surpresa e do fascínio motivado pela proximidade que se estabelece entre o público e os artistas, pela convivialidade que promove, pela contribuição que tem dado a novas expressões artísticas. Por outro lado, verifica-se que existe ainda uma porção significativa da comunidade que ainda não está apta a consumir as propostas da d'Orfeu.

O estudo revela que a d'Orfeu foi a impulsionadora das sinergias entre associações na cidade, concelho e pelo país fora, sendo este provavelmente uma das grandes razões para o seu sucesso e também o expoente máximo em termos de DL. O estudo realça os vários projetos que têm recorrido às parcerias, ao interassociativismo e a consciência que existe por parte dos responsáveis de que é necessário mobilizar as energias de outros atores da comunidade.

O estudo mostra ainda que na relação com o poder local existe uma relação positiva, no entanto não isenta de fragilidades motivada por alguma desconfiança relativamente a uma apresentação de projetos “de baixo para cima”, mais concentrados e mais sustentados nos recursos endógenos, por oposição a algumas iniciativas da CMA que seguem um carácter mais popular, evidenciando propósitos políticos.

Na análise à relação com os sócios evidencia-se uma fraca participação motivadas por diferentes variáveis que condicionam este fator.

Outro aspeto encontrado por este estudo revela que a ação da d'Orfeu privilegia uma atitude cultural glocal, isto é, a preocupação de fazer cultura local direcionada para dimensão global, contribuindo deste modo não só para mostrar o que se faz dentro, mas também indo buscar dimensões culturais de outros locais do mundo para a cidade e concelhos vizinhos. Este aspeto evidencia que a sua estrutura não consegue sustentar-se apenas com o público local, sendo deste modo, impulsionada para novos territórios.

A sustentabilidade dos projetos é também um ponto crucial no DL sendo que no caso desta investigação, os produtos culturais revelam por um lado, uma contribuição financeira para a associação, estando por outro lado vocacionados para a promoção e criação da sua imagem de referência.

O estudo evidenciou duas tipologias sobre as quais a ação da d'Orfeu tem maior influência. A primeira relaciona-se com o desenvolvimento humano no sentido de processo civilizacional, de crescimento intelectual, pensamento crítico, de educação cultural, entre outros aspetos. A segunda relaciona-se com o desenvolvimento do território pelas dinâmicas que cria ao atrair visitantes e também pela recuperação da identidade local que favorece a o processo de identificação da comunidade com a sua cultura.

Na formulação deste estudo levantou-se a questão sobre que implicações poderiam ter as associações culturais em termos de desenvolvimento local. Para traçar este caminho foi necessário estabelecer uma relação

entre dois termos cuja abrangência é enorme, mas que ao mesmo tempo permitem um grande número de leituras. Verificou-se que a cultura tem influência sobre o processo de desenvolvimento, mas para que exista um verdadeiro desenvolvimento privilegiando todas as dimensões, este tem de respeitar a cultura (estilo de vida, modos de pensar, de conviver, entre outras). Existe, porém a noção de que estas contribuições são apenas uma pequena mostra daquilo que na realidade a cultura pode fazer pelo DL.

Em suma a d'Orfeu tem na sua ação cotidiana vários aspetos que coincidem com os pressupostos do desenvolvimento local:

- ✓ A intervenção na comunidade;
- ✓ A mobilização da comunidade e das instituições;
- ✓ A promoção de parcerias e organização de uma rede de contactos que facilitam a identificação das energias locais;
- ✓ A recuperação das potencialidades culturais do território;
- ✓ A recuperação da identidade local e a sua promoção;
- ✓ A promoção da educação cultural;
- ✓ A criação de empregos na área cultural;
- ✓ A contribuição para a qualidade de vida dos cidadãos

Conclui-se portanto que a d'Orfeu deve ser encarada como um importante ator para o desenvolvimento local.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

Albarello, Luc; Digneffe, Françoise; Hiernaux, Jean-Pierre; Maroy, Christian; Ruquoy, Danielle; de Saint-Georges, Pierre (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.

Amaro, Rogério Roque (2001). O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In AAVV (ed.). *Desenvolver, (des)envolvendo – Reflexões e pistas para o desenvolvimento local*, 155-169. Messejana: Esdime.

Amaro, Rogério Roque (2004). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria. *Caderno de Estudos Africanos*, 4, 35-70.

Azevedo, José (1992). Perspetivas Psicossociais no Estudo da Identidade. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 2, 1992, p. 111-119.

Bell, Judith (1997). Como realizar um projeto de investigação. Lisboa Gradiva.

Bernardi, Bernardo (1974). *Introdução aos Estudos Antropológicos*. Lisboa, Edições 70.

Bogdan, Robert C. ; Biklen, Sari Knopp (1982). *Qualitative research for education: an introduction to theory and methods*. Boston, Massachusetts, Allyn and Bacon.

Carvalho, Nuno; Lisboa, Manuel & Roque, Ana (2009). *Novas formas de economia e desenvolvimento sustentável: as dinâmicas dos actores sociais*. Disponível em:

<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%206/226A.pdf>.

Chaves, Maria Cristina (1994). A Dimensão Ecológica do Desenvolvimento – Elementos de Reflexão sobre o Conceito de «Ecodesenvolvimento». *Cadernos de Ciências Sociais*, 14, 1994, 99-115.

Coll, Augustí Nicolau (2002). *Cadernos de proposições para o século XXI, interculturalidade, propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização*. São Paulo, Instituto Polis. [Consultado em 10 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/885/885.pdf>.

Costa, Frederico Lustosa da (2011). Cultura e Desenvolvimento: Reflexões em torno de bacia cultural (Versão eletrónica). *Economia Global e Gestão*, 16, (1), 105-128. http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442011000100007&lang=pt

Crespi, Franco (1997). *Manual Sociologia da Cultura*. Lisboa, Editorial Estampa.

Edgar, Andrew; Sedgwick, Peter (2008). *Cultural Theory – The Key Concepts* (2nd ed). New York: Routledge.

Faria, Hamilton (2005, Junho, 15). *Hamilton Faria reflete sobre a importância da cultura no desenvolvimento social*. [Consultado em 10 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.polis.org.br/busca-avancada/buscar>.

- Gómez, José António Caride; Freitas, Orlando Manuel Pereira; & Calleja, Gérman Vargas (2002). *Educação e desenvolvimento comunitário local: Perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições.
- Gould, Helen (2001). Cultural & Social Capital. Matarasso, François (eds). *Recognising Culture. A series of briefing papers on culture and development*. Comedia, Department of Canadian Heritage and UNESCO. [Consultado em: 10 Novembro 2012] Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001592/159227e.pdf>
- Grauer, Kit; Krug, Don; Loucher, Yohanna; MacKinnon, Elizabeth (2001). Culture, Education & Skills for Living. Matarasso, François (eds). *Recognising Culture. A series of briefing papers on culture and development*. Comedia, Department of Canadian Heritage and UNESCO. [Consultado em: 10 Novembro 2012] Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001592/159227e.pdf>
- Karim, Karim H.; Wayland, Sarah V. (2001). Culture, Governance & Human Rights. Matarasso, François (eds). *Recognising Culture. A series of briefing papers on culture and development*. Comedia, Department of Canadian Heritage and UNESCO. [Consultado em: 10 Novembro 2012] Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001592/159227e.pdf>
- KEA (2006). *The Economy of Culture in Europe*. Brussels: KEA, European Affairs. [Consultado em: 10 Novembro 2012] Disponível em: http://www.keanet.eu/ecoculture/executive_summary_en.pdf

Malinowski, Bronislaw (1944). *A Scientific Theory of Culture and Other Essays*. North Carolina. The University of North Carolina Press.

Matarasso, François (2001). Culture, Economics & Development. In Matarasso, François (eds). *Recognising Culture. A series of briefing papers on culture and development*. Comedia, Department of Canadian Heritage and UNESCO. [Consultado em: 10 Novembro 2012] Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001592/159227e.pdf>

Melo, Alberto (2012). Para uma rede de desenvolvimento local. In Alberto Melo (Org.) *Passagens Revoltas 1970-2012: 40 anos de intervenção por ditos e escritos*. (p.187-188). Lisboa: Associação In Loco.

Melo, Alberto (2012). O estado ao serviço dos donos do dinheiro ou do interesse geral? In Alberto Melo (Org.) *Passagens Revoltas 1970-2012: 40 anos de intervenção por ditos e escritos*. (p.192-195). Lisboa: Associação In Loco.

Melo, Alberto (2012). Entre a roda da sorte e a roda dos enjeitados. In Alberto Melo (Org.) *Passagens Revoltas 1970-2012: 40 anos de intervenção por ditos e escritos*. (p.229-232). Lisboa: Associação In Loco.

Melo, Alberto (2012). O desenvolvimento local num contexto de economia mundializada. In Alberto Melo (Org.) *Passagens Revoltas 1970-2012: 40 anos de intervenção por ditos e escritos*. (p.238-244). Lisboa: Associação In Loco.

- OECD (2005). *Culture and Local Development*. Brussels: OECD Publishing. [Consultado em: 10 Novembro 2012] Disponível em: http://www.paca-online.org/cop/docs/OECD_Culture_and_Local_Development.pdf
- Peralta, Elsa; Anico Marta (2006). *Patrimónios e Identidades*, Peralta e Anico (org.). Oeiras, Celta Editora.
- Pinto, José Madureira (1991). Considerações Sobre a Produção Social de Identidade. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 32, 217-231.
- Reis, J. (1998). Uma nova política pública: o desenvolvimento local. *A rede para o desenvolvimento local*, (Ed. Esp.), 32-33
- Rita, José Joaquim Palma; Mergulhão, Luís Filipe S. (1997). Desenvolvimento local em meio rural: que possibilidades? *Economia e Sociologia*, 61, 31-42.
- Sachs, Ignacy (2005). Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento (versão eletrónica). *Organizações & Sociedade*, 12, (33). Disponível em: <http://www.revistaoes.ufba.br/viewissue.php?id=17>
- Sachs, W. (2000). *Dicionário do desenvolvimento*. Guia para o conhecimento como poder. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Sengendo, James (2001). Culture and Health. Matarasso, François (eds). *Recognising Culture. A series of briefing papers on culture and development*. Comedia, Department of Canadian Heritage and

UNESCO. [Consultado em: 10 Novembro 2012] Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001592/159227e.pdf>

Thiry-Cherques, Hermano Roberto (2001). De falácias e de cultura.
Revista de Administração Pública, 4, 7-17.

UNESCO (2005). *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento*. Brasília: UNESCO Brasil. [Consultado em: 22 Fevereiro 2013] disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>

Viegas, José Manuel Leite (1986). Associativismo e dinâmica cultural.
Sociologia, Problemas e Práticas, 1, 103-121.

Vilaça, Helena (1994). Território e Identidades na Problemática dos Movimentos Sociais: algumas propostas de pesquisa. In *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Social – Actas do Encontro de Vila do Conde Associação Portuguesa de Sociologia*. 1-3 Abril de 1993, Lisboa, APS.

Webgrafia

www.cm-agueda.pt/

www.dorfeu.pt/

www.ine.pt

www.esap.edu.pt

www.esmcastilho.pt

ANEXOS

Anexo 1 – Matriz de análise de conteúdo

Anexo 2- Guiões de entrevistas

Anexo 3 – Estrutura dos guiões de entrevistas

Anexo 4- Matriz de análise de conteúdo das entrevistas

Anexo 5 – Transcrição das entrevistas

Anexo 6- Regulamento interno

Anexo 7 – Dossier d’Orfeu

Nota: Os anexos encontram-se em formato digital no interior da contracapa. Para facilitar a consulta encontram-se anexados os três primeiros anexos.

ANEXO 1 - MATRIZ DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Matriz de análise de conteúdo das entrevistas

1. Dimensão de análise: A política cultural do concelho

Categoria: Caraterização da política cultural do concelho

Subcategoria	Unidades de registo	Inferências
Conceções sobre a contribuição da cultura para o DL		
Iniciativas		
Relação da autarquia com as associações		

2. Dimensão de análise: d'Orfeu

Categoria: Historial da associação

Subcategoria	Unidades de registo	Inferências
Constituição da associação		
Necessidades culturais existentes		
Estrutura/ Áreas		
Política cultural da associação		

Categoria: Caraterização da intervenção da d'Orfeu

Subcategoria	Unidades de registo	Inferências
A d'Orfeu no contexto cultural do concelho		
Projetos- Áreas de intervenção		
Público - alvo		
Recursos		
Relação dos projetos com a cultura da cidade e concelho		
Relação com a comunidade		
Relação com outras instituições		
Relação com o poder local		
Relação com os sócios		
Relação com o exterior		
Criação de produtos culturais		

Categoria: Caraterização da intervenção da d'Orfeu

Subcategoria	Unidades de registo	Inferências
Tipologia das contribuições		

ANEXO 2 – GUIÕES DE ENTREVISTAS

Entrevista ao Presidente da Câmara de Águeda – Guião A

1. Fale um pouco de si nomeadamente, sobre a sua naturalidade, habilitações e percurso profissional.
2. Na sua opinião de que forma pode a cultura contribuir para o desenvolvimento local? Dê exemplos?
3. Pode falar um pouco sobre a orientação da política cultural do município, nomeadamente as linhas estratégicas que se converteram em iniciativas?
4. Que prioridade dá a autarquia à mobilização dos atores culturais locais? Dê exemplos de projetos onde se verifique essa mobilização?
5. Existem critérios para a atribuição das verbas? Quais?
6. Como caracterizaria a relação entre a autarquia e as diferentes instituições culturais do concelho? Existe alguma que tenha uma ligação mais próxima? Porquê? Que critérios concorrem para essa maior proximidade?
7. De que forma tem contribuído a Câmara Municipal para o melhoramento da ação da d'Orfeu? Pode dar alguns exemplos?
8. Como analisa o papel desempenhado pela d'Orfeu na promoção da cultura dentro do concelho?
9. Considera que a d'Orfeu promove a identidade cultural de Águeda nos seus projetos? Que traços identitários reconhece nesses projetos?
10. Quais são, na sua opinião, os efeitos dos projetos culturais desenvolvidos pela d'Orfeu sobre o público local?

11. Em termos de desenvolvimento local quais são os contributos principais da d'Orfeu para o concelho?

Pergunta final: Há algum aspeto que não lhe tenha sido perguntado e gostasse de referir?

Entrevista à Vereadora da Cultura – Guião B

Questões

1. Fale um pouco de si, nomeadamente, sobre a sua naturalidade, habilitações e percurso profissional.
2. Quando foi criado o pelouro da cultura?
3. Que projetos tem desenvolvido na área cultural?
4. Na sua opinião de que forma pode a cultura contribuir para o desenvolvimento local? Dê exemplos?
5. Pode falar um pouco sobre a orientação da política cultural do município, nomeadamente sobre as linhas estratégicas que se converteram em iniciativas?
6. Que prioridade dá a autarquia à mobilização dos atores culturais locais? Dê exemplos de projetos onde se verifique essa mobilização?
7. Existem critérios para a atribuição das verbas? Quais?
8. Como caracterizaria a relação entre a autarquia e as diferentes instituições culturais do concelho? Existe alguma que tenha

uma ligação mais próxima? Porquê? Que critérios concorrem para essa maior proximidade?

9. De que forma tem contribuído a Câmara Municipal para o melhoramento da ação da d'Orfeu? Pode dar alguns exemplos?
10. Como analisa o papel desempenhado pela d'Orfeu na promoção da cultura no concelho?
11. Considera que a d'Orfeu promove a identidade de Águeda nos seus projetos? Que traços identitários reconhece nesses projetos?
12. Quais são, na sua opinião, os efeitos dos projetos culturais desenvolvidos pela d'Orfeu sobre o público local?
13. Em termos de desenvolvimento local quais são os contributos principais da d'Orfeu para o concelho?

Pergunta final: Existe algum outro assunto que não lhe foi perguntado e que gostaria de esclarecer?

Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia – Guião C

1. Fale um pouco de si nomeadamente, sobre a sua naturalidade, habilitações e percurso profissional.
2. Na sua opinião de que forma pode a cultura contribuir para o desenvolvimento local? Dê exemplos?
3. Na sua opinião que aspetos devem ser tomados em conta sempre que se organizam atividades culturais em Águeda?

4. Na sua opinião que prioridade deverá a autarquia dar à mobilização dos atores culturais locais? Enquanto observador privilegiado reconhece alguns projetos onde se verifique essa mobilização?
5. De que forma contribui a Junta de Freguesia para o desenvolvimento cultural do seu território? De que modo se traduzem esses apoios?
6. Como caracterizaria a relação entre a Junta de Freguesia e as instituições culturais da freguesia? Existe alguma que tenha uma ligação mais próxima? Porquê? Que critérios concorrem para essa maior proximidade?
7. De que forma tem contribuído a Junta de Freguesia para o melhoramento da ação da d'Orfeu? Pode dar alguns exemplos?
8. Como analisa o papel desempenhado pela d'Orfeu na promoção da cultura no concelho?
9. Considera que a d'Orfeu promove a identidade de Águeda nos seus projetos? Que traços identitários reconhece nesses projetos?
10. Quais são, na sua opinião, os efeitos dos projetos culturais desenvolvidos pela d'Orfeu sobre o público local?
11. Na sua opinião que benefícios podem ser desencadeados pela ação da d'Orfeu em termos culturais? Quais as vantagens/oportunidades que vê nesse trabalho para o território local?
12. Em termos de desenvolvimento local quais são os contributos principais da d'Orfeu para o concelho?

Pergunta final: Existe algum outro assunto aqui não focado que gostaria de esclarecer?

Entrevista à Coordenação Geral d'Orfeu – Guião D

1. Fale um pouco de si nomeadamente, sobre a sua naturalidade, habilitações e percurso profissional.
2. Quando foi constituída a d'Orfeu?
3. Quem esteve envolvido nesse ato?
4. Quais as motivações que levaram à constituição da associação?
5. Pode esclarecer a evolução da estrutura organizativa da d'Orfeu?
6. Que serviços/departamentos internos existem atualmente?
7. Quando criaram a d'Orfeu quais eram os objetivos que tinham em mente?
8. Atualmente ainda se mantêm ou já mudaram algum objetivo? Se sim, porquê?
9. Quais os projetos que têm uma estrutura definida?
10. A que público ou públicos se dirigem?
11. Que objetivos pretendem atingir estes projetos?
12. Como são financiados estes projetos?
13. Que tipos de exigências colocam a operacionalização destes projetos em termos de recursos humanos?
14. Que recursos materiais dispõem para a realização destes projetos?
15. Que projetos foram abandonados e quais os que se mantêm?

16. Quais são os projetos principais? Que atividades paralelas mantém a d'Orfeu?
17. Qual é a participação do público? Qual é a distribuição entre público sócio e não sócio?
18. Quais as dificuldades que se apresentaram no decorrer dos projetos?
19. Em termos de avaliação quais foram os projetos que melhor alcançaram os objetivos e porquê?
20. Como é que fazem a divulgação junto do poder local? E qual é a receção que têm por parte destas entidades?
21. Em termos de apoios e protocolos com o poder local qual tem sido a situação da d'Orfeu?
22. Pode falar um pouco sobre as políticas culturais definidas pela câmara municipal e pela d'Orfeu? Explique as orientações de ambas?
23. Relativamente a outras associações da mesma natureza qual é, na sua opinião, a posição que a d'Orfeu ocupa em termos de acolhimento por parte do poder local?
24. Como é que fazem a divulgação junto das instituições locais? E qual é a receção que têm por parte destas entidades?
25. Quais as instituições que têm estabelecido protocolos com a d'Orfeu? Que benefícios têm sido gerados para as partes intervenientes?

26. Em termos de projetos quais as instituições que têm colaborado convosco e qual é a participação de cada um na programação dos eventos?
27. Quais são as instituições com as quais a d'Orfeu mantém uma relação de maior proximidade e porquê?
28. Qual é o feedback relativamente à divulgação das atividades na comunidade?
29. Comente o papel da comunicação social local na divulgação das atividades?
30. Quais são as perceções que a d'Orfeu tem acerca da forma como o público e a comunidade local vêm a sua atividade?
31. Descreva as iniciativas que a d'Orfeu desenvolve de forma a envolver os sócios.
32. Em que eventos internacionais tem participado a d'Orfeu? De que forma essa participação tem contribuído para o conhecimento da identidade local no exterior?
33. Que produtos culturais têm sido criados pela d'Orfeu?
34. Qual o impacto financeiro que têm tido na associação?
35. Considera que estes produtos têm contribuído para a divulgação do trabalho da associação?
36. Em termos de desenvolvimento local quais são os contributos principais da d'Orfeu para o concelho?

Pergunta final: Existe algum outro assunto aqui não focado que gostaria de esclarecer?

Entrevista Presidente da Direção da d'Orfeu – Guião E e F

1. Fale um pouco de si nomeadamente, sobre a sua naturalidade, habilitações e percurso profissional.
2. Conte um pouco sobre a história do seu trabalho na d'Orfeu?
3. Como analisa o papel desempenhado pela d'Orfeu enquanto associação cultural?
4. Na sua opinião considera que a atividade da d'Orfeu recupera os traços da identidade cultural da região de Águeda? Dê exemplos?
5. Quais os projetos que contribuem ou contribuíram para a recuperação da identidade de Águeda?
6. Nos projetos apresentados salienta-se de algum modo um refazer da tradição? Dê exemplos.
7. Na sua opinião o público da d'Orfeu reconhece esse trabalho?
8. Considera que o trabalho da d'Orfeu tem respondido às necessidades da população em termos culturais?
9. Quais as estratégias que a d'Orfeu utiliza para responder às necessidades culturais sentidas?
10. Quais são, na sua opinião, os efeitos dos projetos culturais desenvolvidos pela d'Orfeu sobre o público local?
11. Na sua opinião de que modo contribui a d'Orfeu para a atração de visitantes?
12. De que modo os projetos da d'Orfeu podem contribuir para a promoção das relações sociais?
13. No âmbito da sua intervenção a d'Orfeu mobiliza os recursos locais? Fale um pouco desses recursos.

14. Como avalia o trabalho desenvolvido em parceria entre a d'Orfeu e as outras entidades? Identifique alguns parceiros e as suas contribuições mais significativas?
15. De que forma essas parcerias têm contribuído para a melhoria da intervenção da d'Orfeu?
16. Em termos de desenvolvimento de novos produtos culturais, qual tem sido a contribuição dessas parcerias?
17. O trabalho da d'Orfeu percorre diferentes áreas de intervenção: educação musical, formações técnicas, etc.? Fale um pouco desses projetos e dos seus objetivos?
18. É aceite que a d'Orfeu tem já um papel interventivo, como caracterizaria essa intervenção e sobretudo quais os efeitos que essa orientação tem sobre o seu público?
19. Em termos de desenvolvimento local quais são os contributos principais da d'Orfeu para o concelho?

Pergunta final: Existe algum outro assunto que não lhe foi perguntado e que gostaria de esclarecer?

Entrevista aos Mecenias da d'Orfeu – Guião G e H

1. Conte um pouco sobre si e o seu percurso profissional.
2. Como nasceu esta parceria com a d'Orfeu?
3. Há quanto tempo apoia a d'Orfeu?
4. Quais as razões que o levaram a apoiar a d'Orfeu?
5. Considera que o seu apoio contribui para uma melhor dinamização da cultura em Águeda?

6. Como analisa o papel da d'Orfeu no contexto cultural do concelho.
7. Do ponto de vista da sua empresa quais foram os benefícios que a d'Orfeu lhe proporcionou?
8. Se tivesse de avaliar a d'Orfeu em termos de gestão dos subsídios e apoios que lhe são concedidos que nota lhe atribuiria por exemplo de 1 a 10? Justifique.
9. Essa gestão está de algum modo ligada à decisão de continuar a apoiar economicamente a associação?
10. Em que projetos são utilizados os seus apoios?
11. Considera que a atuação da d'Orfeu tem contribuído para uma maior atração de visitantes à cidade?
12. Apoia mais alguma instituição?
13. Em termos de desenvolvimento local quais são os contributos principais da d'Orfeu para o concelho?

Pergunta final: Existe algum outro assunto que não lhe foi perguntado que gostaria de esclarecer?

ANEXO 3 -ESTRUTURA DOS GUIÕES DE ENTREVISTAS

Guiões de entrevistas (estrutura)

GUIÃO DE ENTREVISTA

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Categorias	Objetivos específicos	Questões							
		A	B	C	D	E	F	G	H
I – Legitimação da entrevista	- Explicar os objetivos do estudo e da entrevista. - Criar um ambiente de empatia entre entrevistado(a) e entrevistadora.								
II – Dados biográficos	- Recolher algumas informações sobre os dados pessoais das(os) entrevistadas(os).	1	1	1	1	1 2	1 2	1	1
III – Caracterização da política cultural do concelho	-Recolher informações que permitam caracterizar as orientações culturais da autarquia	2 3 4 5 6	2 3 4 5 6 7 8	2 3 4 5 6					
IV- Historial da associação	- Recolher informações sobre a constituição e o início de atividade da associação				2 3 4 5 6 7 8	3 4	3 4		
V- Intervenção da d’Orfeu	- Caracterizar a intervenção da d’Orfeu nas diferentes vertentes que compõe a sua atividade	7 8 9 10	9 10 11 12	7 8 9 10	9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22	23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35	5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18	5 6 7 8 9 10 11 12	2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
VI – Contribuição da d’Orfeu para o desenvolvimento local	- Identificar de que forma a ação da d’Orfeu se enquadra numa perspetiva de DL	11	13	11 12	36	19	19	13	13